

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - UCS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

FABIO AUGUSTO MARIN

**ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO PRODUTIVA
DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR
FRENTE À LEI 11.947/2009, NA MICRORREGIÃO DE GUAPORÉ, DE
2009 A 2012**

CAXIAS DO SUL, 2014

FABIO AUGUSTO MARIN

**ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO PRODUTIVA
DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR
FRENTE À LEI 11.947/2009, NA MICRORREGIÃO DE GUAPORÉ, DE
2009 A 2012**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul, como requisito a obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de concentração: Administração da Produção.

Orientador: Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo

CAXIAS DO SUL, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

M337e Marin, Fabio Augusto, 1969-
Estudo de caso do processo de adaptação produtiva dos produtores rurais da agricultura familiar frente à lei 11.947/2009, na microrregião de Guaporé, de 2009 a 2012 / Fabio Augusto Marin. - 2014.
118 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.
Apresenta bibliografia.
Orientação: Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo.

1. Desenvolvimento Rural – Rio Grande do Sul. 2. Agricultura familiar. 3. Direito agrário. I. Título.

CDU 2.ed.: 338.43.01(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento Rural – Rio Grande do Sul	338.43.01(816.5)
2. Agricultura familiar	631.115.11
3. Direito agrário	349.4

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Meirelles Meroni – CRB 10/ 2187

**“Estudo de Caso do Processo de Adaptação Produtiva dos Produtores Rurais da
Agricultura Familiar frente à Lei 11.947/2009, na Microrregião de Guaporé, de
2009 à 2012”**

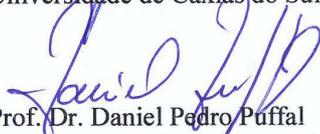
Fábio Augusto Marin

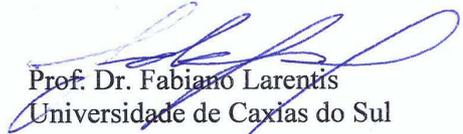
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Administração, Área de Concentração: Administração da Produção

Caxias do Sul, 23 de maio de 2014.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul


Prof. Dr. Daniel Pedro Puffal
Universidade do Vale do Rio dos Sinos


Prof. Dr. Fabiano Larentis
Universidade de Caxias do Sul


Profa. Dra. Maria Emilia Camargo
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Hilário delírio solipsista seria imaginar que a busca do estado da arte pudesse ser fruto de um ato uno. Somos frutos da construção solidária, da intenção e do movimento.

Na dissertação do mestrado, houve que se entender que uma tese, apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, reúne contributos de várias pessoas. Aos que se seguem meu muito obrigado.

A DEUS, pela possibilidade de conviver com pessoas tão especiais, sem as quais certamente, a caminhada seria mais árdua.

Carinho especial a meus genitores Ana Maria e Carlos José pelo amor incondicional, aprendizado, educação, respeito, alegria e atenção sem reservas.

A meus irmãos Carlos José Marin Filho e Eduardo Antonio Marin, embora a distância nada nos separa. Seus corações estão comigo e o meu com vocês. Gracie pela paciência, pela solicitude e solidariedade perante minhas dificuldades. Referenciais especiais ao meu orientador Prof. Dr. Vilmar Antonio Tondolo, pela liberdade e confiança referente ao presente trabalho, além da indiscutível amizade e compreensão em momentos difíceis. Em nome dele, minha homenagem a todos os membros do PPGA/UCS.

Ao IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – em nome de seus Gestores - Luciano Manfroi (Diretor Campus Bento) e Cláudia Schiedeck Soares de Souza (Magnífica Reitora do IFRS), pelo consentimento, compreensão e ajustamentos de minhas atividades enquanto servidor, face aos compromissos assumidos por minha pessoa para com o Mestrado.

A Leonardo Roth meu nobre irmão colega de PPGA e em nome dele a todos os amigos e amigas que sempre estiveram presentes nos conselhos e incentivos. A vocês, carinho e dedicação, meu infinito agradecimento.

EPÍGRAFE

*L'arte di scegliere i contatti giusti e di sapere chi è degno della nostra illimitata
trasparenza è un potente strumento per raggiungere gli obiettivi.*

(autor desconhecido)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CD/FNDE	Resolução de Direção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CF	Constituição Federal.
CME	Campanha da Merenda Escolar.
CNA	Comissão Nacional de Alimentação.
CNME	Campanha Nacional da Merenda Escolar.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
EMATER/ ASCAR-RS	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do <u>Sul</u>
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante.
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística RS
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura
INAE	Instituto Nacional de Assistência ao Estudante.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação.
PESA	Programa Especial de Segurança Alimentar.
PEAEs	Programas Estaduais de Alimentação Escolar
PIB	Produto Interno Bruto

PMAEs	Programas Municipais de Merenda Escolar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Estado do Paraná, Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
VBR	Visão Baseada em Recursos
RS	Rio Grande do Sul.
TCERS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Segmentação do Número de Estabelecimentos Rurais no Brasil, por Agricultura Familiar e Não Familiar	21
Figura 2 - Área Produtiva Ocupada pelos Estabelecimentos Rurais no Brasil, em hectares	21
Figura 3 - A propriedade rural e o consumidor na cadeia produtiva agroindustrial	55
Figura 4 - Divisão Geográfica das Regiões do Rio Grande do Sul, com indicação regional	71
Figura 5 - Recorte da Região Encosta Superior Nordeste do Rio Grande do Sul com identificação de área geográfica dos municípios pesquisados	71
Figura 6 - Modelo do caminho de processo e teoria	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução populacional medida pelo IBGE entre 1996 a 2010 nos municípios da Mesorregião do Nordeste Rio-grandense - Microrregião de Guaporé – RS	16
Tabela 2 - Total dos Repasses Federais Aplicados no PNAE – valores em mil R\$	28
Tabela 3 - Análise derivada da composição quanto à categoria Tendência (impacto)	83
Tabela 4 - Análise derivada da composição quanto a categoria Adaptação (visão)	86
Tabela 5 - Análise derivada da composição quanto a categoria Movimento (posição frente)	89
Tabela 6 - Análise derivada da composição quanto a categoria Significação (opinião).	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Tratado, Convenção e Lei alusivos ao objeto de pesquisa.....	25
Quadro 2 – As faces abrangentes da Lei 11.947/2009.....	34
Quadro 3 - Histórico temporal da ação política pública Merenda Escolar no Brasil.....	34
Quadro 4 – Situações relevantes para diferentes métodos de pesquisa.....	60

RESUMO

A agricultura familiar caracteriza-se pela posse da propriedade e dos meios de produção, por trabalhadores rurais com grau de parentesco e pressupõe a distribuição igualitária da operacionalização na atividade produtiva. Dela provém a sua própria operacionalização nas relações sociais, sendo que tem por objetivo produzir, modificar e distribuir produtos, adaptando-se produtivamente diante de uma nova legislação, a Lei nº 11.947/2009. A investigação pretendeu compreender como o ofertante produtor rural da agricultura familiar, ante a Lei 11.947/2009 (PNAE), se adaptou e desenvolveu capacidades produtivas para ofertar alimentos. A análise procedida foi construída com base na concepção de realidade dos entrevistados e, em correlação com as abordagens teóricas sobre mudança e adaptação estratégica organizacional, buscou-se uma sustentação teórica adequada que pudesse explicar como essas adaptações ou mudanças ocorreram. Como estratégia de pesquisa, a entrevista presencial individual não estruturada e semiestruturada, como técnica de coleta de dados. Com base na identificação de teorias com os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, coube ao trabalho científico de confronto os argumentos oferecidos, agrupando-os dentro de uma metodologia proposta, pela pesquisa qualitativa descritiva, de caráter exploratório. Os resultados evidenciam a convivência de elementos relacionados aos diferentes enfoques dos modelos de gestão da propriedade rural do agricultor familiar, com alternância dos mesmos quanto à oferta de atendimento à comercialização e outros que não possuem interesse algum em adaptar-se, ofertar ou negociar seus produtos conforme a Lei 11.947/2009. Entende o pesquisador que, adaptado e com estratégia definida, o produtor solidifica o movimento social pelo sim quanto à norma legal que o auxilia e lhe dá roupagem oportunizadora, processo verificado a partir da análise dos dados apresentação em entrevista semiestruturada. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para uma melhor compreensão do enfoque da temática, apresentando alternativas para entender as práticas de desenvolvimento dos meios de produção, através do cidadão produtor rural ante a legislação.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; cadeia produtiva; legislação rural; agronegócio; diagnóstico rural.

ABSTRACT

Family farming is characterized by the possession of property and means of production, by rural workers with kinship and the equal distribution of operationalization in productive activity. It comes to their own operation in social relations, and aims to produce, modify and distribute products, adapting productively on new legislation, specially Law no. 11.947/2009. The research sought to understand how the farmer family farming have adapted and developed productive capacities to offer food according to the Law 11.947/2009 (PNAE). The analysis performed was built on the concept of reality of the respondents and, in correlation with the theoretical approaches to organizational change and strategic adaptation, sought an appropriate theoretical framework that could explain how these adaptations or changes have occurred. As a research strategy and as a technique for data collection, individual personal interview unstructured and semistructured. Based on the identification of theories with data obtained through field research, that scientific work of confronting was the arguments offered by grouping them into a proposed methodology, the descriptive qualitative research, and exploratory level. The results show the coexistence of elements related to the different approaches of management models of rural property the family farmer , alternating with the same care as the provision of marketing and other that do not have any interest in adapting to, offer or negotiate their products according to the Law 11.947/2009. The researcher understand the producer, with adapted and defined strategies, solidifies the social movement for yes as the legal standard that helps and gives you opportunities to develop itself, a process found from the analysis of the data presentation in semistructured interviews. It is hoped that this research will contribute to a better comprehension of the thematic approach, and presents some alternatives to understand the practical development of the means of production by the farmer citizen in sequence of the law.

Keywords: Rural Development; production chain; rural legislation; agribusiness; rural appraisal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	22
1.2.1 Objetivo geral.....	23
1.3.2 Objetivos específicos.....	23
1.3 JUSTIFICATIVA.....	24
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	30
2.1 POLÍTICA PÚBLICA.....	31
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL.....	36
2.3 AGRONEGÓCIO.....	39
2.4 PRODUTOR RURAL.....	41
2.5 AGRICULTURA FAMILIAR.....	45
2.6 VISAO BASEADA EM RECURSOS.....	48
2.6.1 Recursos essenciais na VBR.....	52
2.6.2 Tipologia de recursos.....	53
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	57
3.1 MÉTODO DO ESTUDO.....	60
3.2 O PROCESSO DE PESQUISA QUALITATIVA.....	63
3.3 PERSPECTIVAS DA CATEGORIZAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS	65
3.4 PERTINENCIA E VALIDAÇÃO.....	67
3.5 ÁREA DE ESTUDO.....	69
3.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	72
3.6.1 A definição do campo da pesquisa.....	72
3.7 CONSTRUÇÃO DO ROTEIRO DE PESQUISA	75
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DADOS.....	77
4.1 DISCUSSAO DOS RESULTADOS.....	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
5.1 RESULTADOS ALCANÇADOS.....	103
5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	104
5.3 SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS.....	106
6. REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE 1	118

1. INTRODUÇÃO

Immanuel Kant (1724-1797), na fundamentação da *Metafísica dos Costumes*, sustenta que há a necessidade de considerar os seres humanos como fins em si mesmos, e não como meios para outros fins: “age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na sua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (1797, p. 229). Segundo Minayo (1996) do ponto de vista antropológico, pode-se dizer que sempre existiu preocupação do homo sapiens com o conhecimento da realidade.

Ao Homo Sapiens é comum o congregar – nasce e cresce fruto de um núcleo. É no núcleo, no coletivo, que trabalha se diverte e descansa e, é em grupo, que atravessa momentos de alegria e crescimento, de tristeza e de involução dos ciclos vitais. Em grupo, vive a paz e faz as guerras, constrói e destrói. Do bom funcionamento grupal de trabalho depende o progresso biopsicossocial do indivíduo; logo, fica notória a participação, em grupos, de todo cidadão interessado em desenvolver agrupamentos naturalmente gregários, embora dispostos de diferentes modos de ação. Esses, portanto, introduzem, ao todo, a terminologia da mentalidade de equipe, da cultura do complexo, dos supostos básicos de coletividade, que ajudam a dar unidade aos traços comuns, observados em circunstâncias e experiências diversas de espécies.

Fundem-se, assim, grupos colaborativos centrados na tarefa de adaptar o todo ao diferente, ao novo, desenvolvendo novas rotinas, novos incentivos; estabelecendo participação destes nos cenários produtivos, incessantemente no campo coletivo.

Os primeiros indicativos concretos no País de escrever o novo à necessidade coletiva, no tocante ao fato pesquisado, surgem na década de 50, quando foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, é estruturado um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

Mais tarde, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. Alavancava-se, aqui, um viés para se absorver o produto advindo da agricultura e a alimentação escolar, que, passando a ser um direito constitucional, ganhou cada vez mais espaço na pauta das políticas públicas nacionais.

O poder público, com seus regramentos, vem trabalhando em formas de participação da sociedade na condução das políticas públicas. Um dos exemplos é o voltado para a educação (através do PNAE), que, em sua concepção, evoca, para o bom andamento, o controle social nas ações governamentais com a participação de membros da própria sociedade.

A fim de poder propiciar melhoria na qualidade de vida do cidadão, pelo caminho da redução das desigualdades, e de certa monta buscar o fortalecimento dos módulos rurais, visualizando possibilidade de incremento de renda na propriedade rural, para estes o gestor público lança, edita e promulga a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar; política pública que, atrelada a programas sociais já existentes no Brasil, passa a ser entendida como compensatória e visa o fornecimento de recursos para que a necessidade possa ser atendida valorizando o desenvolvimento e o produtor local, em consonância ao desenvolvimento das comunidades envolvidas, principalmente aquelas produtoras de alimentos no país, no caso, o produtor rural da agricultura familiar.

A promulgação da Lei nº 11.947/2009, como ação do Estado no desenvolvimento da sociedade civil organizada, representa grande conquista para o produtor rural da agricultura familiar brasileira. No artigo 14, há a determinação de que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Assim sendo, o PNAE passa a ser visto como uma ação de avanço e promoção para os produtos advindos dos produtores da agricultura familiar com fins de alcançar mercados de consumo.

O fato relevante dentro da realidade investigada neste estudo foi buscar compreender como o ofertante produtor rural da agricultura familiar, dentro do recorte da pesquisa, ante a Lei 11.947/2009 (PNAE), se adaptou e desenvolveu capacidades produtivas para ofertar os referidos alimentos.

Dentre as capacidades produtivas, estão: a execução da produção vinculada à participação no PNAE como tônica por interfaces dentro da efetividade dos construtos sociais

amarrando a ação e a vinculação de apoio ao produtor da agricultura familiar e à necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de desenvolvimento local; a proposta e a necessidade de eclosão de iniciativas de gestão. Dentro desse cenário, a chave para estudo de caso e análise foi saber se o produtor local, dentro de um recorte proposto, alterou seu *status quo* ou *modus operandi*, e se conseguiu ou está conseguindo se adaptar e se desenvolver para atender ao programa de governo. Com fins de clarear o universo geográfico em que está inserida a pesquisa, o pesquisador traz a destaque, informações populacionais relativas, tomadas por referencia a plataforma de dados IBGE. Na mesorregião em que estão inseridos os municípios pesquisados, embora de pequeno porte por sua população, se analisados pluramente, visualiza-se que tais causam impactos importantes de crescimento vegetativo transversal ao tempo.

MUNICÍPIO	CENSO 1996	CENSO 2007	CENSO 2010	% crescimento população 96/2007	% crescimento população 2007/2010	% crescimento população 1996 ate 2010
ANDRE DA ROCHA	1107	1206	1216	8,201	0,822	9,023
ANTA GORDA	6805	6163	6073	-10,417	-1,482	-11,899
ARVOREZINHA	10194	10210	10225	0,157	0,147	0,304
DOIS LAJEADOS	3333	3334	3278	0,030	-1,708	-1,678
GUABIJU	1919	1669	1598	-14,979	-4,443	-19,422
GUAPORE	18732	21421	22814	11,553	6,101	17,654
ILOPOLIS	4092	4202	4102	2,618	-2,438	0,180
ITAPUCA	2646	2454	2344	-7,824	-4,693	-12,517
MONTAURI	1801	1583	1542	-13,771	-2,659	-16,430
NOVA ALVORADA	2686	3058	3182	12,165	3,895	16,060
NOVA ARACA	3140	3775	4001	16,821	5,648	22,469
NOVA BASSANO	7286	8683	8840	16,089	2,829	18,918
NOVA PRATA	16440	22257	22830	26,137	2,510	28,647
PARAI	5540	6557	6812	15,510	3,743	19,253
PROTASIO ALVES	2247	2114	2000	-6,292	-5,700	-11,992
PUTINGA	4985	4192	4141	-18,917	-1,231	-20,418
SAO JORGE	2896	2764	2774	-4,776	0,361	-4,415
SAO VALENTIM DO SUL	2322	2233	2168	-3,986	-2,536	-6,522
SERAFINA CORREA	9754	13463	14253	27,550	5,548	33,098
UNIAO DA SERRA	2208	1666	1487	-32,533	-12,037	-44,570
VISTA ALEGRE DO PRATA	1731	1492	1569	-16,019	4,907	-11,112

Tabela 1 - Evolução populacional medida pelo IBGE entre 1996 a 2010 nos municípios da Mesorregião do Nordeste Rio-grandense - Microrregião de Guaporé - RS.

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados disponíveis na FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico populacional. População. Rio Grande do Sul. IBGE, 1996, 2007, 2010.

A agricultura familiar nestes municípios age como agente social gerando projetos e atividades produtoras, articulando pessoas, organizações públicas e privadas. Guaporé e Serafina Correa fazem parte da Mesorregião do Nordeste Rio-grandense – Microrregião de Guaporé – e possuem características únicas e próprias de uma região extremamente dinâmica

e por ser uma derivada de outra politicamente (Serafina Correa antes de ser desmembrada de Guaporé foi Distrito territorial do mesmo).

Optou-se por estudar as experiências dos municípios de Guaporé e Serafina Correa, no Estado do Rio Grande do Sul, pois dentro do recorte geográfico da mesorregião escolhida, estes foram os que tiveram o maior crescimento populacional no período coberto pelos últimos dois censos nacionais (Guaporé, entre 2007 a 2010; e Serafina, entre 1996 a 2007).

1.1 Contextualização do problema de pesquisa

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, sendo ele responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

A promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, representou uma considerável conquista para a agricultura familiar brasileira. No artigo 14 (quatorze), há a determinação de que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Priorizado pela ação, o principal objetivo do programa é sem dúvida universalizar o fornecimento da alimentação escolar, provendo crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e melhoria do rendimento escolar com formação de práticas alimentares saudáveis aos alunos; isso por meio de ações de educação alimentar e nutricional, assim como de oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais do educando durante o período letivo.

Como preveem os artigos 205 e 208 – incisos IV e VII – da CF/88,¹ o PNAE tem caráter generalista quando coloca que o dever do Estado com a educação é efetivado mediante a garantia de “atendimento a crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV), e “atendimento ao educando no ensino fundamental” (inciso VII) – atendimento ao educando,

¹ Constituição Federal de 1988.

no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Ao dar vida ao PNAE, o Legislador preserva a característica histórica e a abrangência da coisa pública – a universalização –, abraçando todos os alunos cadastrados no censo escolar, independentemente da raça, credo, etnia ou condição social; sendo ele parte das ações governamentais que buscam alterar a dinâmica de desigualdade promovida pelos mecanismos de mercado de consumo. Equânime, a lei traz à barca aderida como suporte à opção de pesquisa a cláusula pétrea do artigo 5º (quinto) da CF/88 que assegura o tratamento igual para todo cidadão pelo tratamento isonômico, desta maneira, vê-se a participação social fomentando, e promovendo ações voltadas ao fortalecimento e à instrumentalização de programas.

A concepção de construção igualitária de sociedade deve ser concretizada a partir de próprios modelos de desenvolvimento sustentável. Guzman (1997, p. 21) enfoca o objetivo primordial da geração da completitude das demandas nas seguintes palavras: “a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”. A esta concepção de construção equânime da sociedade, a adoção da expressão agricultura familiar aparece como uma nova ordem, utilizada pelos movimentos do campo no que concerne a produção rural.

Coaduna-se, então, o espaço para a pesquisa na ótica do produtor rural da agricultura familiar dentro de sua capacidade produtiva, de adaptação e de organização à sua resposta ante a Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Oportunizado está o planejamento democrático como ação e a ser desvelada. Nas palavras de Mannheim (1972, p. 48) “a única possibilidade de que o ideal de liberdade continue vivo no espírito governante, sendo que reside na permanência e no apoio das instituições livres”.

Inicialmente entendeu-se, embora hipotético, usando as palavras de Luna, que se tratava de uma “suposição quanto a possíveis resultados a serem obtidos” (1998, p. 33). Para tanto, há que se aceitar a pesquisa testada pode gerar uma resposta positiva antecipada, e a ser avaliada ou verificada no processo de investigação, buscando ser comprovada ou refutada pelos resultados da averiguação. O resultado provável, ou uma resposta provável ao problema, chamada por Triviños (2012, p. 105), de resposta “pré-estabelecida, assimilada com o apoio de uma autoria” por sua vez, é vislumbrado através das hipóteses.

Em abril de 2012, durante visita a órgãos governamentais EMATER/ASCAR e Secretarias municipais de Agricultura e de Educação em Guaporé e Serafina Corrêa, ouviu-se informalmente que, com a Lei (11.947/2009) houve avanços. Segundo os profissionais

vinculados a administração pública no seu entender, faz-se necessário adaptar-se ao cotidiano na propriedade rural, assim como também as regras postas pela legislação. Os órgãos entendem que os municípios sofreram mudanças na execução do PNAE com a Lei nº11.947/2009. Os municípios alvo do estudo, segundo informe dos órgãos citados e de órgãos de fiscalização do Estado, como o Tribunal de Contas - TCERS, ainda não alcançaram os percentuais mínimos (em nenhum ano da frequência desta pesquisa) que a Lei nº 11.947/2009 majoritariamente cobra para adquirirem produtos da agricultura familiar.

A questão que emerge a partir deste cenário refere-se ao fato de que, embora tenha o aporte de capital do Estado para movimentar a atividade produtiva; mesmo sabendo que programas como o PNAE conseguem inovar e interferir na forma de concepção de entender o modelo de produção do agricultor familiar pela possibilidade de entrada de capital financeiro em sua propriedade, o que, conseqüentemente, gera melhoria na gestão; ainda que percebendo que o PNAE possa empreender numa nova postura nos atores envolvidos, tornando permeável o acesso às novas dinâmicas e reivindicações da sociedade civil, mantendo a forma legitimada de ser; há um descompasso claro, notável por parte do produtor rural que, empiricamente falando quer produzir, mas tem medos de comercializar ou o que produz o faz sentir desconfortável ou, não quer produzir e até mesmo, entregar produtos para a alimentação escolar. “A mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais” (FLICK, 2009, p. 21).

Está clara, dentro dos orçamentos estatais (Estado) por indução econômica, a vontade de alterar a conduta dos pequenos produtores rurais, tendo em conta que os gastos públicos são faturamentos oriundos da global economia. Levy (2013) descreve que a ação social pode traduzir a possibilidade de inversão de significativo e alavancante volume de recursos destinados ao segmento da agricultura familiar.

Entre as principais limitações observadas pelos órgãos governamentais (gestores dos do PNAE nos municípios da pesquisa) para uma maior aproximação entre agricultura familiar e alimentação escolar em municípios de menor porte, figura, muitas vezes, a ausência dos próprios agricultores familiares na oferta ao programa. Eles (os órgãos) compreendem que cabe investigar com vistas como adaptativas, como incentivadoras da produção familiar; têm resultado ou não em incentivo concreto à produção destes alimentos; entendendo tal como necessidade de avaliação coletiva do produtor sobre essa questão, a fim de que se forneçam elementos para o planejamento de ações estratégicas nesse sentido.

Por se tratar de acesso à alimentação, pela importância de que se reveste seu papel na

escola, sugere-se que o produtor se adapte, desenvolva e qualifique-se. Os órgãos da administração pública embora experimentalmente, visualizam que não há imersão dos atores envolvidos na gestão e na execução do PNAE por relatos o que efetivamente, podem indicar a possível falta de compreensão da dimensão de mercado da alimentação escolar e da própria agricultura familiar.

É preciso considerar, também, que se trata de um setor (primário) que vem crescendo em importância no cenário socioeconômico brasileiro, costumeiramente lembrado por seu valor na criação de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Além disso, presente em sua menor produtividade de trabalho e de incorporação tecnológica, o segmento familiar acaba tendo por escopo mais acentuado os seus pressupostos relacionados a funções de caráter social, em detrimento às tarefas voltadas ao âmbito econômico, ou como fonte de renda para subsistência de famílias rurais. (GUILHOTO *et al.*, 2007)

Entretanto, o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que bastante heterogêneo, responde por importante parcela da produção agropecuária, apresentando inter-relações estreitas com os segmentos industriais e de serviços. O segmento da agricultura familiar participou com 28%, na composição do PIB interno do eixo agronegócio brasileiro na última década. Uma participação de praticamente 10% do setor no PIB nacional é originada do agronegócio brasileiro. (GUILHOTO *et al.*, 2007)

A que se dizer que a agricultura familiar caracteriza-se pela posse da propriedade e dos meios de produção no seio da família e consiste na gestão familiar da produção e investimentos, validada, primordialmente, por trabalhadores com grau de parentesco, o que pressupõe a distribuição igualitária da operacionalização da atividade produtiva.

Nesse contexto, é importante assinalar que, no Brasil, a agricultura familiar tem espaço conceitual bem definido, inclusive levado a objeto de Lei Federal (no caso, Lei nº 11.326/2006). Simultaneamente, o empreendimento familiar rural não deve deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;² precisa utilizar, predominantemente, a mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; necessita ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas

² Módulo fiscal – um conjunto de fatores que não abarcados somente pelo tamanho do imóvel, sendo definidos os parâmetros específicos para cada Estado. Para estabelecer o tamanho do módulo é analisado o tipo de exploração que a propriedade vai ter e se a lavoura será permanente, temporária ou de exploração florestal. Também são levados em conta a renda obtida pela propriedade e o conceito de propriedade familiar. Corresponde à área mínima necessária para que a exploração seja economicamente viável, podendo variar, ao longo de todo o território brasileiro, de 5 a 110 hectares. No Rio Grande do Sul, que apresenta culturas diversificadas, como uva, arroz, soja, trigo, além da pecuária, os módulos fiscais ficam, em média, entre 18 e 20 hectares, podendo chegar a 40. (Lei 4.504/64 e Instrução Especial/INCRA/ n. 20)

vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e, por último, deve ser dirigido pela família. O agronegócio não enquadrável nos critérios acima descritos, aquele com foco em produções empresariais, é denominado de Não Familiar ou Patronal.

Conforme a apuração do IBGE (2010), e demonstrado na figura 1 (abaixo), que se segue, observa-se de forma gráfica que o número dos estabelecimentos familiares representa 84,4% da totalidade dos estabelecimentos rurais do Brasil. Os agricultores familiares espalham-se por todo o território brasileiro e, tratando-se do número de estabelecimentos, a Bahia é o primeiro Estado (15,2%), Minas Gerais o segundo (10%), seguido do Rio Grande do Sul (8,7%). Na Região Nordeste, despontam Ceará e Pernambuco, com 7,8% e 6,3%, respectivamente, e, na Região Sul, depois do Rio Grande do Sul, há o Paraná, com 6,9%. Registra-se que, abaixo desse percentual, figuram, também com expressividade, Maranhão, Piauí, Pará, Santa Catarina, São Paulo, Paraíba e Alagoas – em números absolutos situados entre 111.000 (Alagoas) e 262.000 unidades (Maranhão). (IBGE, 2006; GRANDO, 2012)

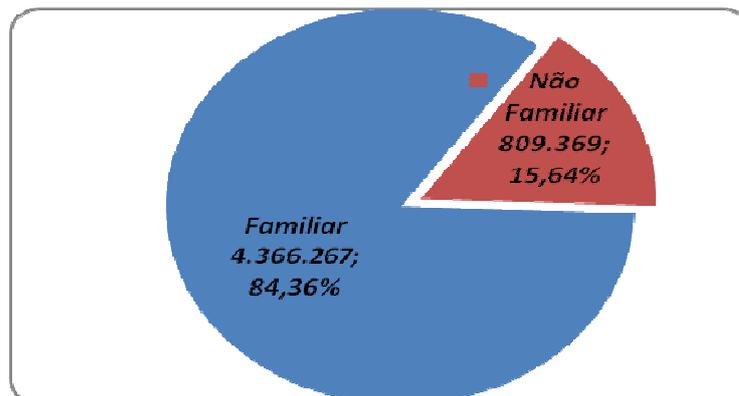


Figura 1: Segmentação do Número de Estabelecimentos Rurais no Brasil, por Agricultura Familiar e Não Familiar

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Na Figura 2 também se evidencia a ocupação da área produtiva brasileira, considerando a segmentação aqui tratada.

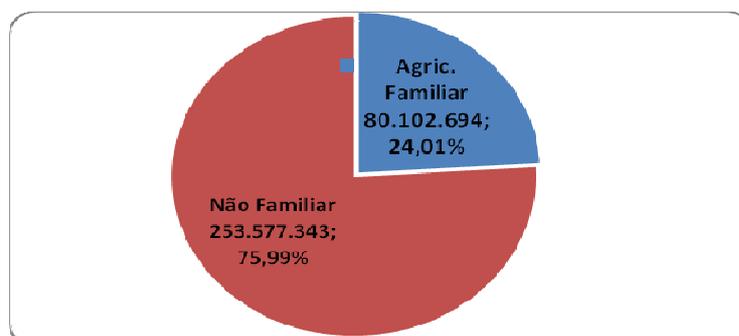


Figura 2: Área Produtiva Ocupada pelos Estabelecimentos Rurais no Brasil, em hectares.

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2006, IBGE.

Em termos de produção, a agricultura familiar responde por 38% do valor bruto gerado, o que, quando do censo, correspondeu a 54 bilhões de reais, com a ocupação de cerca de 12,3 milhões de pessoas, contra 4,2 milhões da agricultura patronal. (MDA, 2006)

Além do aporte financeiro estatal destinado à comercialização por força do PNAE e do que representa em número populacional dentro do contingente total do Brasil, há algumas dúvidas que evidenciam a necessidade da pesquisa: como os produtores dos dois municípios, com características semelhantes, situados numa mesma região, conseguem ou não comercializar os produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar? Como estão se desenvolvendo? Há estratégias que podem ser adotadas sem infringir a normatização legal que orienta o Programa?

A problematização testada para este questionamento é a de que o ator social, produtor rural, movido por interesses ou necessidades distintas, cria estratégias específicas, provocando modificações no modelo e potencializando este movimento pela proximidade entre os atores, possibilitando uma maior interação social.

Observa-se que há pormenores que necessitam de investigação: um é a dificuldade do agricultor familiar em atender a organização produtiva da demanda criada pela Lei. Outro deles é a adaptação democrática planejada à política pública com seu aporte financeiro para o segmento; entendendo como o produtor irá desenvolver a ação de ator participante quanto à executabilidade, proveniência – de natureza direta e não interventora.

Dentro das concepções visualizadas a escrita monográfica dissertativa, devidamente fundamentada pretende, responder: Ante os dispositivos da Lei 11.947/2009, como os produtores rurais estão se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para ofertar alimentos ao PNAE?

1.2 Objetivo da Pesquisa

Ander-Egg (1978, p.62) descreve: “de um objetivo limitado e claramente definido, sejam estudos formulativos, descritivos ou de verificação de hipóteses”. Imperioso dissertar que toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se irá assegurar e o que se pretende almejar. O objetivo torna claro e transparente o problema, aumentando os

conhecimentos sobre determinado assunto. Etimologicamente falando, o objetivo da ciência não é somente aumentar o conhecimento, mas também propalar a possibilidade de continuar aumentando o conhecimento.

Com o propósito de analisar as interfaces no módulo de produção primária visando a comercialização de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar, no centro da pesquisa está identificado o ator produtor rural dentro da agricultura familiar no processo de adaptação à política pública: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que parte do abastecimento local da alimentação escolar seja ofertado pela agricultura familiar. Importa, nessa perspectiva, verificar se a lei pode ser considerada como alternativa de relevante oportunizadora ou não, e se esta mesma propicia ou não o fomento do desenvolvimento do produtor rural da agricultura familiar, para o cumprimento da meta estabelecida nos municípios tomados para a pesquisa – Guaporé e Serafina Correa, pertencentes à Mesorregião do Nordeste Rio-grandense – Microrregião de Guaporé, no Rio Grande do Sul.

Sequencialmente exposto, esta a exposição do objetivo geral e dos objetivos específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Compreender como o ofertante produtor rural da agricultura familiar, está se adaptando e desenvolvendo capacidades para atender a Lei nº 11.947/2009 (PNAE).

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar como se posiciona o produtor rural frente à demanda da lei, como ofertante ou não ofertante;
- Contrastar as ações realizadas pelos produtores ofertantes e não ofertantes visando ao atendimento à demanda da lei 11.947/2009 e seus resultados;
- Identificar se o produtor rural está utilizando estratégias específicas, que possam provocar modificações no seu modelo atual de produção;
- Identificar se há fatores dificultadores para o desenvolvimento da produção do agricultor familiar, com vistas ao atendimento da demanda criada pela Lei.

1.3 Justificativa

Durkheim (1978) diz que não se pode falar que as tendências, as necessidades ou os desejos dos homens jamais interveem de uma maneira ativa na evolução social. Pelo contrário, não há dúvida de que lhes é possível, conforme a maneira como pensam sobre as condições de que depende um fato, apressar ou moderar o desenvolvimento do Eu.

Entremado nas palavras do Sociólogo e que aparece implícito em toda a construção do texto monográfico, está a questão colocada como pano de fundo – o exercício da cidadania e sociedade - não evidentemente, como protagonista das ações da própria legislação, mas expresso como um modelo de gestão pública, através da oportunidade de nova visão ao produtor vinculado à agricultura familiar. A própria dialética marxista nos ensina que a teoria não pode estar desvinculada de uma prática social. Não basta saber ou conhecer. É necessário que os cidadãos, principalmente os mais carentes, possam ler criticamente e de forma coletiva a prática social na qual vivem. Paulo Freire (1980), em sua compreensão, fala que é preciso não só conhecer o mundo; é preciso transformá-lo.

O economista Adam Smith (1776), na sua obra *A riqueza das nações*, diz: “o espírito da maior parte dos homens desenvolve-se necessariamente através e devido a suas ocupações de cada dia”. Transportando o ocupar-se de Smith para o papel da atividade primária de produção, vê-se a função do produtor rural como vocacionada a criar e executar, não somente como uma obrigação, mas também como um compromisso societário e corporativo intimamente ligado à vocação coletiva que o sustenta e o baliza economicamente; clarividente está a ação coletiva.

No intuito de garantir ao agricultor familiar concreta oportunidade para gerar, por meio de seu trabalho, renda auxiliar destinada a prover as necessidades básicas e de suas famílias, apresenta-se ao produtor a possibilidade dele se desenvolver, criando, a partir de sua adaptação produtiva, novas formas de acesso, interação, fortalecimento e aperfeiçoamento pela lei nº 11.947/2009, com vistas a facilitar o alinhamento desta ação pública aos princípios dos direitos humanos; fundamental para a construção do pensamento científico na medida em que se aprofunda a formulação do que propõe o trabalho; chamar a atenção à importância e a responsabilidade do PNAE, que torna o Estado produtor da política pública, responsável e ativo no processo social.

Algumas normativas pertencentes à realidade do PNAE podem ser materializadas se colocadas em prática. Trata-se de teorias que realçam e migram do papiro para o cotidiano,

como o acesso à alimentação como direito fundamental do Homem, contemplado segundo várias regras, normas, apelos de condutas sociais de um grupo, dentre elas algumas que podem ser observadas no quadro que segue:

Norma	Promulgada em	Objeto central
Declaração Universal dos Direitos Humanos	10/12/1948	Garantir o reconhecimento e efetivo cumprimento dos direitos humanos, saúde e bem-estar, alimentação, vestuário e habitação.
Convenção dos Direitos da Criança	20/11/1959	Os Estados-Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar as pessoas o reconhecimento e prover a igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
Constituição Federativa do Brasil /1988 (CF/88)	05/10/1988	Assegurar as pessoas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, como, por exemplo: a educação básica e a alimentação (artigo 208 da CF).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394	20/12/1996	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.

Quadro 1 - Relação de Tratado, Convenção e Lei alusivos ao objeto de pesquisa

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir da fonte referencial Instituto Benjamin Constant. Disponível em: www.ibc.org.br. Acesso em: 10 jun. 2013.

Observando as normas e o modelo de demonstrar a política alimentar, o agente homem rural, pela sua vocação e atividade, é convocado a articular ferramentas e a universalizar a atitude em capacidade transformadora da realidade, tanto pelo viés do desenvolvimento, quanto pela sua capacidade de adaptação.

A obtenção, consumo, manutenção e universalização da prática da alimentação, conferem responsabilidade a todos os atores envolvidos, Estado, sociedade civil, produtor rural da agricultura familiar e de cada pessoa. A alimentação exige, assim, a articulação convergente de múltiplas áreas, ações políticas e administrativas, com participação e controles sociais. (OLIVEIRA, 2007).

A agricultura familiar articula-se sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Do ponto de vista conceitual, Caume (2009) observa que não se pode contrapor agricultura familiar e agronegócio, pois, embora diferentes, são categorias de processos sociais e econômicos.

Em pesquisas literárias sobre o tema, percebeu-se que grande parte dos estudos a

respeito da Lei nº 11.947/2009 está relacionada com os aspectos de segurança alimentar nutricional do estudante ou sobre o papel da administração pública através de seus gestores. Percepção pode ser visível nos próprios canais de informação digital eletrônico, em sítios eletrônicos ou de transmissão ou tramitação de comunicação como, por exemplo, o do Governo do Estado do Paraná (PR), que coloca como objetivo principal o suprimento parcial das necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando ao atendimento dos requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola,³ ou em pesquisas de pós-graduações *stricto sensu*, como o de Froehlich, que fala, em sua dissertação, dos condicionantes legais e das estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em dois municípios do Rio Grande do Sul (RS). Muito pouco se redigiu a respeito do produtor rural, à cultura e às tradições de cada região, bem como à sua adaptação frente à legislação em questão. Isto é facilmente comprovado no próprio meio de comunicação do Ministério da Educação (MEC) quando diz que o objetivo do Programa consiste em atender as necessidades nutricionais; não fazendo menção ao atendimento na gestão do módulo de produção. O próprio PNAE, dentro de suas especificidades, é o resultado apenas da evolução da ação do Estado na área de alimentação escolar. Desde 1955 no Brasil, quando se iniciou o programa de merenda escolar, o conjunto de fatores percebidos deste coincide com a atuação determinante para a evolução do programa pela ação de médicos nutrólogos e epidemiologistas que aliavam a sua profissão à saúde pública e à vida política, desprezando as demais faces envolvidas para a edificação do próprio programa.

A base reflexiva, na época, era o fato de que crianças preocupadas com a fome não possuíam condições cognitivas plenas. A desnutrição é um problema maior e o seu enfrentamento, assim como a busca por soluções, requeria o envolvimento mais amplo do estado, em conjunto com a família e a sociedade, dessa forma, o Programa de Alimentação Escolar foi ganhando novos elementos. Assim, o programa foi de recursos orçamentários para sua consecução, ganhando o *status* de política de estado. No trajeto até a atualidade, o Programa foi incorporando novos elementos, novos atores e novas formas de gestão, não havendo governo que não tivesse somado alguma qualidade a esse que é reconhecidamente o maior programa de alimentação do mundo, tanto em número de crianças atendidas como em volume de recursos aplicados (BITTENCOURT, 2011).

Os valores repassados com base nos alunos matriculados nas escolas foram gradativamente aumentando, propiciando o aprofundamento dos trabalhos relacionados à

³ Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>.

formação de hábitos alimentares saudáveis e no respeito pelas características culturais de cada região. De longa data no País (Brasil) consta a necessidade da contrapartida financeira da parte de cada um dos entes receptores de recursos federais e as regras ditam que os recursos enviados pelo governo federal sejam exclusivamente gastos com gêneros alimentícios, com o restante dos insumos necessários para o andamento dos 26 PEAES (Programas Estaduais de Alimentação Escolar) e 5.561⁴ PMAEs (Programas Municipais de Merenda Escolar), além do Distrito Federal, sob a responsabilidade de provisão por parte dos gestores locais (recursos humanos como nutricionistas e merendeiras, armazenagem, distribuição, infraestrutura escolar como gás, uniformes, etc.).

O próximo e influente passo para tentar incluir como uma parte motriz de desenvolvimento local foi, em 2006, a diretriz relacionada aos incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente, produzidos e comercializados em âmbito local. (Resolução FNDE 32/2006).

A partir disso, em 2009, houve a determinação de que, em apoio ao desenvolvimento sustentável, os mantenedores das escolas deveriam adquirir os gêneros alimentícios preferencialmente da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais.

Assim, a Lei em questão (11.947/2009) trouxe para o cenário brasileiro a obrigatoriedade da compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, servindo não só como uma política de melhoria na qualidade da alimentação para as crianças, como também de influência no cenário macroeconômico, ao garantir uma reserva de mercado aos agricultores familiares que precisam de apoio para se desenvolver e comercializar – em meio a uma economia competitiva e exclusiva para os grandes fornecedores.

Pelas aquisições e volume de recursos disponíveis, que se pode entender como promoção da renda adaptando o produtor e seus produtos para um canal de comercialização, na operacionalização, os recursos do PNAE são mensalmente repassados aos estados e municípios em dez (10) parcelas anuais, resultantes das informações apuradas pelos censos escolares anualmente realizados pelo MEC e calculadas com base no número de alunos matriculados no ano anterior, o número de dias de atendimento do ano em curso e o valor per capita definido para o período (para 2013, dependendo do nível de ensino, o valor per capita varia de R\$ 0,30 a R\$ 1,00 – Res. CD/FNDE 8/2012).

Considerando-se a sequência histórica de 2009 a 2012, os recursos federais disponibilizados pela União (Governo Central) para aplicação na alimentação escolar nos Entes federados conformaram os montantes anuais delimitados na tabela 2 que segue.

⁴ 5.561 = número de Municípios brasileiros; 26 = número de Estados, além do Distrito Federal (IBGE).

Ano	Repasse da União	Valores para Agricultura Familiar (30,00%) ¹
2009	2.013.298	0,00
2010	3.034.269	910.280,7
2011	3.051.380	915.414,0
2012	3.306.504	991.951,2

Tabela 2 - Total dos Repasses Federais Aplicados no PNAE – valores em mil R\$

FONTE: Transferência de Recursos por Ação de Governo (Portal da Transparência, 2013).⁵

Embora não pertinente ao escopo da pesquisa, mas extenuando a posição apresentada no Portal FNDE, a previsão do orçamento do programa para 2013 está fixada em R\$ 3,5 bilhões e o benefício atenderá 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. A partir dos dispositivos da Lei nº 11.947/2009, com 30% desse montante destinado para compra direta da agricultura familiar, cerca de R\$ 1,05 bilhão de gastos públicos será destinado especificamente para esse segmento, consolidando a capilarização das inversões de recursos públicos nas inúmeras comunidades brasileiras, fixando, apropriando ao meio rural esta cifra financeira.

É de se assinalar que o Brasil possui um estatuto próprio para que as aquisições de bens e serviços dos diversos entes públicos nacionais possam ser realizadas, sendo obrigatório o seu cumprimento por todas as instituições do universo público estatal. Conhecida como Lei das Licitações (Lei nº 8666/93), tem como princípio a ideia de comprar um produto ou serviço adequado, pagando-se o menor preço possível, fundamentado na lógica da escassez de recursos públicos.

O instituto geral não é aplicado no que diz respeito à aquisição dos alimentos originados da agricultura familiar. As compras são realizadas pelo sistema de chamadas públicas, em que os preços praticados são os correntes de mercado, limitados para cada fornecedor – limite de venda anual de R\$ 20.000,00. (Res. CD/FNDE 25/2012).

Evidencia-se, enfim, que como um dos principais meios de atuação governamental, os gastos públicos enfeixam as prioridades ditas pelos governos atuais e podem ser utilizados com vista a influenciar decisivamente instigantes mecânicas de desenvolvimento da agricultura familiar.

Do ponto de vista de desenvolvimento à adaptação, importa verificar se os aportes

⁵ A reserva de até 30,00% do montante do PNAE destinada à aquisição de alimentos da agricultura familiar começou a surtir efeitos concretos a partir de 2010. Mesmo que a Lei 11.947 tenha sido editada em junho de 2009, os processos de compra para aquele ano já se encontravam praticamente encaminhados.

financeiros advindos com a produção realmente possibilitam proporcionar a geração de trabalho e renda para as populações dos municípios envolvidos e se o produtor está conseguindo se adaptar a esta oportunidade de mercado; utilizando o potencial produtivo da agricultura local, de certa forma enredada em uma série de procedimentos administrativos burocráticos; visando preservar características típicas dos hábitos da população e produtos locais no cardápio da merenda escolar. Entendeu-se pertinente a necessidade de apresentar como se adaptaram à vida os produtores rurais, tendo como objetivo a superação das dificuldades frente à magnitude da própria agricultura familiar consonante a uma nova legislação, no caso, a lei nº 11.947/2009.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Visando à determinação do estado da arte no campo do conhecimento para o tema a ser investigado, a construção do referencial teórico – bibliográfico serve de base para a elaboração da pesquisa, sobretudo a partir dos estudos desenvolvidos no campo da interação da articulação da política pública, do desenvolvimento rural, do agronegócio, do produtor rural, do agricultor rural e da visão baseada em recursos como estratégia, numa ação contributiva no campo sociológico, antropológico e da administração, na perspectiva crítico-dialética, uma vez que o texto aborda o paradigma do saber para o desenvolvimento da pesquisa em administração de empresas e suas implicações na formação de pesquisadores.

A epistemologia dialética implica em fundamentação significativa para a investigação, sendo que se revela nela a exigência intrínseca do conhecimento de campo de pesquisa, levando-se em conta o caráter eminentemente prático da educação. Mostra, igualmente, que a pesquisa assim conduzida tem relevância destacada na formação do pesquisador, já que essa formação só pode fundar-se em um processo de apropriação construtiva do conhecimento de uma perspectiva essencialmente histórico-social.

A fundamentação teórica buscou salientar a importância da construção de relações tentando compreender como os produtores rurais, ante os dispositivos da Lei nº 11.947/2009, estão se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para ofertar alimentos ao PNAE. Isso pelo entendimento de relação entre assuntos referenciados, estabelecendo sua importância numa estrutura de entendimento do ambiente micro e macro em que esteve presente e trabalhada a pesquisa.

Como em qualquer outro produto de pesquisa, o processo de revisão literária desempenha um papel importante no fortalecimento e na garantia da qualidade dos resultados finais. O método nesta pesquisa – por se tratar de uma pesquisa social onde suas abordagens tenderam a retratar a vida pública (FLICK, 2013), auxiliando na constituição de base para tomada de decisão política e prática numa abordagem social, o referencial teórico esteve organizado em seis grandes eixos: política pública, desenvolvimento rural, agronegócio, produtor rural, agricultura familiar e visão baseada em recursos (VBR).

2.1 Política Pública

Numa definição simples, a política pública objetiva a dissolução pacífica de conflitos, que consiste em um conjunto de procedimentos que podem ser formais ou informais, os quais expressam uma relação de poder, mas, que, na mesma medida, se destinam à resolução de conflitos sociais.

Embora, as políticas públicas tenham efeitos para a sociedade civil organizada podendo gerar consequências positivas ou negativas, há que se afirmar que elas (as políticas) exercem o papel de modelagem indutora, estimulando ou desestimulando atitudes, ações e processos sociais. No caso do agricultor familiar, podem contribuir para a sua fixação no meio rural.

Uma dos efeitos positivos resultado da ação da civilidade pública sem dúvida alguma é a competitividade, trazendo colado a ela a compreensão das facetas de um mesmo problema e que dificilmente pode por si só estabelecer uma definição que seja ao mesmo tempo, abrangente e útil.

Do ponto de vista das teorias de concorrência, a competitividade pode ser definida como a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer nos mercados concorrentes ou em novos mercados.

Nesta linha do pensamento, o conceito de cidadania, ativa no universo do escopo da pesquisa, torna-se primordial, visto que a autêntica realização humana só é possível quando o individuo se torna cidadão e atua em uma comunidade livre a autogovernada.

Consoante ressalta Denardi (2001), no que tange às políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar, destacam-se, hoje, no país, a Previdência Social e o PRONAF. A previdência é, de longe, a mais importante política social para os Agricultores Familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país. Segundo fonte fidedigna (IBGE, 2010) são 6,4 milhões de benefícios em todo o Brasil. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a primeira política pública diferenciada em favor dos Agricultores Familiares brasileiros. O PRONAF é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Suas lutas podem ser simbolizadas pelos Gritos da Terra Brasil,

liderados pela CONTAG e, no caso da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul dos trabalhadores da Agricultura Familiar.

Historicamente, as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar estão relacionadas a empecilhos como baixa capitalização; dificuldade ao acesso a linhas de crédito oficiais; baixo acesso à tecnologia; disparidade produtiva inter-regional; morosidade ao acesso à assistência técnica à produção rural; acesso aos mercados modernos, caracterizados pela multisetoriedade rural; diversidade produtiva (através de sistemas integrados de produção animal, vegetal, e manejo florestal); e tipo de mão-de-obra utilizada na produção – fatores esses comuns a um grande universo de pequenos agricultores familiares. (BIANCHINI, 2005).

Um estudo sobre a Agricultura Familiar no Brasil, realizado em cooperação com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), estabeleceu o conjunto de diretrizes que nortearam a formulação das políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de Agricultores Familiares. As diretrizes do PRONAF assimilaram conceitos e parâmetros do estudo FAO/INCRA, principalmente para a categorização dos Agricultores Familiares. (BIANCHINI, 2005).

Particularidades socioeconômicas ligadas à produção agropecuária familiar levam as instâncias governamentais a utilizar instrumentos de política pública que apoiem a viabilização da competitividade sustentada por estes empreendimentos. Para auxiliar na execução e efetividade operacional das cadeias produtivas, o governo brasileiro cria legislações e normas, visando ao melhoramento e à aplicabilidade de políticas públicas e de comercialização dos produtos da agricultura familiar – o exemplo é o PNAE.

Através de políticas públicas, a atividade legislativa busca viabilizar alternativas para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, avaliando a importância de programas que possam prover atividades de produção e comércio; um modelo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como canal de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e como via de sensibilização social.

Políticas públicas, segundo Lowi (1985), são normas postuladas por autoridades governamentais civis constituídas, que prescrevem a intenção de influenciar o comportamento de cidadãos, individual ou coletivamente, mediante o uso de regras quer sejam positivas ou negativas. Barzelay (2001) afirma que são tipos de rotinas que se aplicam à administração pública como um todo em relação à macro-organização governamental, processo de planejamento, orçamento e gestão financeira, funcionalismo, organização de

sistemas e métodos, controle, avaliação e aquisições,

Há que se considerar políticas públicas como sistemas de ação pública. (MENY; THOENIG, 1992) ou políticas públicas como um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, que se configuram num compromisso público de dar conta de uma determinada demanda, em diversas áreas, ou, ainda, considerar, através do pensamento de Guareschi (2004), que políticas públicas expressam a transformação daquilo que é âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

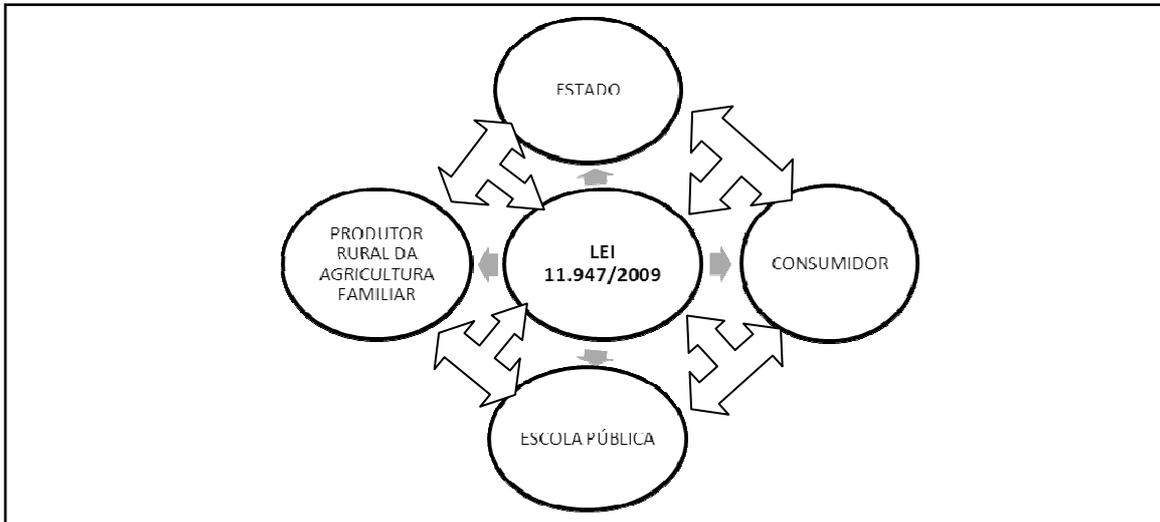
Dito de outra forma, políticas públicas são as ações que um determinado governo realiza com a finalidade de atingir as metas a que se propõe, revelando sua orientação, no que tange às tarefas de interesse público atrelado ao ressaltado por Bucci (2001), que as políticas públicas explicitam-se na medida em que se buscam formas de concretização dos direitos humanos, em particular, os direitos sociais.

Nesse contexto molda-se o PNAE como política pública social de inclusão social e apoio à educação do governo federal que garante, por meio da transferência de recursos financeiros aos municípios, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988, quando coloca que o dever do Estado com a educação é efetivado mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII).

O PNAE, enquanto programa social tem como argumento principal atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como com a formação de hábitos alimentares saudáveis, garantindo: direito à alimentação adequada, universalidade do atendimento, equidade constitucional, sustentabilidade e a continuidade ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada por parte dos alunos.

A grande originalidade e ousadia da Lei nº 11.947/2009 e a vinculação do programa da alimentação escolar à agricultura familiar é a garantia de poder haver mercado local, assegurado pelo poder público municipal (Estado), com a possibilidade de gerar renda de forma continuada aos agricultores e, ainda, fortalecer os circuitos locais da produção de alimentos, através da aquisição e compra de produtos da agricultura familiar, desde que

atendidas as exigências previstas, sempre se retroalimentando na execução, conforme denota-se figuradamente:



Quadro 2 - As faces abrangentes da Lei 11.947/2009

FONTE: Elaborado pelo autor com base. Ciclo da política pública (lei nº 11.947/2009).

A título de internalização como marco histórico da atividade legislativa pública, pode-se levar ao objeto da pesquisa a temporalidade com designação da ocupação do espaço por uma população, e como pano de fundo, como moldura teórica, a correlação da funcionalidade e a ação social, acima de tudo. Isso se pode observar na linha do tempo, conforme demonstração:

Período	Princípio organizador das políticas públicas	Efeito esperado das políticas	Política de Merenda Escolar
Primeira Era de Vargas (1930-1945)	Integração Social.	Incorporação tutelada das massas urbanas à sociedade oligárquica; a construção de uma ordem institucional que permitisse a incorporação dos novos atores à arena política.	Criação do Ministério de Educação e Saúde. Inicia fase da merenda assistencial.
Populismo (1945-1960)	Ampliação da participação.	Submissão das políticas à lógica do mercado político.	Criação da CNA (1954) e da CME (1955).
Crise do Populismo (1960-1964)	Redistribuição.	Expansão organizacional baseada em reformas que permitem a reformulação.	Reformulação do programa pela CNME (1965).

Autoritarismo Burocrático (1964-1967) e de (1967-1973)	Modernização conservadora. Crescimento sem redistribuição.	Submissão das políticas públicas à lógica da acumulação; reformismo conservador; expansão dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais como <i>trickledown</i> do crescimento.	O Programa se desenvolve de forma centralizada e de forma irregular.
Distensão e transição (1974-1984)	Redistributivismo conservador.	Expansão acelerada dos complexos empresariais de provisão de bens e serviços sociais. “ <i>Redistributionwithgrowth</i> ”	A responsabilidade passa para o INAE (1981). Criação da FAE (1983).
Nova República (1985-1989)	Reformismo social-democrata: universalismo, descentralização, transparência.	Redesenho de políticas, tornando-as eficientes, democráticas e redistributivas; <i>modus operandi</i> e a eliminação do <i>mistargeting</i> .	A FAE toma iniciativas de descentralização. Fase da merenda - direito.
Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1993)	Cesarismo Reformista; imperativos de governabilidade.	Reestruturação <i>ad hoc</i> e pouco consistente das políticas; focalização, seletividade e redefinição do mix público-privado das políticas.	Descentralização das compras.
Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) (1999-2002)	Instituir a Boa Governança; ação política como fixação de regras do jogo, estáveis e universalistas; primado da pobreza absoluta sobre a desigualdade no debate público.	Focalização, seletividade e redefinição do mix público-privado das políticas; restauração das bases fiscais das políticas; políticas compensatórias dos custos sociais da estabilização.	O Programa passa a ser gerido pelo FNDE (1997). Convênios entre entes federados. Valor <i>per capita</i> de 0,06 reais por dia.
Luis Inácio Lula da Silva. (2003-2006)	Compromisso com a manutenção das políticas macroeconômicas.	Manutenção da ênfase nas políticas econômicas de estabilização fiscal, manutenção de políticas focadas.	Programa totalmente descentralizado, o valor <i>per capita</i> é reajustado para 0,22 reais por dia. São realizadas reuniões anuais de discussão e premiação de iniciativas municipais.
Luis Inácio Lula da Silva. (2007-2010)	Compromisso com o crescimento econômico e social.	Ênfase nas políticas sociais distributivas e redistributivas. Superação da crise que abalou a economia mundial em 2009. Reformulação das políticas educacionais com ampliação de recursos e novos modos de gestão.	O PNAE é qualificado com uma nova legislação que modifica seus objetivos, alinhando-o com o PESA, tornando a ênfase na alimentação adequada; ampliação ao ensino médio; articulação com a agricultura familiar; em relevo o trabalho do nutricionista; capacitação como modo de qualificar o programa. O valor passa para 0,30 reais.

Quadro 3 - Histórico temporal da ação política pública Merenda Escolar no Brasil.

FONTE: BITTENCOURT, 2007a.; BITTENCOURT, 2007b e MELO, 2001.

2.2 Desenvolvimento Rural

Muito se tem dito sobre o que é desenvolvimento rural. Contudo, antes de dissertar, importante se torna no mote em pesquisa qualificar.

Desenvolvimento representa conceitos e aplicações voltados a empreender, a progredir, a melhorar. O desenvolver apregoa sair do envolvimento, de uma situação existente para outra situação diferente. Lisboa (1996) afirma que, o sentido literal de desenvolvimento sempre será o mesmo: tratar de romper com as amarras, os condicionantes naturais ou constituídos culturalmente que impedem o progresso.

Rural, segundo Baptista (2001), na Sociologia Rural, no início do século 20, distinguia rural e urbano:

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base em algumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos. (BAPTISTA, 2001, p. 55).

Crê-se que tais elementos definidores do rural modificam-se ao longo da história, ganhando novos contornos: a grande propriedade já não reina absoluta, a agricultura é modernizada, a população rural passa a obter rendimentos nos entornos das cidades, a indústria se entremeia nos espaços rurais, reduzindo as diferenças culturais entre campo e cidade:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje, envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (Ibid., p. 55).

Segundo o Censo Demográfico, que é a principal fonte fidedigna para base de dados, “Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural, outros aglomerados, rurais exclusive aglomerados”. (IBGE, 2002, p. 66).

Desenvolvimento rural, para Terluin (2003), reflete ser o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais o que carece de uma disciplina específica. Por isso, é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do desenvolvimento econômico em regiões rurais, como a economia regional e de agrupamentos sociais.

Habitualmente falando, o que se observa nos agrupamentos sociais modernos é uma premissa a dissemelhança ou verossimilhança. Os indivíduos não apenas possuem atributos diferenciados, como também possuem postura, atitudes e aspirações diferentes. Vendo o todo, sente-se que a vida em sociedade possa ser entendida como complexa e enredada de opiniões adversas, de interesses por volta antagônicos. Destarte, para que um agrupamento social possa sobreviver e progredir, o embate deve ser circunscrito dentro de teias administráveis, e, para isso, existem, usualmente, apenas dois medianos: a coerção e a política. É por isso que os atores envolvidos programam políticas, pois estas compreendem um conjunto de decisões e ações estrategicamente selecionadas que dentro do segmento agrícola busca o prosperar comum, levando o nome de desenvolvimento rural.

Os municípios integrantes da pesquisa, na região estudada, caracterizam-se pela grande importância da agricultura e da área rural. Segundo dados do IBGE/2010, mais de 23,81%⁶ da população dos dois municípios moram na área rural; logo, parece clara a importância de buscar conceitos sobre o desenvolvimento na área rural que possam proporcionar uma visão mais específica sobre o assunto.

Os esforços de desenvolvimento rural têm se confundido com a necessidade isolada do aumento da produção agrícola, pois, na medida em que a população cresce, imagina-se que a agricultura seja mais exigida para aumentar a oferta de alimentos, em ritmo igual ou superior ao crescimento demográfico e ao crescimento da renda.

Na literatura especializada dos estudos de desenvolvimento rural, existe um entendimento de que o conceito de desenvolvimento rural está em plena construção. (PLOEG *et al.*, 2000; CONTERATO, 2008)

Até pouco tempo o que se buscava explicar eram os processos de mudança social nas populações rurais pelo aspecto do acesso ao eixo tecnológico. Conterato (2008) escreve que as implicações giravam em torno das teorias da modernização agrícola, alicerçada na revolução verde, basicamente nos anos 80 no Brasil.

Estes conceitos no passado prescreveriam a que Navarro (2001, p.88), chamou de “a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo final, a elevação da renda dos produtores”, e estas estariam ligadas ao conceito de crescimento econômico, pois buscavam o crescimento econômico através do aumento da produtividade e renda.

⁶ Segundo censo IBGE, 2010 a população total de Guaporé (RS) é de 22.814 pessoas e destas 1994, são habitantes do meio rural, perfazendo 8,39% do universo referido, enquanto em Serafina Correa (RS) a população total é de 14.253 pessoas e destas 2.199 são moradores do meio rural, um percentual da população na ordem de 15,42. Somando os percentuais temos 23,81% da população dos dois municípios pesquisados são do meio rural

Observa-se que a definição exata do termo “desenvolvimento rural” tem se alterado ao longo do tempo, porém, todas as definições destacam a melhoria do bem-estar das populações rurais como objeto principal desse desenvolvimento, onde as diferenças surgem das “estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas” (NAVARRO, 2001, p.88). O debate a respeito da definição do desenvolvimento é praticamente inexaurível para a literatura e seus escritores, observemos algumas definições.

Waterston (1979) disserta que o desenvolvimento rural é conceituado como uma atividade integradora que abrange o crescimento agrícola em si e, na indústria rural há o estabelecimento das melhorias dos recursos sociais e de infraestrutura (educação, mobilidade, acesso a informação, etc.) e serviços de bem-estar social; enquanto que, crescimento agrícola tem como premissa básica o aumento da produção.

Já Alvarez (1983) coloca que a intenção principal do desenvolvimento rural deve ser no sentido de melhorar a qualidade de vida do setor rural, permitindo a participação do próprio produtor rural na tomada de decisões e nas suas implementações. Define desenvolvimento rural como o fruto de uma série de transformações quantitativas e qualitativas que têm lugar em uma população rural e de cujos efeitos diretos resultam uma elevação dos níveis de vida no modo de vida da população.

Pela inconstância e incerteza de conceito, cientistas da área rural passaram a ver a necessidade de apensar as teorias clássicas usuais, novos entendimentos ou definições dentro do desenvolvimento rural. Aflora, então, um novo enfoque a este conceito baseado a partir da definição multidimensional do desenvolvimento econômico. Segundo PLOEG *et al.*, (2000); KAGEYAMA (2004 e 2008), o desenvolvimento rural passa a ser visto como um recurso, como um meio que se insere na dimensão econômica, sociocultural, político institucional e na dimensão ambiental no contexto social que está inserido. Caba afirmar que o desenvolvimento rural não é entendido apenas como um processo de crescimento econômico medido unicamente pelo produto ou renda per capita, mas como um modelo de entender mais complexo, “o qual está ancorado no tempo (trajetória de longo prazo), no espaço (o território e seus recursos) e nas estruturas sociais presentes em cada caso” (KAGEYAMA, 2008, p. 58).

Conforme Ploeg *et al.* (2000), o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços associados a novos mercados; também abrange o desenvolvimento de novas formas de redução dos custos através da elaboração de novas tecnologias; tentando reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Na visão deste autor, o processo de desenvolvimento rural

engloba três características: multinível - quando o processo ocorre na relação entre a agricultura e a sociedade, fazendo com que o rural forneça muito mais do que alimentos e matérias-primas, por exemplo, bens públicos (paisagem, valores naturais); multiator - o cenário complexo, das instituições participantes do desenvolvimento rural torna o processo dependente de múltiplos atores, “os quais estão envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global” (KAGEYAMA, 2008, p. 59), e multifacetado, pois se desdobra em uma grande variedade de novas atividades. A implantação de programas que apoiam a agricultura familiar local pode ser considerada um modelo efetivo de desenvolvimento local.

Sucinta após breve revisão sobre desenvolvimento rural, foi possível definir quais os conceitos que foram adotados no estudo; utilizamos a definição multidimensional do desenvolvimento rural, o qual é visto como um processo que envolve a dimensão social, demográfica, político institucional, econômica e ambiental.

2.3 Agronegócio

Há tempos o mundo vem passando por uma fase de transição, em especial, o setor agrícola. A população do Brasil, por exemplo, que, segundo dados do IBGE de 1991, era de 74.340.353 pessoas. No ano de 2000, 169.799.170 pessoas e, no ano de 2010, 190.755.799 pessoas que vêm provocando nas sociedades modernas um aumento na demanda por produtos mais específicos, muitos deles do setor primário de produção, fato que instiga a necessidade de se adaptar a um novo paradigma organizacional para atender a esse crescimento acelerado. Nessa perspectiva, o agronegócio representa uma oportunidade de crescimento e de grandes desafios para o mundo contemporâneo.

Segundo escrito os primeiros discursos sobre o termo agronegócio se deu na Universidade de *Harvard*, pelos professores John Davis e Ray Goldberg (1957), momento em que formalizaram o termo *agribusiness*, hoje tratado como sinônimo de agronegócio. Segundo os referidos autores, o termo *agribusiness* pode ser compreendido como sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

De acordo com Davis e Goldberg, (1957), as dificuldades relacionadas com o setor agroalimentar elucidavam uma grande complexidade, mostrando ser muito mais que uma simples atividade rural. Portanto, havia a necessidade de estudar esta problemática de uma forma sistêmica e não mais de forma reducionista e estática.

No Brasil, no entendimento de Pinho (2004), agronegócio pode ser explicado numa visão de sistema que engloba três segmentos, identificados como, antes da porteira (fornecedores de insumos e serviços), dentro da porteira (produção agropecuária), e após a porteira (armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagens, distribuição e consumo).

Embora empiricamente, ao analisar os debates nos espaços públicos (ruas e cidades), sobre o que possa ser agronegócio, provavelmente ouve-se como resposta que o produtor rural e agricultura estão restritos a arar o solo, plantar sementes, fazer colheita, ordenhar vacas ou alimentar animais. O mesmo se pensa sobre o agricultor familiar por conta da diminuta gleba de solo que ele explora.

Para Araújo (2009, p. 16), agronegócio é um “conjunto de todas as operações e transações envolvidas, desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários in natura ou industrializados”. Este conjunto de operações pode ser chamado de conceito de mercado. Hall e Lieberman (2003) descrevem isto como sendo um grupo de compradores e vendedores que têm potencial para negociar com os outros; já Kupfer e Hasenclever (2002, p. 35) abordam o conceito de mercado apenas do ponto de vista do consumidor: “mercado corresponde à demanda por um grupo de produtos substitutos próximos entre si”.

Apensado ao entendimento como fim de compreender o funcionamento dos mercados e suas cadeias agrícolas está o conceito demanda ou procura. Segundo Sandroni, “é a quantidade de um bem ou serviço que um consumidor deseja e está disposto a adquirir por determinado preço e em determinado momento” (2006, p. 160).

Nantes (1997), quando faz menção à cadeia de produção rural, aponta que não basta mais se preocupar exclusivamente com a questão produtividade; é preciso ser administração empreendedora rural, cada vez mais voltada às necessidades do consumidor, buscando sedimentar o conceito produção para negócio, ou seja, procurar conhecer o que, quanto e para quem e quanto produzir. Ver a atividade como planejamento, como entendimento de agronegócio presume-se o fundamento do sucesso como retórica permanente.

A administração rural ciência não deve mitigar tão somente em analisar os aspectos

inerentes à empresa rural, mas, também, a inter-relação com o ambiente que a cerca. O sucesso das organizações depende, em grande parte, da atuação de seus administradores. A administração deve colocar o desempenho econômico em primeiro lugar, pois uma empresa só justifica a sua vivência mediante os resultados econômicos produzidos, independente dos demais resultados que obtiver. (DRUCKER, 1995).

O planejamento, ferramenta útil para é à chave para a competitividade da empresa, uma vez que a incerteza sobre o futuro é inevitável e estratégico. O exercício de elaborar cenários, além de estimular a criatividade, serve para antecipar a percepção das ameaças e oportunidades, unificar as visões a respeito do mundo e do futuro, preparar os administradores para lidar com descontinuidades, assim como é um instrumento de comunicação e sensibilização de todos os membros de uma empresa. (MACHADO, 2005).

2.4 Produtor rural

Segundo Gonçalves e Souza (2005), na legislação brasileira, a definição de propriedade rural familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação:

propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo produtor, agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

E, na definição da área máxima, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequeno os imóveis rurais com até quatro módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre quatro e quinze módulos fiscais. Nos municípios que foram pesquisados, o módulo fiscal corresponde a 20 hectares, ou seja, 20.000 metros quadrados de área de solo, conforme apontam dados da Secretaria Municipal da Fazenda dos referidos municípios.

Bittencourt e Bianchini, em um estudo feito na região sul do Brasil, adotam a seguinte definição:

agricultor familiar é todo aquele(a) agricultor(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (1996).

Dentre as mais variadas conceituações observamos a citada por Carmo (1999) em vários papiros sobre o assunto em tira. Ele quando se refere a agricultura brasileira, se refere em especial à agricultura familiar como um modelo de organização produtiva em que as orientações voltada para as decisões com finalidade de exploração da atividade agrícola não se subordinam unicamente pelo eixo da produção ou da rentabilidade econômica, mas levam em consideração, entrementes as necessidades e objetivos familiares.

Já Guanziroli e Cardim (2000) conceituam como produtores rurais da agricultura familiar àqueles que atendem às condições de atividade e gestão preferencialmente exercida pelo produtor e por sua família e sempre a mão-de-obra familiar é superior ao trabalho contratado.

O que se percebe que a maioria das definições de produtor rural da agricultura familiar adotada, baseia-se na mão de obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Atenta-se que a agricultura familiar é alicerçada em princípios que estabelecem uma relação harmoniosa do homem com o meio ambiente, a fim de que ele consiga retirar o sustento da terra sem que, para isso, tenha que acabar com os seus recursos naturais. A agricultura familiar caracteriza-se pela posse da propriedade e dos meios de produção no seio da família e consiste na gestão de investimentos, validados, primordialmente, por trabalhadores com grau de parentesco; o qual pressupõe a distribuição igualitária da operacionalização da atividade produtiva bem como de seus rendimentos.

O modelo familiar de produção agrícola tem como fato a estreita relação entre trabalho e gestão; a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários; a ênfase na diversificação produtiva na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. (FAO/INCRA, 1994, *apud* OLALDE, 2013).

Sabe-se que diversas instituições nacionais e internacionais conceituaram agricultura familiar, no entanto, esse referencial centrou-se na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que expõe as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, ao compreender, no Artigo 3º, que, para os efeitos desta Lei, considera-se produtor ou agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam, simultaneamente, a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam, simultaneamente, a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam, simultaneamente, aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente, aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Pelo INCRA/FAO (2000), a agricultura familiar define-se pela aglomeração da posse da propriedade e dos meios de produção no seio da família e consiste na gestão da produção e investimentos, validada primordialmente, por trabalhadores com grau de parentesco, pressupondo-se a distribuição igualitária da operacionalização da atividade produtiva a todos os membros do meio de produção.

Soares (2001) acrescenta, igualmente, que a agricultura familiar abrange o patrimônio cultural, por meio da conservação dos valores sociais e históricos, para impedir o desaparecimento da identidade de determinado povo.

Dessa forma, Cazella, Bonnal e Maluf enfatizam que a manutenção do tecido social e cultural da agricultura familiar deve considerar a forma familiar de produzir e a sociabilidade das famílias e das comunidades rurais, na medida em que,

a agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade e condição de inserção social das famílias rurais brasileiras; contudo, não há uma coincidência entre as expectativas dos agricultores, quase sempre pessimistas em relação ao futuro da atividade agrícola e a intenção de permanecer no campo ou “no lugar” – esse aparente paradoxo se desfaz quando se diferencia a relação dos agricultores com o (meio) rural e com a atividade agrícola (2009, p. 50).

Como tecido social, é necessário considerar não só a informação, mas também o processo de interação de conhecimento, a participação e a aprendizagem das técnicas necessárias, que são instrumentos facilitadores para adotar práticas sustentáveis visando a uma futura mudança no âmbito dos agrossistemas familiares, tão importantes como os próprios resultados.

A definição de produtor que norteou a pesquisa científica em voga foi a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que expõe as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e, para o conceito de agricultura familiar como definição *mater*, o conceito de Albaladejo (2000), este leva em consideração que os agricultores familiares possuem saberes, visões de mundo, técnicas e estratégias de produção agrícola e interação de forma dialógica com o saber, produzido pela pesquisa social, podendo resultar sistemas de produção mais sustentáveis do ponto de vista socioeconômico, cultural e ecológico. Provavelmente, em nenhuma outra atividade humana exista interação tão grande entre o ser humano e a natureza como na agricultura.

Pode-se agregar a interação dita o fator competitividade para sobreviver. Competitividade que não possui definição precisa, pelo contrário, compreende faceta de um mesmo problema que dificilmente se pode estabelecer, a uma definição que seja, ao mesmo tempo, abrangente e útil.

Do ponto de vista das teorias de concorrência, “a competitividade pode ser definida como a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer nos mercados concorrentes ou em novos mercados”. (ZYLBERSZTAN, NEVES, 2000, p.141).

Dessa definição para o viés do produtor rural decorre que a competitividade é uma medida de desempenho das firmas individuais, mas não canibalistas, pois são autônomas em suas relações sistêmicas, já que as estratégias podem ser obstadas por gargalos de coordenação ou de logística, por exemplo. Os municípios que a pesquisa abrange são marcados pela homogeneidade quanto ao modelo de pequena propriedade, e, ao mesmo tempo, pela heterogeneidade de situações, de ocupações em termos de concentração populacional no setor agropecuário, quanto às superfícies cultiváveis disponíveis, fluxo de comércio e outros índices-referência e tendências. Entretanto, algumas particularidades, pelo advento da possibilidade de adaptar-se ao processo produtivo com vistas à oferta de

alimentos ao PNAE, poderão ocorrer, a saber:

- Aumento de produtividade agropecuária.
- Maiores níveis de tecnificação e especialização dos agricultores familiares, incluindo o crescimento de área de plantio.
- Aumento do número de pequenos produtores rurais preocupados com o gerenciamento empresarial de suas propriedades e, por consequência, a tendência de aumento da rentabilidade na atividade agrícola.
- Tendência de redução dos níveis de necessidade de aporte financeiro pela entrada de capitais na pequena propriedade rural, possivelmente pelas assertivas acima se concretizarem, promovendo a redução da exclusão do produtor no que diz respeito à pobreza rural, humanizando mais o ambiente rural.
- Crescente internacionalização dos hábitos de consumo, com o aumento da oferta de produtos advindos da agricultura familiar aos alunos das escolas beneficiadas com a Lei nº 11.947/2009.
- Aumento da concentração nos mercados do setor pela garantia de pagamento e da demanda continuada, ou;

- Nada ocorrer, mantendo-se o status quo tal e qual estático como se apresenta.

Dentro desse processo concorrencial e de competitividade, o principal norte perseguido pelo produtor rural é potencialização natural da sua vocação de produzir, tendo como suporte a própria adaptação à Lei nº 11.947/2009 como instrumento de ação e compromisso com a equidade e a sustentabilidade como obrigação ética e moral ao programa circunscrito; ou seja, um processo de globalização com agenda crescente.

2.5 Agricultura Familiar

As raízes da produção dentro do seio do setor primário representam um eminente quinhão de pessoas e encena grande importância econômica e social para o país. No Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de Agricultores Familiares. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área total. Dos 80,25

milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras.

Em 2009 segundo IBGE, a agricultura familiar era responsável na composição da cesta básica do brasileiro, por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. O limite de quatro módulos fiscais não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais.

Esta definição é mera formalidade, para ser usada em políticas públicas, pois agricultores familiares sempre existiram, o que pode variar é a terminologia usada para designar esta categoria social. Segundo Denardi (2001), o conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil; antes, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência e, até mesmo, em camponês. Para Schneider,

o conceito de agricultor familiar surgiu na década de 90, em substituição aos conceitos de colonos, trabalhadores rurais ou pequenos agricultores, no sentido de superar algumas imprecisões que estes conceitos carregavam. Em face dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nessa época, tais como os impactos da abertura comercial, a falta de crédito agrícola e a queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústrias, entre outros que não podiam mais ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente trabalhadores rurais (2003).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que articula as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, assim a define:

“Agricultura Familiar” é a atividade econômica em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do o que e como produzir, havendo uma relação direta entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado (MDA, 2005).

Finato e Salamoni (2008) dizem que não há como negar que a agricultura familiar ao longo do tempo se desenvolve. Os agricultores familiares são essenciais para a população rural e urbana, e pela ocupação de mão-de-obra familiar envolvida e a quantidade e qualidade dos produtos oferecidos ao mercado.

Borba, Gomes e Trujillo (2004) propõem um desenvolvimento construído de forma participativa e a partir das características socioculturais e ecológicas locais que valorizem a identidade dos Agricultores Familiares e contribuam para o desenvolvimento local. Para eles o potencial endógeno estaria associado ao conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais e culturais) que podem ser potencializados para promover o desenvolvimento local.

A promoção está diretamente vinculada a mudanças recentes no modo de observar a atividade e abrindo novas possibilidades para a agricultura familiar, favorecendo-a de certo modo. Uma destas mudanças refere-se ao padrão de consumo da sociedade atual, caracterizado por uma segmentação na demanda por alguns produtos em substituição à oferta padronizada e reprimida, típico do regime totalitários vividos no Brasil no passado. Vilela, (1998) pondera que a agricultura familiar tem capacidade de responder com mais agilidade a estes novos requerimentos; o que pode favorecer na melhoria da competitividade para com outros segmentos da economia global, gerando vida sustentável nos recortes sociais e econômicos que pertencem. Outro relevante fato é que tem aumentado significativamente nos novos tempos de consumo na sociedade, o espaço para produtos diferenciados, como alimentos orgânicos, ecológicos, nutracêuticos, funcionais, entre outros. Para poder responder a estas novas oportunidades, os agricultores familiares necessitam ter acesso e domínio das políticas públicas.

Dominar um processo, uma tecnologia, uma habilidade, e ter conhecimento da extensão desse domínio, ajuda o agricultor familiar a focalizar melhor o seu agronegócio e a estruturar suas operações, para que ela se dedique àquilo que sabe fazer de melhor. (MACHADO, 2005).

Há que se saber que, um projeto de desenvolvimento local rural sustentável necessita levar em conta as diferentes expectativas individuais, sinalizando variações de sustentabilidade e de liberdades individuais básicos para todo o conjunto da população, levando-se em conta as diferenças de gênero, de idade, de renda, de cultura, de acesso aos direitos básicos, etc. (GOMES *et al.*, 2009).

Ainda que se tente definir pelo senso comum, a agricultura familiar está inserida em uma diversidade de formas de fazer a própria agricultura que se diferencia segundo tipos de constituição familiar, contexto social, interação com diferentes ecossistemas, história, entre

outras. Há que ser considerado para o entendimento que existem múltiplas denominações de nomenclatura, locais ou regionais, como, por exemplo: colono, posseiro, sitiante, morador, ribeirinho, entre outros. O que está posto e sabidamente conhecido pela academia do saber é que pequenos produtores, além de estruturar sua empresa adequando à sua realidade, usam de técnicas gerenciais e atualizam-se, gerando para os seus, o espírito cooperativo. Para o pequeno produtor manter-se no mercado de maneira competitiva passa pela necessidade do coletivo, da união, sabidamente por que em conjunto, são muito fortes nos mercados competitivos em que estão inseridos.

Na paisagem da pesquisa, no recorte do setor primário, observa-se a legitimidade social, política e acadêmica quanto à *sapereaude* e *status quo*, mesmo que de forma não culta; no discorrer do texto dissertativo, aparece evidenciado de forma científica, face até a necessidade ímpar de clarificar o conceito agricultura familiar. Com o intuito de dar contribuição ao debate bibliográfico, o cenário foca a questão principal do objeto de pesquisa sem desprezar a diversidade e heterogeneidade das formas familiares de trabalho e produção, procurando, na tentativa científica, mostrar as diferentes possibilidades da abordagem.

2.6 Visão Baseada em Recursos

Nas páginas a seguir sobre VBR não se pretendeu – obviamente – dar respostas às ponderações, mas, sim, trazer à pesquisa a possibilidade de entendimentos, tentando seguir uma linha de reflexão num âmbito tal, que seja possível estabelecer diálogo entre a teoria VBR⁷ e a constituição ou formação de estratégias empresariais, indicando como estas podem se fertilizar mútua e reciprocamente. O objetivo é consolidar os referenciais teóricos utilizados, de forma a se observar as inter-relações e complementaridades existentes entre as contribuições dos autores revisados para que sirvam de base à compreensão de elementos teórico-práticos que dão embasamento ao entendimento do processo de tomada de decisão do produtor rural no que tange à formulação da estratégia e aos processos de sua propriedade.

Pode-se constatar que, ao produtor rural, a Visão Baseada em Recursos reveste-se de importância neste contexto, uma vez que conhecendo os seus recursos, ele pode concretamente embasar o processo de formulação da estratégia da propriedade rural, visto que

⁷ Visão baseada em recursos.

tão relevante quanto os recursos internos disponíveis, são os resultados das combinações e interações que os próprios recursos geram, ao receber as informações e influências do ambiente externo à propriedade rural.

Uns dos pressupostos mais comentados são de que a VBR tem seu fundamento nas teorias empreendedoras de Schumpeter (2002), no crescimento da firma de Penrose (1959) e da hierarquia de rotina de Nelson e Winter (1982).

Schumpeter (2002) é considerado o Pai da introdução da noção de destruição criativa que mantém o capitalismo em movimento e que move o motor, o empreendedor, agente de mudanças econômicas e tecnológicas. Empreendedor por Ubeda (2006), não é necessariamente quem investe o capital inicial ou inventa o novo produto, mas a pessoa com ideia do negócio.

Para que as atividades ocorram é necessário conjuntos de afazeres padrões gerenciados vida de regra por pessoas, no cotidiano. A este conjunto a teoria aplica o nome de rotina organizacional, interface esta percorrida por Grant (1991) e diz que as rotinas oferecem sempre a interface entre o relacionamento de recursos, competências e vantagem competitiva, tão importante para a gestão da empresa.

Os primeiros estudos catalogados de VBR apontam para Chamberlin, 1933, e Robinson, 1933 (citado em Fahy, 2000). Na década de 30, do século passado os autores sugeriam que os ativos e capacitações da empresa deveriam ser os responsáveis pela geração de lucros, em ambientes monopolizados, contudo a mais profunda imersão se deve a Edith Penrose que em 1959, galgou o entendimento da heterogeneidade organizacional.

Segundo Penrose (1959), na empresa encarnam-se conjuntos de recursos cuja utilidade é organizada em modelos de referência administrativa: os produtos finais da firma representam oportunidades para a empresa utilizar seu conjunto de recursos para desenvolver suas potencialidades básicas. A leitura que se tem é que empresas diversificam seus produtos para transformarem suas adaptações em vantagens competitivas.

Aos estudos de Penrose (1959) é dado o crédito para entender o que mais tarde veio a se chamar Teoria da Firma, indicando a importância de conjuntos de recursos únicos, determinados pela alta administração, com vistas a melhorar desempenho da empresa.

Destarte, a proposição fundamental em trazer a VBR para o trabalho aponta para uma teoria estratégica centrada nas narrativas de transformação de recursos em uma vantagem competitiva, no aprendizado social e coletivo da agricultura familiar, suas capacitações dinâmicas, capacidade de renovar competências no ambiente de negócios, avaliando a aprendizagem minimizando a incerteza, aumentando o comprometimento e a busca da

possibilidade de liquidez na propriedade rural do agricultor familiar pelo advento da aplicabilidade da lei.

No âmbito da propriedade rural a vantagem competitiva está apoiada em três aspectos, que sejam a visão baseada nos recursos da propriedade rural, a análise das informações do ambiente externo e a capacidade de visão sistêmica por parte do produtor, sendo que a conjugação desses fatores culmina na formulação de uma série de alternativas que são analisadas e, a partir daí, tomadas as decisões estratégicas para a propriedade rural, sendo que os resultados advindos destas decisões podem afetar diretamente na estrutura da mesma.

Por outro lado, ao nível do ambiente externo, a conscientização dos produtores rurais da necessidade do desenvolvimento de relações de cooperação, em detrimento da competição com seus pares, é um dos caminhos possíveis para que este tenha melhores condições de assimilar as influências externas e combinar seus recursos de forma a que seus horizontes sejam ampliados, dando assim maior suporte ao seu processo de tomada de decisão. Neste contexto, as alianças estratégicas se caracterizam como uma alternativa que pode potencializar a capacidade adaptativa das propriedades rurais às externalidades impostas pelo ambiente externo.

A premissa do uso da VBR é tentar compreender como os recursos produto e produção aliada à entrega da merenda escolar, pela ação da Lei nº 11.947/2009, foram tratados, transformando-os em vantagem competitiva no meio rural da agricultura familiar. Serviu também, para nortear o entendimento da aprendizagem organizacional da agricultura familiar no recorte da pesquisa, este relacionado à noção de capacidades de construção das competências, especialmente quando dá ênfase à capacitação pelo aprender fazendo, embora já sabido pela prática no cotidiano; aprofundando o conhecimento e o entendimento dos recursos que estão sendo aplicados e combinados no meio rural, uma vez que tal pode trazer vantagem competitiva sustentável ao produtor rural, podendo, também, ser tratado como firma. Pode-se entender que o aprender fazendo enquanto aprendizagem e, capacidade dinâmica associada à inovação, é conceito indissociável enquanto mecanismo de solução de problemas. Neste trabalho, foi usada a definição do dinamismo da capacidade oriunda de trabalhos seminais como os de Amit e Schoemaker (1993) e de Teece, Pisano e Shuen (1997), assim descrito:

[...] We define dynamic capabilities as the firm's ability to integrate, build, and reconfigure internal and external competences to address rapidly changing environments. Dynamic capabilities thus reflect an organization's ability to achieve new and innovative forms of competitive advantage given path dependencies and market positions (p. 514).

Buscando a tradução mais próxima para o idioma da língua portuguesa vigente:

[...] Nós definimos as capacidades dinâmicas como a capacidade da empresa para integrar, construir e reconfigurar-se internamente e de ter competências externas para resolver-se mudando rapidamente ambientes. Capacidades dinâmicas, assim, refletem a capacidade da organização para alcançar novas e inovadoras formas de vantagem competitiva dada dependência da trajetória e posições de mercado (p. 514).

Há que se ressaltar que a VBR foca prioritariamente as condições internas às firmas como responsáveis pelo desempenho. Percebe-se que a própria teoria está fundamentada na administração de recursos tangíveis e intangíveis, na heterogeneidade das empresas, e nas variáveis que impactam na dinâmica setorial, criando, assim, vantagem competitiva para certas firmas (BARNEY, 1991), sendo que, na perspectiva da VBR, pode ocorrer vantagem competitiva de duas formas, pelo posicionamento (WERNERFELT, 1984) e pela sustentabilidade. (DIERICKX; COOL, 1989)

Wernerfelt (1984) entende o posicionamento de mercado e de produtos apregoados numa visão mais estruturalista, procuram inter-relacionar as organizações com o seu ambiente externo, que é a sociedade maior, ou seja, a sociedade de organizações, caracterizada pela interdependência entre as organizações, refletindo assim um portfólio de recursos detidos pela firma. A competitividade sadia pode ser compreendida tanto pelo mercado como pela análise dos recursos no interior de uma empresa, posicionando-a.

Dierickx e Cool (1989), quando falam de sustentabilidade, dão ênfase ao processo de desenvolvimento interno dos recursos, focando suas análises nas barreiras à imitação. Os recursos que garantem vantagem competitiva sustentável devem ser não comercializáveis; não imitáveis; e não substituíveis.

Teece, Pisano e Shuen (1997), e Eisenhardt e Martin (2000), definem o aprender fazendo a relação da noção de capacidades dinâmicas, as quais definem como a habilidade de uma organização: integrar, construir e reconfigurar competências organizacionais internas e externas para responder às mudanças contextuais.

“O saber combinatório está no centro de todas as competências” (LE BOTERF, 2003, p. 12). Há que ponderar que competência não deixa de ser um estado de abstração, imaterial, porém é dependente de seres humanos para concretize. As ações eficazes são resultados da execução de recursos pessoais (conhecimentos, habilidades, qualidades, por exemplo) e recursos do meio (tecnologia, banco de dados, etc.).

Zarifian (2001) define competência como a capacidade que um indivíduo tem de tomar iniciativa:

(i) A competência é o “tomar iniciativa” e o “assumir responsabilidade” do indivíduo diante das situações profissionais com as quais se depara; (ii) a competência é um entendimento prático de situações que se apóia em conhecimentos adquiridos e os transforma na medida em que aumenta a diversidade das situações e (iii) a competência é a faculdade de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações, é a faculdade de fazer com que esses atores compartilhem as implicações de suas ações, é fazê-los assumir áreas de corresponsabilidade. (p.74).

Fleury (2002) versa que competências humanas podem ser compreendidas como um conjunto de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber ser). Abrange-se saber assim, que as competências essenciais são a capacidade de integrar recursos e produtos e serviços, ou seja. A competitividade da firma pode ser determinada pelo alinhamento entre as competências da empresa e a sua estratégia competitiva formulada e adaptada de maneira tal que possa vir gerar vantagem competitiva.

Nesse contexto, vantagem competitiva é definida como sendo a implementação de uma estratégia que agregue valor e gere benefícios para uma empresa, sem que outra concorrente a faça simultaneamente e é considerada “sustentável” quando existe a impossibilidade das concorrentes replicarem os benefícios com a implementação de estratégia idêntica ou semelhante. (BARNEY, 1991)

2.6.1 Recursos essenciais na VBR

Um dos mais citados autores dentro da VBR, Barney (1991) quanto a caracterização de recursos estratégicos, geradores de diferencial competitivo para as organizações sugere que recursos geradores de vantagem competitiva devem atender a quatro condições básicas: 1) terem valor; 2) serem raros ou escassos; 3) serem difíceis de imitar; e 4) serem difíceis de substituir.

No caso do agricultor rural, quanto ao desenvolvimento de suas capacidades, a escassez dos recursos não é fator importante pela dificuldade gerada à competição, para obtenção do mesmo recurso. Todos têm acesso aos mesmos recursos, podendo obter as mesmas vantagens; portanto, embora plural, o recurso é valioso, mas não raro, transformando-se rapidamente em pré-requisito para toda a concorrência, mas não em um ativo com potencial de gerar vantagem competitiva (NIETO e PEREZ, 2002).

Nieto e Perez (2002) chamam de fatores extrínsecos dos recursos a durabilidade ou continuidade dos recursos necessários para a manutenção da vantagem competitiva; as

condições de valor, a escassez, a dificuldade de imitação e substituição, bem como capacidade de apropriação.

Tem-se claro a heterogeneidade dos fatos é que geram definições e ações para a obtenção de recursos únicos, como monopólios, ou as chamadas rendas Ricardianas – oriundas da posse exclusiva de determinados ativos – e ainda recursos particulares provenientes de inovação.

2.6.2 Tipologia de recursos

Grande parte dos autores que pesquisam recursos (KOTELNIKOV; NIETO, PEREZ, 2002) classifica-os em três categorias principais: ativos tangíveis, intangíveis e capacidades. Esta análise classificação segundo Kotelnikov possibilita à empresa definir o portfólio de produtos a serem comercializados, os mercados alvo a serem perseguidos, as capacitações requeridas e os recursos a serem empregados para focar nos mercados onde essas oportunidades se mostrem efetivamente possíveis.

Há ainda, outras divisões como a realizada por Miller e Shamsie (1996): recursos baseados em propriedade e recursos baseados em conhecimento, que englobam tanto intangíveis quanto capacidades.

Usualmente os recursos tangíveis, físicos ou baseados em propriedade são relativamente fáceis de contabilizar ou inventariar; compreendem equipamentos, estoques, plantas, depósitos, entre outros. Eles apresentam maior facilidade de imitação e são fontes de vantagem competitiva somente quando existem direitos de exclusividade ou controle sobre o recurso, impedindo o acesso a competidores.

Os recursos intangíveis referem-se não somente à reputação, patentes, relacionamentos, mas também às habilidades intelectuais mais complexas e específicas; são, portanto, mais difíceis de mensurar e imitar.

Para se manter no tempo, uma organização precisa mudar suas características de acordo com a mudança do contexto ambiental. Vantagens competitivas sustentáveis estão mais para caminhos a serem trilhados do que para um destino a ser caminhado no dia-a-dia

A visão da VBR começa a compreender que os recursos não são estáticos e imutáveis. Eles devem ser analisados como um modelo dinâmico que avalie a contribuição dos recursos existentes para as oportunidades atuais e a capacidade de geração de novos recursos necessários para a obtenção de vantagem competitiva em ambientes futuros.

Olhando para dentro do escopo em que a pesquisa aporta, a agricultura familiar: a VBR indica que, a identificação, escolha e desenvolvimento dos recursos estratégicos para a tomada de decisões ou planejamento com vistas a adaptar-se a uma lei (nº 11.947/2009), promove um desempenho significativamente positivo da e para a organização, cravando responsabilidades dentro do seio de produção, no caso da agricultura familiar, na figura do próprio produtor rural. Isto pode sugerir que somente alguns recursos são capazes de gerar valor para o consumidor e garantir vantagem competitiva, porém pode satisfazer a necessidade criada pelo advento inicial, a norma em si. “O ambiente geral consiste de tendências amplas, no contexto em que uma empresa opera que podem ter impacto nas escolhas estratégicas dessa empresa” (BARNEY; HESTERLY, 2007, p. 28).

Observando pela ótica ambivalência usando o aporte do pensamento de Penrose (1959), podemos dizer que a empresa - agricultura familiar possui um conjunto de recursos mais próximo ao molde de sua demanda, via de regra visando o atendimento das necessidades de mercado. Sugere o autor que isto gera e promove a detenção de vantagem competitiva em relação a outrem.

Estando os produtores rurais alocados num ambiente que exige o desenvolvimento e aprimoramento de conhecimentos e capacidades técnicas e administrativas, as alianças estratégicas surgem como uma alternativa a ser analisada. Os mercados agrícolas embora se espelhem na íntegra, geram produtos e para estes, quer sejam um ou outro há certos modelos de fidelização de consumo em relação a seus consumidores.

A esta perspectiva, chamou-se “Visão da Empresa Baseada em Recursos” (do inglês *“Resource Based View of the Firm”* ou *RBV*). Conforme Grant (1991), recursos podem ser definidos como ativos que podem ser facilmente identificáveis (recursos tangíveis) ou não claramente observáveis e quantificados (recursos intangíveis), e que estejam semi permanentemente vinculados à empresa. Penrose (1959) e Barney (1991) citam três categorias principais: (1) recursos físicos, como plantas e equipamentos; (2) recursos humanos, as pessoas laborais, a equipe técnica e os executivos da empresa e (3) recursos organizacionais, formados pelas normas e rotinas que coordenam os recursos físicos e humanos de modo produtivo.

Segundo Day e Reibstein (1999), existem duas fontes de vantagem competitiva sustentável: o patrimônio e as capacidades da firma. O foco está nas capacidades da firma, mais especificamente nas capacidades distintivas. Para o autor, capacidades distintivas são habilidades e conhecimentos acumulados, exercitados através de processos organizacionais que possibilitam a organização a fazer bom uso de seu patrimônio, e que funcionam como

fator-chave para o sucesso. Estas capacidades podem prover vantagem competitiva através da criação de valor pelos clientes.

Há que se entender que as organizações são inseridas no ambiente competitivo como uma coleção de ativos tangíveis e intangíveis e competências, e que as mesmas determinam o grau de eficiência com que esta organização desempenha suas atividades fabris. Assim, quanto melhor e mais apropriado para o negócio for o conjunto de recursos, mais a organização detentora deste conjunto estará apta a obter vantagem competitiva. (COLLIS; MONTGOMERY, 1995).

Cabe entender que o processo de adaptação do produtor rural ante os dispositivos da nº lei 11.947/2009, baseado na teoria da visão em recursos, pode ser passível de ser analisado em sua forma fundamental e em seu modo de operar a competência essencial e tomada decisão, muito embora sendo agrupamento singular possuidor de recursos – seus ativos, competências e capacitações específicas, obstante participante de um mesmo mercado de consumo e de oferta – elementos categorizados segundo sua própria concepção de origem de vantagem competitiva como atributo nato.

Ao se pesquisar uma cadeia de produção rural e como esta se organiza, verificou-se que, muitas vezes, o ator não produz aquele produto o qual desejaria vender, mas, sim, aquilo que o cliente deseja consumir. Entende-se, assim, que embora estabelecendo relacionamentos que permitem que produtos estejam disponíveis aos mercados consumidores nas quantidades, especificações e no tempo adequado para o seu consumo, há a presunção de necessidade de planejamento e tomada de decisões em todos os elos das cadeias, conforme figura 3.

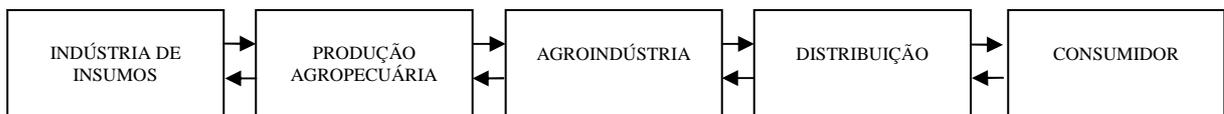


Figura 3 - A propriedade rural e o consumidor na cadeia produtiva agroindustrial.

FONTE: Adaptado de Zylbersztajn (2000).

Zylbersztajn (2000) traz que, a partir das necessidades e desejos sinalizados dos consumidores, na maioria das vezes estas são entendidas e absorvidas pelos elos da cadeia mais próximos do consumidor; ocorrendo ajustes e adaptações na cadeia, de frente para trás, e vice-versa, visando ao atendimento da demanda. Cabe produtor rural, além do desenvolvimento de competências essenciais para gerar capacidade adaptativa, a busca por informações e entendimento dos movimentos a jusante em sua cadeia produtiva, os quais vêm com intuito de orientar os possíveis caminhos para as tomadas de decisão na propriedade rural, relativamente aos demais elos das cadeias produtivas condicionadas.

Na concepção de Tondolo e Bitencourt (2005), a sob a lógica da VBR, a heterogeneidade, refere-se às diferenças de desempenho entre as empresas concorrentes. Essas diferenças de desempenho são obtidas pela diferença de perfil de recursos das empresas. Para serem determinantes de vantagem competitiva, os recursos devem ser heterogêneos.

Assim, a VBR analisa as empresas como grupos detentores de diferentes recursos e capacidades, de maneira que duas empresas, mesmo inseridas em um mesmo ambiente competitivo, não podem ser iguais, nem vivenciar as mesmas experiências ao longo do tempo, porquanto possuem capacidades e recursos diferenciados, contudo podem formar alianças.

Prahalad e Hamel (1990) destacam a importância do desenvolvimento de alianças estratégicas na construção de competências dentro das organizações, tendo em vista que as organizações, com raras exceções, dispõem de poucas competências das quais necessitam, contudo o desenvolvimento pode apontar a alianças estratégicas que podem culminar em maior aprendizagem organizacional.

Neste aspecto, a *Resource Based View* invoca que modelo da estratégia na propriedade rural deve ser principiado pela identificação e alocação dos recursos e competências existentes, seguido pela avaliação da sustentabilidade da vantagem competitiva que ele pode proporcionar, explorando as oportunidades e neutralizar as ameaças do seu ambiente externo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo apresenta o fundamento metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa. Inclui conceitos, conhecimentos teóricos do método do estudo em si, de coleta de dados, verificação e sua análise.

A atividade principal de um pesquisador, indubitavelmente em seu processo de crescimento social, é de caminhar num percurso metodológico de pesquisa que o transporte a seu objeto de análise e a uma realidade investigada; ambos se relacionam mutualisticamente. Essa narrativa se apega na articulação entre teoria científica e a realidade empírica, base da produção do conhecimento científico. “O conhecimento não resulta da intuição, mas da investigação de teorias científicas”. (FLICK, 2013, p. 16)

Admitindo como pressuposto que a competência recorrente do saber é fruto do processo da pesquisa, é necessário destacar que os elementos metodológicos escolhidos são o aporte condutor da investigação e o caminho para lograr êxito à pesquisa dentro de uma concepção de realidade do fragmento, escolhido no objeto de estudo no caso, a análise do cientista social ser humano quanto à sua variabilidade de comportamentos, pensamentos, sentimentos e atitudes. “As teorias não devem ser aplicadas ao sujeito que está sendo estudado, mas sim “descobertas” e formuladas no trabalho com o campo e com os dados empíricos ali encontrados” (FLICK, 2009, p. 96).

Ander-Egg (1978, p.28) escreve que pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado a crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Trujillo (1974, p. 171), diz que a pesquisa objetiva “tenta conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no

mundo existencial”, ou seja, com esses fenômenos operam, qual a sua função e estrutura, quais as mudanças efetuadas, por que e como se realizam, e até que ponto pode sofrer influências ou ser controlados, tendo então por finalidade descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos de pesquisa científicas. Com estes métodos, mesmo que, por vezes, não se obtenha respostas fidedignas, são os únicos que podem oferecer resultados satisfatórios ou de total êxito para o fim da pesquisa, de que para Bunge (1972, p.9) é a “acumulação e compreensão” dos fatos levantados.

Salomon (1996, p.107), atenta para algumas propriedades características para o cientificismo; elas devem: produzir ciência; derivar algo dela e acompanhar um modelo de tratamento. A vista disto a pesquisa científica pode ser considerada dinâmica, mutante e evolutiva, sendo um processo composto por etapas relacionadas entre si.

Posto no sentido amplo, o trabalho científico passa a ser compreendido como condensação da atividade científica, ou seja, a pesquisa e o tratamento necessitam de serem escritos ou reescritos para serem consideradas abordagens metodológicas.

Neste sentido, Flick (2004, p. 247) entende que “o texto não representa apenas um instrumento para documentar os dados e uma base para a interpretação – portanto, um instrumento epistemológico –, mas também, e, sobretudo, um instrumento para mediar e comunicar as descobertas e o conhecimento”.

Fenomenologicamente enquadrando a perspectiva da ciência da administração como uma ciência social em gestação, permitindo que esta seja visualizada – de certa forma – como uma ruptura com saberes heterogêneos provenientes das mais diversas disciplinas, mas, ao mesmo tempo, como disciplina que conserva em sua essência as noções e conhecimentos daí decorrentes (CHEVALLIER; LOSCHAK, 1980), é possível relativizar que a metodologia de pesquisa pode ser de natureza dos dados como qualitativa ou quantitativa, dependendo do objetivo a que o pesquisador se propõe. A busca de conhecimento sobre determinado objeto de pesquisa parte do conhecimento já acumulado e visa acrescentar algo a este saber:

A pesquisa científica é o produto de uma investigação, cujo objetivo é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos. A investigação é a composição do ato de delimitar, observar e experimentar os fenômenos, colocando de lado a sua compreensão a partir de apreensões superficiais, subjetivas e imediatas. (BARROS; LEHFELD, 2003, p.30).

Todo pesquisador é um ativo descobridor global do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais. Para Goodman (1978), o mundo, a sociedade construída através do coletivo nas mais variadas formas de conhecimento – do conhecimento cotidiano à ciência e à arte como diferentes modos de concepção do mundo. Em contextos

textuais, observa-se que nas abordagens qualitativas não existem necessariamente perguntas sistemáticas e padronizadas, engessadas; tem-se claro que o que se procura são visões, percepções e significados porque o objeto de estudo são os seres humanos.

Destarte, cabe ao investigador encetar o método de sua pesquisa, apropriando a abordagem, seus procedimentos e técnicas. “Independente da(s) técnica(s) escolhida(s), deve-se descrever tanto a característica quanto a forma de sua aplicação, indicando, inclusive, como se pensa codificar e tabular os dados obtidos” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 111).

Dentro das mais variadas abordagens, é importante conseguir encontrar uma metodologia para que a pesquisa e seus procedimentos combinem com os problemas a serem estudados. Optou-se como natureza de abordagem a ser utilizado, o método qualitativo. Levando em conta os objetivos da pesquisa, Flick assim escreve:

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” [...] “A mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais (2009, p. 20, 21).

A opção do pesquisador por esta abordagem encontra guarida na no texto de Flick (2009, p.37), quando o autor escreve que a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos sociais. A abordagem de natureza qualitativa não se refere apenas ao emprego de técnica e habilidade ao método definido, mas inclui, também, uma atitude de pesquisa específica.

Neste sentido Creswell e Clark (p.61, 2013) escrevem que “o planejamento dos estudos de pesquisa é um processo desafiador tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa.” Enquanto o enfoque quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses através de medições numéricas e análises estatísticas, o enfoque qualitativo utiliza a coleta de dados para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa, podendo ou não testar hipóteses (SAMPIERI *et al.*, 2006).

Flick (2009, p.95) explica que a pesquisa qualitativa e a quantitativa não são opostos incompatíveis que não devem ser combinados, contudo

[...] a pesquisa qualitativa pressupõe, sim uma compreensão diferente da pesquisa em geral, que vai além da decisão de utilizar uma entrevista narrativa ou um questionário, por exemplo. A pesquisa qualitativa abrange um entendimento específico da relação entre o tema e o método.

Os métodos qualitativos permitem ao pesquisador desenvolver modelos e teorias como forma de descrever as questões sociais. Esse tipo de pesquisa considera o contexto e os casos

para entender uma questão, podendo se basear em estudos de caso para análise da sua história e complexidade, entendendo assim o que está sendo estudado (GIBBS, 2009).

3.1 Método de Estudo

Obviamente não existe nenhum modelo que seja melhor ou pior que algum outro, o que se deve é procurar uma melhor adequação entre o método, o objetivo e as condições nas quais uma pesquisa está sendo realizada (YIN, 2010).

A definição do método de pesquisa a ser utilizada depende, segundo Yin (2010, p. 28 e 29) de três condições específicas:

- . O tipo de questão de pesquisa proposto;
- . A extensão do controle que um investigador tem sobre os eventos comportamentais reais;
- . O grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos históricos.

Hedrick; Bickman e Rog (1993) apresentam estas três condições e mostram a relação e suas situações relevantes para a definição do método a ser utilizado. Utilizou-se o esquema básico categorizado para tipos de questões que é uma série conhecida pelas perguntas: quem, o que, onde, como e por que.

Método	(1) Forma de questão da pesquisa	Exige controle dos eventos comportamentais	(2) Enfoca eventos contemporâneos?
Experimento	Como, por quê?	Sim	Sim
Levantamento (Survey)	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim
Análise de arquivos	Quem, o quê? Onde, quantos, quanto?	Não	Sim/Não
Pesquisa histórica	Como, por quê?	Não	Não
Estudo de caso	Como, por quê?	Não	Sim

Quadro 4 - Situações relevantes para diferentes métodos de pesquisa

FONTE: Yin (2010)

Nesta pesquisa científica em que se tem a preocupação com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, visando compreender o significado que os fatos,

interações e acontecimentos têm nos cidadãos congregados, usando Yin (2010, p.39) como referendo a que se declarar este como estudo de caso e tal como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. O autor (p.39) diz:

Em outras palavras, você usará o método de estudo de caso, quando desejar entender um fenômeno da vida real em profundidade, se esse entendimento englobasse importantes condições contextuais por que era altamente pertinentes ao seu fenômeno em estudo. Dessa forma, esta primeira parte da lógica do projeto ajuda a continuar a distinguir os estudos de caso de outros métodos de pesquisa que foram discutidos.

Atentando-se às definições trazidas a barca até então, bem como características dos métodos de pesquisa, chegamos a algumas elucidações que nos conferem a intensidade de definir a metodologia escolhida. Em relação a coluna 1 da tabela acima, a análise proposta “como” e “por quê”. Na mesma tabela, referente a coluna 2, o pesquisador tem pouco controle por si só sobre os eventos comportamentais e, continuando na Tabela, coluna 3, faticamente e certos, os eventos enfocados são contemporâneos. Sendo assim chegamos a conclusão de que esta pesquisa deve utilizar como método de pesquisa o Estudo de Caso.

Situando o estudo de caso, com base em Yin (2005), pode-se afirmar que este não é apenas uma tática, ou forma de coleta de dados, mas uma estratégia de pesquisa abrangente. O autor coloca ainda, que o estudo de caso envolve circunstâncias únicas, com várias fontes de evidências. Na definição de Yin (2005, p.32), “Um estudo de caso é uma investigação empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

Fato dito, podemos afirmar que esta metodologia segundo Erickson (1986), apresenta como objeto de estudo uma entidade bem definida, (o produtor rural da agricultura familiar) e visa conhecer, em profundidade, as suas características, procurando identificar formas, baseando-se marcadamente no trabalho de campo. Erickson (1986, p.124-125 e 127) afirma que os atores sociais constroem significados diferentemente: dão significados simbólicos para outras ações e agem de acordo com as interpretações que construíram. Nesse sentido, Coulon (1995, p.28) expressa que a interação é concebida como um processo de interpretação, e que ela permite que os atores comuniquem e prossigam suas trocas, interpretando a respectiva linguagem e atos. Com estas concepções, a pesquisa interpretativa é conduzida através da descrição e análise dos conceitos e raciocínios utilizados pelos próprios atores sociais e tenta

reproduzir, o mais fielmente possível, o mundo tal qual os atores o compreendem e percebem (COULON, 1995, p.62).

Usando da ferramenta do estudo de caso, utilizando o enfoque qualitativo com um propósito de pesquisa exploratória, de natureza indutiva, entende o pesquisador que para fins de pesquisas futuras dentro do mesmo proposto, haverá melhor compreensão do problema ora pesquisado. Destarte também entende este pela escolha objetivada, que há a preocupação tácita com o rigor científico e profundidade e com a legitimidade do tema, perpassando a discussão a respeito por questões pontuais centrais, tais como: em que sentido esta escolha vai contribuir para a pesquisa qualitativa no campo da administração? Quais os desafios que se sucederão a partir da perspectiva motivada pelo método definido? O método que será dissecado pela análise de conteúdo poderá trazer uma visão ampla, para influenciar novas pesquisas? A natureza da pesquisa em foco permitirá haver a possibilidade de formular propostas de resolução ao problema da pesquisa e a resolução dos objetivos propostos, possibilitando ao pesquisador descobertas até mesmo em termos dos próprios métodos e técnicas a serem utilizadas.

Como a pesquisa tem uma abrangência social inserida em realidades únicas, porém passíveis de replicação, alcança o pesquisador que o método de pesquisa deva se ater apenas à abordagem qualitativa, na medida em que, segundo Flick (2013, p. 24), nas variadas faces do conhecimento, tanto esta abordagem de pesquisa quanto a teoria é entendida como ponto final a ser desenvolvido e não como algo anteriormente já formulado. Quanto à seleção de caso, é intencional de acordo com a fecundidade da pesquisa.

Por Yin (2010), a pesquisa quanto à coleta de dados, foi aberta. Utilizou-se a ferramenta da entrevista. Ela fora o ferramental idealizador e condutor do trabalho para ser científico, construído a partir de regras e pressupostos definidos num primeiro momento a revel do contexto social que fora analisado, contudo mostrou-se perfeitamente integrado ao que se dignou ser criado o relato.

Embora se tenha observado que a entrevista se inseriu na comunidade no campo pesquisado, seu papel não foi igual ao de seus informantes. A pesquisa individualizada assumiu o papel de autores na pesquisa com o texto gerado a partir dela; e os informantes (os produtores rurais da agricultura familiar) embora difusos e de comunidades diferentes dentro de um recorte regional representaram uma fala única polifônica, pois se incorporaram na natureza acadêmica científica, com suas falas registradas pelas respostas aos questionamentos feitos no roteiro da própria entrevista. A rigor quanto à análise dos dados a pesquisa, é interpretativa, e, quanto à generalização, é em um sentido teórico.

Ao entendimento de que os dados obtidos através de pesquisa exploratória de campo forneceram indicações preciosas da necessidade de futuros estudos, abrindo um caminho inexplorado, onde há muita pesquisa a ser feita, e por assim também a tendência de indicar futuros estudos possam ser necessários, desnecessários ou improdutivos, é que o pesquisador, quanto aos objetivos classifica a sua pesquisa como exploratória. Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa é exploratória, porque “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Ainda, de acordo com a autora, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica porque “é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado”.

Face ao que está na pesquisa se entende ser a mais apropriada, por que revela situações em que o problema de pesquisa respondido embora de fato lúcido, não é claro quanto ao respondido, pois há uma dualidade de opiniões e porque não há um estudo anterior que possa subsidiar os fatos que foram pesquisados, e, em consequência, o tratamento dos dados.

Para almejar se chegar ao estado da arte, a ferramenta científica pela qual o pesquisador optou dentro da abordagem de pesquisa qualitativa, em seu objetivo exploratório dentro desta, segundo Yin (2010) é o estudo de caso. A escolha pelo estudo de caso é influenciada pela intuição e subjetividade do pesquisador e pelos estudos particulares que constroem, conjuntamente, uma visão da maneira mais adequada de se encontrar uma solução sugerida para o problema a ser investigado – a explicação proposta. Segundo Flick, “o termo caso deve ser entendido aqui de uma forma bastante ampla. Podemos adotar como tema de uma análise de caso, pessoas, comunidades sociais (por exemplo, famílias), organizações e instituições” (2009, p. 135). A realização do estudo exploratório permite ao pesquisador reunir elementos capazes de subsidiar a escolha do objeto e a definição do tema, além das justificativas teóricas do mesmo. A fonte de informações quanto aos procedimentos adotados foi: por pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica e documental. Por Flick (2009, p.109), “a questão do acesso ao campo em estudo é mais crucial na pesquisa qualitativa do que na quantitativa”, como é o caso desta.

3.2 O processo de pesquisa qualitativa

O processo de pesquisa qualitativa, entendido como processo de geração de conhecimento narrativa científico pode assumir peculiaridades dentro da administração,

enquanto ciência social, ao considerar como objeto de estudo do cientista, o ser humano ao se observar a variabilidade do comportamento e dos estados subjetivos, pensamentos, sentimentos e atitudes frente a inovações ou inovações cotidianas.

Pensar em pesquisa sem haver planejamento da própria é um passo perigoso a efetuar podendo dela, serem geradas abordagens equivocadas. Por esta se tratar de uma pesquisa qualitativa é possível discernir que, muitas vezes na pesquisa qualitativa se permite um grau de flexibilidade durante sua execução. Segundo o que Flick (2009, p.21) escreve “implicam que os pesquisadores têm de abrir mão de sua neutralidade em algum momento” é de fundamental importância que sua estrutura metodológica, esteja bem definida. Como ferramenta para o produto, a pesquisa qualitativa parte de teorias existentes e dos resultados da pesquisa empírica; a estrutura metodológica é um aspecto primordial no seu sucesso.

Minayo (1996a, p.10-11) descreve que a pesquisa qualitativa insere a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, considerando a subjetividade como alicerce de sentido e como constitutivo do social. Há a preocupação de explicar os íntimos das relações sociais. Assim, o significado é o conceito central da investigação, e a tarefa do pesquisador é buscar a compreensão da realidade humana vivida socialmente, aprofundando-se no universo dos significados das ações e relações humanas (Minayo, 1996b, p.21-23).

“O texto não representa apenas um instrumento para documentar os dados e uma base para a interpretação – portanto, um instrumento epistemológico –, mas também, e, sobretudo, um instrumento para mediar e comunicar as descobertas e o conhecimento” (FLICK, 2004, p. 247).

Para Flick (2004, p. 21), na pesquisa qualitativa:

“precisa-se planejar métodos tão abertos que façam justiça à complexidade do objeto em estudo. Aqui, o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de sim do método e não o seu contrário. Os objetos não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudados em sua complexidade e totalidade em seu contexto diário”.

O mesmo autor descreve importante ressaltar que o “material empírico” utilizado nas pesquisas qualitativas muitas vezes é o texto, uma vez que esta “está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo”. “A pesquisa em gestão, por exemplo, defronta-se com estruturas muito específicas das organizações” (FLICK, 2009a: 16-20).

Para alicerçar um processo de investigação qualitativa e a partir disto descrever dentro dum processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação gere conhecimentos do assunto

(materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora, Uwe Flick (2009a, p.29) aponta que há variadas perspectivas dentro da própria pesquisa qualitativa para a geração do saber, porém todas se fundamentam num postulado fundamental: a de “as pessoas, as instituições e as interações são envolvidas na produção de realidades nas quais elas vivem ou ocorrem, e que esses esforços produtivos se baseiam em processo de produção de sentido”. Para tal ele cita três classes “genéricas” de perspectivas dentro da pesquisa social qualitativa e seus respectivos métodos usuais para a coleta de dados:

- (A) Foco no ponto de vista do sujeito, onde predominam as entrevistas semi estruturadas ou narrativas e procedimentos para codificação e análise de conteúdo;
- (b) Foco na descrição do processo na produção de situações, meios e ordens sociais existentes: onde predominam os dados que podem ser coletados através de grupos focais, etnografia ou observação (participante) e pelo registro de interações em áudio ou vídeo e,
- (c) Foco na reconstrução das estruturas profundas que produzem ação ou sentido: onde há a predominância de os dados serem coletados principalmente através do registro das interações com o uso de material visual. Ainda segundo Flick (2009), as perspectivas acima descritas também podem ser influenciadas por outras três esferas de questões que envolvem o desenho, planejamento e o desenvolvimento da pesquisa, que variam desde: (1) experiências muito pessoais (o indivíduo); passando por (2) experiências e circunstâncias sociais (os grupos sociais); a até (3) problemas da sociedade e comprometimento público (a sociedade).

3.3 Perspectivas da categorização da análise de dados

Embora as diversas abordagens de pesquisa qualitativa diferenciem-se em suas posições teóricas, no modo de compreenderem seus objetos e seus focos metodológicos, optar-se-á, aqui, pela linha da fenomenologia. Esta se define pela reconstrução de “estruturas profundas que geram ação e significado, no sentido concepcional hermenêutico” (FLICK, 2009).

Uma abordagem fenomenológica se vale da descrição para obtenção de dados. Na pesquisa, toma-se o processo de adaptação dos produtores frente a um marco legal, como o fenômeno a ser interrogado, atendo-se ao que se mostrará de informação no encontro ver/visto, ou seja, pesquisador e pesquisa, obtendo, assim, os dados a serem analisados de modo crítico e reflexivo.

Edmund Husserl⁸ entende este como método teórico que visa à reflexão da intencionalidade sobre os fenômenos daquilo que se manifesta, das experiências vivenciais. Nas palavras de Forghieri (1993),

a intencionalidade é, essencialmente, o ato de atribuir um sentido; é ela que unifica a consciência, o objeto, o sujeito e o mundo. Com a intencionalidade há o reconhecimento de que o mundo não é pura exterioridade e o sujeito não é pura interioridade, mas a saída de si para um mundo que tem uma significação para ele (p. 15).

Em uma explanação sumária, no tocante aos seus objetos e objetivos, o trilhar metodológico da fenomenologia predispõe o pesquisador a entrar em contato com o conteúdo da vivência pré-reflexiva, deixando paulatinamente de lado tanto o posicionamento prévio de uma ciência e suas teses, como aquilo que define e valora o objeto de estudo, como pré-conceitos ou pré-juízos.

Para visualizar este processo de exposição do conhecimento e das descobertas, Amatuzzi (1996) aponta alguns passos norteadores para a etapa da análise de dados pela ótica fenomenológica orientada à pesquisa qualitativa e que versa sobre a elaboração lógica da pesquisa científica, numa visão fenomenológica, ação esta de destaque para o papel da definição do objeto e do objetivo dentro do processo investigativo. O objetivo, fenomenologicamente, é colocar o objeto em movimento ou tomá-lo de determinada forma.

Segundo Flick (2009, p. 30), quando da perspectiva de pesquisa qualitativa, os próprios verbos definidos no objetivo já indicam o modo de abordar e considerar o objeto e esses modos já esboça o método da pesquisa, incluindo os procedimentos e instrumentos. Tomando-a por referencial, a análise quanto às abordagens dos pontos de vista em relação às posturas teóricas será fenomenológica, enquanto o modelo de coleta de dados será por entrevistas semi padronizada, centradas no problema. (FLICK, 2009, p.196-197). Os aspectos gerais de condução nas entrevistas semiestruturadas serão entendidos pelo investigador usando Trivínos (2008, p. 137-173).

Embora, segundo Bauer (2000), a análise seja um procedimento clássico para analisar o material textual, não importando a origem deste material, quanto ao modelo de interpretação, a teoria será estruturada conforme a análise qualitativa de conteúdo proposta por Mayring (2007). O autor conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise da comunicação visando obter, através de procedimentos sistemáticos, uma descrição do

⁸ (1859-1938), considerado o pai da fenomenologia clássica

conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

O método análise de conteúdo possibilitará a sistematização e interpretação dos dados a partir da construção de categoriais principais que orientarão a compreensão do objeto pesquisado, fundamentado segundo o referencial teórico, servindo de base para a codificação do material empírico. As categorias também poderão surgir a partir da análise do material colhido no campo.

3.4 Pertinência e Validação

A validação perfeita sinaliza que não há nenhum erro de medida, ou seja, que “as diferenças observadas na medição refletem as verdadeiras diferenças entre os objetos (ou indivíduos)” (MALHOTRA, 2001, p. 265).

Toda investigação baseia-se numa teoria, que deve servir como ponto de partida para a investigação bem sucedida de um problema. A teoria, sendo instrumento de ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados. Para ser válida, deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultantes da diligência. Aqui como se evoluiu para pesquisa qualitativa, os critérios de validade e de confiabilidade assumem aspectos particulares, isso se deve a algumas de suas características. Uma delas diz respeito ao fato de que a pesquisa qualitativa é sempre, em alguma instância, de caráter interpretativo, logo a pesquisa qualitativa tem seus próprios critérios de rigor científico que asseguram a legitimidade dos dados gerados em sua utilização (FLICK, 2009).

Segundo Kirk e Miller, (1986), a validade se refere à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à consecução fidedigna dos objetivos propostos. Nessa análise qualitativa a validade foi observada nos aspectos: validade aparente, pois se referiu ao método de pesquisa que produziu o tipo de informação que se desejava ou esperava; validade instrumental, pois propiciou a combinação entre os dados fornecidos por um método de pesquisa e os gerados pelo próprio procedimento utilizado, e que é aceito como válido; e validade teórica, pois se referiu à legitimidade dos procedimentos da pesquisa em termos de teoria estabelecida. A pertinência relativo a confiabilidade, por sua vez, referiu-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados.

No entender de Alreck e Settle (1995), uma medição de qualquer tipo é válida quando

de fato mede aquilo que está se propondo a medir. O pesquisador, ao definir um método e uma amostra para um determinado estudo, buscou também atentar-se para que fatores externos não contaminassem ou tivessem exercido qualquer tipo de influência nas variáveis envolvidas, sob pena de ter seus resultados finais desviados de uma forma tendenciosa. A ideia de validação se permeou todo o tempo pela preocupação com a forma neutra de redigir as questões do instrumento de pesquisa, pela forma de praticar as entrevistas para coleta de dados, escrita e, processamento das informações e divulgação dos resultados.

Para validar uma análise o investigador precisa organizar uma amostra considerável de material. Fraenkel e Wallen (2008) descrevem que é através do desenvolvimento de um sistema de categorias que investigador pode usar para posterior comparação de maneira a clarificar, a iluminar o que está a se investigar.

Destarte para dar importância validada e confiabilidade de pesquisa, o pesquisador desta, apega-se ao que Creswell (2007, p.200) descreve quando das estratégias para confirmar a exatidão das informações e resultados. Dentre as oito percorridas pelo autor, apensamos a considerada por este pesquisador a principal, quer seja: “passe um tempo prolongado no campo”. Este projeto de tempo teve seu início nos idos do segundo semestre de 2011, quando de inferências nas duas comunidades pesquisadas, para poder constituir na época o roteiro para elaboração do anteprojeto de dissertação para seleção do próprio programa de pós-graduação desta Universidade (UCS), e alongou-se pontualmente em 2013 e entre as datas de quinze de novembro até quinze de dezembro do ano supra, para as inferências locais através da pesquisa de campo, mantendo assim a consonância sobre os atos previstos para o método adotado, bem como procedimento desenvolvido na construção da investigação.

A confiabilidade do instrumento de pesquisa foi verificada, a partir de análises, a medida que foi-se entrevistando e escrevendo no recebimento das questões propostas nos roteiros de entrevistas. Ficou claro que, embora tenham existido dois momentos distintos, sendo um o grupo que não comercializou e outro, que comercializou através de Lei nº 11.947/2009, podemos relatar que os resultados mantiveram-se bastante semelhantes em todas as ocasiões dentro dos grupos. Não houve a preocupação com possível erro amostral visto que o roteiro de entrevista, como procedimento não buscou a medida ou a face do errado e nem o ato probabilístico analítico, mas sim a análise qualitativa pautada na crítica de conteúdo.

Dentro da proposta de pesquisa, campo este umbilicalmente vinculado aos estudos organizacionais houve a necessidade de se investigar aspectos ainda um pouco difusos ou

incompreendidos sobre o modelo, forma, processo de como o produtor rural se adapta a uma nova Lei em relação ao que pôde ser realizado. Optou-se por buscar respostas frente a indagação através da provocação por questionamentos análogos e articulados para fins de validação da própria pesquisa.

Relevantemente falando sob uma ótica qualitativa para que pudesse ser atestado cientificismo ao roteiro de pesquisa e instrumento, o pesquisador utilizou a ferramenta chamada de triangulação, descrita por Gibbs (2009, p.120) que descreve que as mostras e conjuntos de dados devem embora aplicados em diferentes universos geográficos e cronológicos, resultarem em verossimilhança ou espelhos conformidade e identidade semelhantes. A pesquisa de campo aconteceu em dois locais geograficamente distintos quer sejam Guaporé e Serafina Correa. Os investigados estão e são moradores de diferentes locais, em sua grande maioria não se conhecem pessoalmente, e a metodologia para fins de validação assim como a teoria de pesquisa já se encontra devidamente fundamentada neste teorema.

A estratégia da triangulação dentro da pesquisa, depois de ponderada agregou ao teorema, a certeza da melhoria quanto a validade dos dados, consagrando maior grau de confiabilidade ao ato originado do campo de coleta de informações, para a base científica atual.

A possibilidade de auferir ao fato pesquisa o construtivismo metodológico na abordagem qualitativa, possibilitou além de avaliar os dados em si, também controlar a polarização entre combinações que embora difusas, por sua natureza puderam, estabelecer proposições válidas para técnicas científicas vistas de certa maneira como epistemologicamente correta por este pesquisador; não obstante tenha havido mistura de paradigmas em termos de estruturas geográficas e de agentes pesquisados, pode-se trazer ao todo o mesmo termo para carregar a pesquisa de forma que se pudesse ter confiado às percepções múltiplas sobre uma realidade única, não descaracterizando o objeto de pesquisa.

3.5 Área de estudo

Segundo Trivinõs (2008), o cenário onde os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seu modo de vida tem importância essencial na compreensão mais clara de suas atividades. O meio ambiente imprime ao sujeito que nele vive traços peculiares que podem

ser desvendados à luz da compreensão dos significados por ele mesmo estabelecido. Visualiza-se o contexto de desenvolvimento local, que “pode ser aplicado a diferentes cortes territoriais e aglomerados urbanos de pequena escala, desde a comunidade até o município ou mesmo a microrregiões homogêneas por porte reduzido, bacias ou ecossistemas” (BUARQUE, 2006, p. 32). Formam-se, dentro do raciocínio de limitação espacial, processos endógenos que fomentam iniciativas harmonizadoras e empreendedoras de características próprias, que se traduzem em vantagens comparativas, que são usadas como justificativa no estímulo à sociedade local.

Imerso ao contexto em que a amostragem está contida, a pesquisa será conduzida nos municípios de Guaporé e Serafina Correa, localizados na parte da Mesorregião do Nordeste Rio-grandense - Microrregião de Guaporé, no Rio Grande do Sul. Juntos, somaram uma população, em 2012, estimada em 37 mil habitantes.

Quanto à amostra, ou seja, a quantidade de informação necessária para fins da pesquisa, investigação social distinguido amostras representativa, respeitando o princípio probabilístico de sinais significativos, à amostragem teórica foi tomada por regra pelo que descreve Uwe Flick (2009) quando diz que, escolhem-se os indivíduos/grupos a partir da possibilidade de informações que possam vir a complementar o material.

A modelagem para realizar as entrevistas, aplicadas individualmente, buscando critérios qualitativos e padronizados, será no número de seis em cada município, sendo três participantes e três não participantes frente à demanda da lei proposta no estudo. A quantia de entrevistados foi estipulada pelo fato de um dos municípios (Serafina Correa) ter somente este quantitativo que oferta produtos para a merenda escolar por esta modalidade de venda. Logo, serão três produtores rurais da agricultura familiar ofertante e três não ofertantes em cada município.

No intuito de gerar noção geográfica dos dois municípios, na sequência será apresentado um plano cartográfico. A figura 4 (quatro) traz as unidades regionais, habitualmente baseadas nas divisões político-administrativas, regionalizadas, usual e popularmente utilizadas no Estado do Rio Grande do Sul, tanto pelos Governos ou pelos órgãos de pesquisa, como a FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Já a figura 5 traz separado o recorte da Região da Encosta Superior do Nordeste com todos os municípios e, dentro desta, está a Microrregião de Guaporé, neste identificado com marcação de outro tom, Guaporé e Serafina Correa.

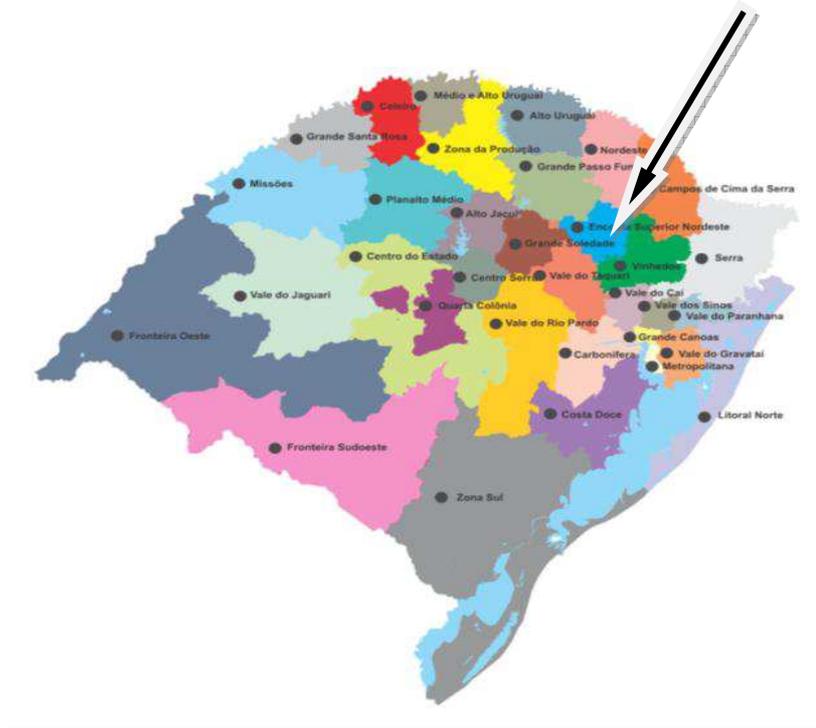


Figura 4 - Divisão Geográfica das Regiões do Rio Grande do Sul, com indicação regional.



Figura 5 - Recorte da Região Encosta Superior Nordeste do Rio Grande do Sul com identificação de área geográfica dos municípios pesquisados.

FONTE das figuras 4 e 5: FEE- Fundação de Economia e Estatística RS.

3.6 - Delimitação da pesquisa

A parte mais importante trazida da pesquisa, do trabalho de campo, é dada no início, na fase de delimitação, quando o pesquisador perguntou qual o pesquisado, se ele conhecia a lei 11.947/2009 e quais são os seus limites. Essas questões envolvem pontualmente a área física ou unidade de estudo e os sujeitos ou unidades de análise do estudo. É claro que, antes de o próprio trabalho de campo, o pesquisador já tem uma definição prévia, a partir de sua formação teórica e as suas experiências de pesquisas anteriores.

A informação procurada visou atender aos requisitos de confiabilidade para transformar num objeto científico, sistemático, abrangente e detalhado, conseguindo assim impor limites ao trabalho de campo em relação a amplitude do tema, o número de entrevistados e a necessidade para dar conta do objeto a partir de diferentes perspectivas dos entrevistados ou pontos de vista.

3.6.1 A definição do campo da pesquisa

Para auferir a definição do campo da pesquisa houve que se reconhecer que a ciência e a tecnologia em seus mais variados vieses viabilizam por formas de processos de construção o conhecimento, e que o método em si flui por si, no processo da comunicação. Garvey (1979), um renomado autor clássico da Sociologia da Ciência, encorpa no processo da comunicação científica as atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde a hora em que o cientista teve a ideia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos com parte integrante do conhecimento científico.

Não haveria pesquisa se não houvesse um sistema de comunicação. Garvey apresenta dois tipos de canais de comunicação capacitados de diferentes funções: o canal informal e o canal formal. O primeiro, que representa a parte do processo invisível ao público, e está caracterizado pelo contato pessoal, pela conversa de telefone, pelas conversas de grupo, correspondências e verisimilares. O segundo, que é a parte visível (pública) do sistema de comunicação científica, está encarnado pelo ato da publicação em forma de artigos, periódicos, livros e outras maneiras de publicizar.

Embora distintos, porém interligados, estão presentes a todo tempo nesta pesquisa

científica; um embrionado de outro. Não haveria a tese se não houvesse anteriormente a coleta da informação, assim como não haveria vida à pesquisa se não, publicada fosse. Assim sendo para transformar este no trabalho científico propriamente dito, houve a necessidade de pontuar geograficamente a pesquisa, dentro de um universo maior. A opção deu-se pela necessidade de auferir ao ato, a qualidade formal pretendida pelo pesquisador; qualidade esta que diz respeito: aos meios e formas usados na produção do trabalho; ao domínio de técnicas de coleta e interpretação de dados; manipulação de fontes de informação; conhecimento de referencial prático de campo e teórico e, apresentação escrita e oral em conformidade com os ritos acadêmicos do Programa PPGA/UCS.

Optou-se por escolher dois municípios da Mesorregião do Nordeste Rio-grandense - Microrregião de Guaporé – RS, por quatro motivos essenciais:

O primeiro: Ineditismo regional. Em consulta a bases de dados públicas, não há até este momento, nenhuma averiguação ou trabalho científico publicado em plataforma de pesquisa no País, nesta microrregião sobre o assunto objeto de pesquisa desta dissertação.

Segundo: Semelhança. Um município teve a sua constituição a partir do outro. Guaporé, fundada em 1903, tinha como distrito Serafina Correa, que em 1960, se desmembra politicamente e passa a ter vida própria muito embora, com características genealógicas semelhantes e com produtos internos produto advindo também de mesmo segmento, o agrícola, na época. Levou-se em conta também que Serafina Correa, no último interstício de censo (IBGE) no Brasil, na região definida para pesquisa, fora o que teve o maior índice de crescimento populacional, segundo fato contido na tabela 1, desta dissertação.

Terceiro: Simplicidade. Facilidade de acesso à fonte de pesquisa, ao campo da pesquisa, visto que este pesquisador é oriundo desta região e de família advinda do meio rural, tendo seus genitores sidos os primeiros moradores da região segundo fontes oficiais que estão registrados nos assentos catalográficos de Guaporé e de Serafina Correa. O fato de o pesquisador ser da região, bem como ter familiaridade com a etnia italiana, pelo fato de também ser “*oriundi*” dela, propiciou acomodação melhor para o acesso aos entrevistados, o produtor rural. Considerando que grande parte dos respondentes possuem um nível de escolaridade baixo beirando ao analfabetismo funcional na educação brasileira, os mesmos não se furtaram em participar respondendo o roteiro de entrevistas (que fora preenchido pelo pesquisador pela dificuldade por parte do produtor rural em produzir a grafia das palavras), por isso também da forma, do modelo de entrevista semi estruturada.

Quarto: Crescimento populacional. Os dois municípios dentro da região da pesquisa, a Mesorregião do Nordeste Rio-grandense, do Rio Grande do Sul, foram os que tiveram o

maior crescimento populacional no período coberto pelos últimos dois censos nacionais Guaporé (2007 a 2010 com 6,101% ; e Serafina Correa (1996 a 2007 com 27,550%).

Uma vez definido o campo, partiu-se para o processo de propagação, em que os níveis teóricos e conceituais e empíricos foram articulados. Definiu-se por ter uma amostra significativa de número de entrevistados participantes que ofertam produtos que são comercializados para a lei 11.947/2009 e o mesmo numero de entrevistados não participantes que não operam atividade de comercialização para com a lei, nos referidos municípios. Segundo dados da Emater/ASCAR de Serafina Correa, nos últimos quatro anos desde a concepção da Lei (2009) até o ano final desta pesquisa (2012), o número de produtores da agricultura familiar que ofertaram produtos nunca passou de três produtores. Partindo desta referência, e espelhando o mesmo quantitativo, o pesquisador optou em distribuir a pesquisa da seguinte forma, buscando responder ao problema da pesquisa: Ante os dispositivos da Lei 11.947/2009, como os produtores rurais estão se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para ofertar alimentos ao PNAE?

Produtores que foram entrevistados:

Três produtores rurais pertencentes à agricultura familiar que comercializam ou comercializaram produtos para a Lei 11.947/2009 do município de Serafina Correa-RS;

Três produtores rurais pertencentes à agricultura familiar que não comercializam ou comercializaram produtos para a Lei 11.947/2009 do município de Serafina Correa-RS;

Três produtores rurais pertencentes à agricultura familiar que comercializam ou comercializaram produtos para a Lei 11.947/2009 do município de Guaporé-RS;

Três produtores rurais pertencentes à agricultura familiar que não comercializam ou comercializaram produtos para a Lei 11.947/2009 do município de Guaporé-RS.

Total de relatórios da amostragem que foram utilizados para esta pesquisa:

Seis roteiros de produtores rurais pertencentes à agricultura familiar que comercializam ou comercializaram produtos para a Lei 11.947/2009, e;

Seis roteiros de produtores rurais pertencentes à agricultura familiar que não comercializam ou comercializaram produtos para a Lei 11.947/2009; totalizando doze relatórios.

Neste portão da unidade de trabalho, entende o pesquisador que a unidade de análise está definida e que fez a necessidade para responder a pergunta referente ao problema da pesquisa. A delimitação da amostra envolveu conhecimento sobre as dimensões do campo e da unidade de estudo. Isto requereu a coleta de informações a partir do nível empírico, sobre o assunto.

Embora inquietante para o pesquisador, dado a significativos pontos de amostragem para o fato/evento, é relevante explicar que um determinado grupo de relações em um sistema social, fatos, práticas, verbalizações ou objetos, embora ajam aleatoriamente por meio de integração em um sistema de significados e relações sociais puderam aqui ser traduzidos nas respostas aos questionamentos do roteiro de entrevista.

O roteiro de entrevistas, pelo acolhimento na forma semi estruturada é uma das formas clássicas para coletar dados. Insere-se em um aspecto conceitual maior e que por sua interação propriamente dita se dá no momento da coleta em si. Nesse sentido, para, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, pelo objetivo previamente definido, e entrevistado que, possui a informação de possibilitar estudar um fenômeno, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. Na pesquisa em curso, para a coleta, o roteiro utilizado fora buscado em de uma pesquisa já ocorrida em outro programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no País. Trata-se dum dos programas de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a dissertação é de autoria de Elisangela Froehlich, 2010. O roteiro de entrevistas utilizado nesta, foi adaptado ao que se encontra no teorema dissertativo da referida autora.

Como se podia esperar de um roteiro de entrevista que pretendia recorrer a Memória, entende o pesquisador sendo a pesquisa puramente qualitativa, pois esta não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado, mas sim na diversidade de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito entrevistado, e que cabe lembrar não pode ser traduzido em números.

“Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e práticas da pesquisa” (FLICK, 2009, p.25). Ainda de acordo com Flick (2009, p. 28), uma pesquisa com a base teórica, “se constitui por entrevistas semi estruturadas ou narrativas/ procedimentos de codificação e de análise de conteúdo. Estudo dos significados subjetivos e da construção individual de significados”.

3.7 Construção do roteiro de pesquisa

Epistemologicamente dentro de um plano metodológico, muitas vezes as discussões

concentram-se nas mais variadas maneiras ou formas de relacionar a própria pesquisa, entretanto as próprias relações possíveis em seu meio se dão por métodos ou enfoques compatíveis. Este pesquisa apoiou-se dentro do método linear do processo da pesquisa, desenhado sequencialmente por Flick (2009, p. 100) assim:

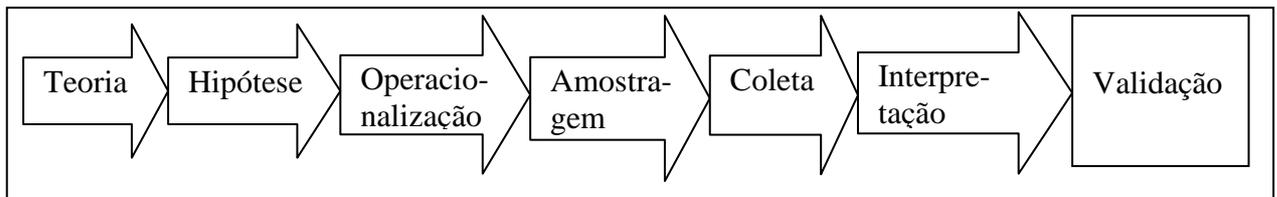


Figura 6 – Modelo do caminho de processo e teoria.

FONTE: Flick (2009).

Flick (2009) quando propõe a busca do estado da arte dentro da ciência, levar em conta o objetivo de aprofundamento e avaliação de resultados, dentro de um plano de integração entre ciência e pesquisa. A observação de campo pôde fornecer base às oscilações dum levantamento, moldado em forma de combinação continuada conforme figura acima. Podemos dizer dentro da concepção de pesquisa que “a mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais”. (Flick, 2009, p.21)

Para fazer frente ao contexto constituído dentro da problematização da pesquisa, fato que originou a concatenação triangular da pesquisa, da ciência e do ator social envolvido, necessário se fez a produção de indagações por meio de abordagens de pesquisa, assim denominado roteiro de pesquisa, comportando em seu interior oito questões (roteiro de entrevistas) pontuais para o possível êxito do teorema dissertativo, enquanto ciência.

Embora Parasuraman (1991), escreva que um roteiro de entrevista é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto, o mesmo autor afirma que nem todos os projetos de pesquisa utilizam essa forma de instrumento de coleta de dados, especialmente nas ciências sociais. Parasuraman afirma também que, construir questionários não é uma tarefa fácil e que aplicar tempo e esforço adequados para a construção do questionário é uma necessidade, um fator de diferenciação favorável para a pesquisa proposta do estudo.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados num viés qualitativo, não pode ser um processo meramente cumulativo de frequências mensuráveis e controláveis, tornando o ato da pesquisa apenas atitude preditiva de fatos. Finch (1984) posta que o pesquisador qualitativo tem responsabilidade especial sim de prever fatos como outros pesquisadores, entendendo que sua obra de pesquisa, em função dum grau elevado de confiabilidade possa ser espelho para outrem.

Creswell (2007, p.194) quando disserta sobre preparação de dados para análise, assim como metodologia de interpretação visto que toda análise é na essência algo peculiar e único ele escreve – “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem”.

“O essencial é que todo o processo de pesquisa necessita ser conscientemente executado e precisamente documentado” (GOULART; CARVALHO, 2005, p. 135).

O teorema dissertativo (a pesquisa em si) utilizou para moldar a pesquisa científica; por razões de conveniência do pesquisador a entrevista. Gibbs (2009, p. 24) nos diz que a análise daquilo que muitas vezes é uma grande quantidade de material reflete duas características. Em primeiro lugar, os dados são volumosos e é necessário adotar métodos para lidar com isso de forma prática e coerente. Em segundo lugar, os dados devem ser interpretados.

Na construção com abordagem qualitativa, assim como as categorias podem ir emergindo ao longo do estudo, também emerge a orientação mais específica do trabalho, logo o objetivo no seu sentido mais lato, pode ir se delineando na medida em que a investigação avança, muito embora, de um modo geral é possível afirmar que ao se concluir uma pesquisa, o método é um ser capaz de ter almejado explicitar com clareza os objetivos do trabalho realizado.

Podemos afirmar que a pesquisa social vem caminhando paripasso à evolução da humanidade, buscando realizar a análise significativa dentro de um paradigma interpretativo possível de analisar o que as pessoas pensam; fato claro por entender o homem como um agente social que influencia e é influenciado pela estrutura social, permitindo gerar sua própria realidade. Pautou-se para fins conceituais implícitos a pesquisa que este ensaio emerge dentro da análise de conteúdo.

Para busca do entendimento a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise sistemática qualitativa ajudou a interpretar as mensagens e a atingir a compreensão desejada bem como seus significados num nível que vai além de uma leitura simples de um não pesquisador, entendendo que este no campo das investigações sociais, constituiu-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

Segundo OLABUENAGA; ISPIZÚA (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de uma categoria de documentos, que analisados adequadamente abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível.

Para se apropriar do conhecimento, buscando literatura especializada sobre o tema, há que se considerar que haveria muitas formas de categorizar o processo do entendimento da comunicação gerada a partir do roteiro de entrevistas aplicadas ao agricultor da agricultura familiar, levando em conta os aspectos informados dentro da própria análise de entrevista e dos objetivos dessa pesquisa, quando propomos pela análise de conteúdo. Algumas delas apenas para citação de exemplo: o modelo retórico de Aristóteles (século IV A.C.) – catalogado como o primeiro modelo histórico da comunicação. Segundo o filósofo, em sua obra *Arte Retórica*, para se estudar, compreender e cultivar a retórica há que olhar para três elementos essenciais do processo de comunicação: 1) A pessoa que fala (locutor); 2) O discurso que faz; e 3) A pessoa que ouve. Esta abordagem traduz a essência de qualquer modelo posterior do processo de comunicação: emissor - mensagem – receptor. O modelo de comunicação e percepção, baseado na experiência anterior do sujeito, que não percebe o que está para além dela (LITTLEJOHN, 1978); ou o modelo de comunicação como envolvimento, este que descreve que ato comunicacional só é escarmente desenvolvido quando o emissor obtém o envolvimento do receptor (LITTLEJOHN, 1978 p.162-252). O modelo de objetivos e recompensas - Schramm (1949) - de quem se envolve na comunicação. Para a recompensa do emissor no processo de comunicação pode ser imediata ou retardada. Entre outros.

Contudo para essa pesquisa optou-se em utilizar dentro da análise para orientação, o modelo paradigma por Lasswell que em 1948, sustentou que melhor forma de descrever uma análise de comunicação é responder a cinco questões: Quem? – Diz o Quê? – Em que Canal? – A Quem? – Com que Efeitos?

O modelo de Lasswell (1948), embora seja útil para descrever qualquer protótipo de entendimento comunicativo, foi, originalmente, pensado para a descrição da comunicação mediada através dos *mass media* (plural de *medium*), ou seja, comunicação de massas, também designado por meio de difusão ou por meio de comunicação social. Como a pesquisa buscou se apropriar do conhecimento do grupo, do coletivo dentro de um segmento de massa segregado. Remeter o entendimento pela condição de Lasswell (1948) indicou também garantir clareza a um modelo que propôs a ideia de que a iniciativa determinada em respostas a um roteiro de entrevista foi sempre do emissor e que os efeitos ocorreram unicamente no receptor (o próprio), quando, na verdade, o ato comunicativo gerado a partir da pesquisa científica traduzido em palavras utilizadas para responder aos roteiros de entrevistas não tem início bem definido, assim sendo emissores e receptores se influenciam mutuamente, pois em algum momento são unos e únicos.

De acordo com Lasswell (1948), o estudo da comunicação tende a centrar-se nas interrogações que fazem parte do próprio modelo. Pode, assim, sistematizar-se o estudo da comunicação em vários campos dentre os questionamentos descritos em parágrafo supra-anterior. Por ser claramente funcionalista, pulveriza e se articula em vários segmentos funcionais objetivados o fenómeno da comunicação proposto, conseqüentemente, neste campo de estudo. Utilizando esta definição, categorizamos pontualmente os objetivos da análise de conteúdo orientada para alguns referendos.

Lasswell (1948) corrobora em primeira análise, foi “quem fala”; visando a investigar o emissor da mensagem (o agricultor familiar). Naturalmente foi efetuado a partir da mensagem respondida no roteiro de entrevista, a partir do qual se procurou determinar características de quem falou, ditou, escreveu e em alguns roteiros transferidos pelo entrevistador o que o entrevistado quis auferir a resposta, independente da personalidade, comportamento verbal, valores sociais, universo semântico, características psicológicas ou outras do entrevistado. Houve que se descrever que com esta ação, avançou-se na busca da resposta à hipótese inicial do problema da pesquisa, de que a mensagem exprimiu e representa o emissor. As inferências do texto ao emissor da mensagem ficaram claras e apontadas em escrito.

O segundo, por Lasswell (1948) dirigido à questão para dizer o quê? O estudo se direcionou para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos, que constituiu uma análise temática.

O terceiro e último dentro da análise, segundo Lasswell (1948) foi marcar e focalizar o “com que resultados?” O pesquisador procurou identificar e descrever os resultados efetivos do processo de comunicação gerado a partir das respostas ao roteiro de entrevistas. Os objetivos não coincidiram necessariamente com os resultados efetivamente atingidos, mas que se louvar que a pesquisa pode também explorar a questão da congruência entre fins e resultados.

A definição de objetivos de uma análise de conteúdo a partir deste esquema ou de outro não implica necessariamente em congelar o saber ou ater-se a uma destas categorias apenas. O fato deve-se por conta da gama de modelos que há na literatura mundial. Entende o pesquisador que embora métodos e técnicas de análise possam variar em função dos objetivos propostos, claro esteve e estará presente na derivação da análise a percepção do conteúdo e de modo especial, que as inferências geradas e atingidas pela análise, espelhem os objetivos gerais e específicos da pesquisa. A compreensão dos fundamentos da análise de conteúdo certamente é importante para o analista conseguir tirar o máximo dessa metodologia. Compreender a história, entender os materiais analisados, estando ao mesmo tempo consciente das múltiplas interpretações que uma mensagem gera, levando ao entendimento de uma multiplicidade de objetivos que uma análise de conteúdo pôde atingir, auxiliaram a explorar melhor as possibilidades desta metodologia de análise, eis por que da opção.

Com a proposta de fazer da amostragem uma ferramenta que buscou estimar as componentes partes questionadas num roteiro de entrevista, tendo optado pela técnica da pesquisa qualitativa para a coleta e análise de dados, o pesquisador optou por utilizar os conceitos de Graham Gibbs (2009). Em sua obra, *Qualidade na pesquisa qualitativa* (2009), o autor disserta sobre que é o modelo de pesquisa em si e com e por ele buscar-se acercar o entendimento aos olhos externos, entendendo, descrevendo e prevendo explicar os fenômenos sociais para dentro do próprio saber, nas mais variadas formas. Para isto há a categorização particionada para fins análise na pesquisa.

Gibbs (2009) assinala que as análises realizadas em etapas possibilitam agrupar e obter conclusões acerca do objeto de estudo. Nessa pesquisa científica, os dados provenientes dos roteiros de pesquisa aplicados foram categorizados em quatro grupos: Tendência – (impacto) - representada nas questões um e oito do roteiro de pesquisa; Movimento - (posição frente a) – representado na questão dois do roteiro de pesquisa; Adaptação – (visão) – representado nas

questões três, quatro e sete do roteiro de pesquisa e; Significação – (opinião) – representado pelas questões cinco e seis do roteiro de pesquisa.

Realizada a codificação foi possível criar um mosaico derivativo dos roteiros de pesquisa para fins de análise. Lançamos mão para uso do método comparativo de Gibbs (2009), por meio de colunas e linhas (tabela) comparativas. As tabelas comparativas “qualitativas são uma forma conveniente de mostrar o texto proveniente de todo conjunto de dados, de uma forma que facilita uma comparação sistemática” (GIBBS, 2009, p.103).

Observa-se que por esta técnica se possibilitou traçar paralelos comparativos oriundos de relatos de pessoas diferentes e de localidades geográficas distantes que nem se conhecem, sobre um mesmo assunto (O objeto da própria pesquisa) e por este estabelecer padrões. Os confrontamentos individuais, caso a caso “ajudam a entender relações entre fatores, fenômenos, contextos, casos e, assim por diante. Com essa informação é possível construir um modelo de situação que identifique causas, estratégias, condições que intervêm, ações e consequências” (GIBBS, 2009, p.115).

Tendo como referencia a pesquisa de campo confrontada com a teoria e derivados por tal pós-conceito, houve a preparação de dados para oriundos do roteiro de pesquisa, amoldar como ponto de partida a escolha de instrumentos do tipo: entrevista segundo Yin (2005) consideradas formais, que consistem no levantamento de notícias por meio de interações entre entrevistado e entrevistador.

Com fim de preservar a confidencialidade das informações, como foi informado no momento da entrevista, a identificação utilizada para cada produtor da agricultura familiar foi estilizada com a escrita - Formulário e caracteres identificadores -, quer sejam: **FORM. -**.

AN, BN, CN, GN, HN, IN, DS, ES, FS, JS, LS e MS, Dentro destas identificações foram divididos dois grupos; os localizados que comercializaram para a Lei 11.947/2009 e os que não comercializaram. O primeiro grupo composto de: **DS, ES, FS, JS, LS e MS** e o segundo grupo de entrevistados composto da identificação: **AN, BN, CN, GN, HN e IN**.

A interação face a face com o entrevistador, possibilita haver um *feedback* acerca das perguntas, buscando esclarecimentos das questões implícitas. As notações de campo, bem como descreve Gibbs (2009, p57) “são registros do que aconteceu quando você estava em campo. Contudo, elas nunca são descrições simples; são inevitavelmente interpretações e costumam incluir experiências, sentimentos, vieses e impressões do pesquisador”.

A ideia de utilizar tabulações de elementos cruzados (duas colunas sob a vocativa Subcategoria) como os que o pesquisador está a empregar para a análise supra, encontra guarida nos termos de Gibbs (2009, p.103) quando o autor apresenta para a análise qualitativa

o entendimento de que “as tabelas qualitativas são uma forma conveniente de mostrar texto proveniente de todo o conjunto de dados, de uma forma que facilita a comparação sistemática”. A fabricação das tabelas envolveu codificar as respostas em suas inserções, que geraram em células sucessivas multiplicadoras e destas divididos por categorias os resultados (respostas) conjuntos ao próprio roteiro de entrevistas aplicado aos agricultores familiares. Na continuidade da tabela há ainda duas colunas, a primeira classifica com as respostas advindas dos questionários (e que estão identificados com “q.1 a 8”) breve resumo unidade de registro atestando fatores de mudança percebidos nas citações diretas dos entrevistados e, a segunda classifica dentro dos recortes das questões (q1 a q8) unidade de contexto atestando fatores de estagnação percebidos nas citações diretas dos entrevistados em seus fragmentos de respostas.

A caracterização neste modelo de tabela foi construída respeitando ao que Gibbs (2009, p105) escreve: “as células podem conter uma serie de coisas. A mais obvia consiste nas citações diretas dos entrevistados, retiradas do texto codificado”.

Buscando a possibilidade de realizar e estabelecer comparações dentro do estudo de caso proposto, numa sequência de quadros e análises representando o mosaico estabelecido para codificação de categorização (segundo Gibbs, 2009) embora tenham múltiplas respostas para questões iguais aplicadas nos doze roteiros, o resultado derivado disto foi uma gama de resultados encaminhados para análise baseados em uma ou mais ideias de codificação, transformados tabela individualizada com análise para cada categoria da própria análise (tendência – impacto; adaptação – visão; movimento-frente a; e, significação – opinião).

Estas comparações catalogadas em categorias puderam gerar frutos de análises frente às respostas encontradas. Ajudaram a entender as relações perseguidas durante o teorema dissertativo, quando de sua pergunta central: Ante os dispositivos da Lei 11.947/2009, como os produtores rurais estão se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para ofertar alimentos ao PNAE. Esta reflexividade na análise foi entendida como o reconhecimento de que o produto de pesquisa refletiu inevitavelmente o posicionamento de pesquisa científica enquanto posicionamento do saber.

Primeira categoria de Análise – Tendência – impacto frente a Lei, avanços e incentivos. Esta classe de análise foi pinçada a partir das respostas dos entrevistados às questões um e oito do roteiro de entrevistas. Para fins de figuração a questão um, está figura no texto escrito como q.1 enquanto que a questão oito, figura no texto escrito como q.8

<i>Subcategoria</i>			
<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>		<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que não comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>	
<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de registro atestando - Fatores de mudança - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>	<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de contexto atestando - Fatores de estagnação - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>
DS	q.1 Sim conheço. Avanço sempre tem. Melhora a saúde, melhoria qualidade de vida. q.8 A saúde melhorou bastante. Entrada certa de dinheiro. Melhoria nas estradas.	AN	q.1 Não sei, se soubesse iria atrás. q.8 Não muda nada para minha família.
ES	q.1 Sim, alimentação escolar ajuda o colono que produz. Venda direta pelo produtor e entrega. q.8 Entrega direta sem atravessador.	BN	q.1 Não, não ajuda em nada. q.8 Não.
FS	q.1 Avançou. Agora se tem onde vender o produto. Agregação de valor a maior. Aumento de ganho financeiro. q.8 Tudo tem valor e pode ser vendido e ainda sobra pra vender pra outros.	CN	q.1 Não, não conheço. q.8 Na minha propriedade nada mudou, por que não comercializo e não quero.
JS	q.1 Sim melhorou, minha família melhorou, por que trabalhamos menos agora. q.8 Me sinto incentivada por que antes eu trabalhava só com as vacas, agora eu trabalho menos e tenho final de semana pra descansar	GN	q.1 Pra mim não muda nada. q.8 Como não vendo, não sei.
LS	q.1 Conheço sim, no passado não, agora sim, melhorou sim, pelo menos da parte que eu uso. q.8 Sim mesmo que eu tenha que trabalhar mais é bom porque me dá mais resultados. Se aumentar o teto, fica melhor ainda.	HN	q.1 Não conheço, acredito não ter avanço. q.8 Desinformados.
MS	q.1 Conheço a lei. Houve avanços sim. Se tem a garantia por lei do mínimo, isto gera ao produtor o fortalecimento da propriedade q.8 A renda familiar aumentou.	IN	q.1 Conheço mas para mim não serve. q.8 Não me sinto incentivado pela lei para melhorar minha propriedade.

Tabela 3- Análise derivada da composição acima quanto à categoria Tendência (impacto)

Fonte: O autor.

Dentro da tipologia de análise proposta por Gibbs (2009, p. 106-109) usando o formato de comparação caso a caso, visto que os referidos podem ser uma variedade de coisas; a análise segue em se recorte:

Dispersos em dois grupos sendo um que comercializa produtos e outro que não comercializa para a Lei 11.947/2009, temos claro dois pontos neurálgicos conetivos, com vistas ao processo de adaptação do produtor rural da agricultura familiar no recorte proposto da pesquisa.

Através das modulações das vontades apontadas quanto ao aspecto categorizado como tendência frente a compreender se e como houve ou está se adaptando e desenvolvendo capacidades o produtor rural para atender a demanda gerada, salienta-se que embora haja a existência na origem do poder de produzir por parte de seu Ator, este se sente protegido pela legislação assegurando o desejo da manutenção e entrega plena à atividade e regularidade do crescimento social, gerado por recursos, gerando novas condições de poder, cristalizado dentro das características apontadas nos registros, dentro dos fatores de mudança, nos formulários (roteiro) de pesquisa de ordem: DS, ES, FS, JS, LS, E MS, quando das respostas as questões Questão 1 e 8.

Quando DS, responde: DS no questionamento q.1 (questão 1) - Sim conheço. Avanço sempre tem. Melhora a saúde, melhora qualidade de vida e na q.8 (questão 8) - A saúde melhorou bastante. Entrada certa de dinheiro. Melhoria nas estradas; está esculpido que a tendência frente a Lei nº 11.947/2009 é a possibilidade real da partilha no sentido mais clássico. O que tem certo é que toda sociedade repousa sobre uma necessidade fada, logo se submete a entrega sem descomprometer-se.

Vemos outros pontos estruturais relevantes e que cabe citação, pois de forma não obtusa denota uma ação propositiva para a união do fazer entre o meio natural e o social. Fatos aparecem nos vocábulos apresentados tais como:

- Em **ES**: “ajuda o colono que produz”;
- Em **FS**: “tudo tem valor e pode ser vendido”;
- Em **JS**: “Sim melhorou, minha família melhorou”,
- em **LS**: “melhorou sim, pelo menos da parte que eu uso” e,
- em **MS**: “Sim me sinto incentivado, por que os filhos comem o que eu produzo”.

Destarte comparativamente falando vemos uma parte da organização produtiva, alheia ao processo não importando se resultados de ordem de melhoria de condição de vida social ou financeira possam evoluir.

Embora exista a preocupação com implementação de uma política que venha a incentivar o desenvolvimento de uma economia produtiva dentro da pequena propriedade rural do agricultor familiar; a articulação como projeto de desenvolvimento local parece não se identificar com tais produtores rurais. Diante do identificado nas respostas às questões de

número 1 e 8, do roteiro de entrevistas proposto está implícita a contradição, ao projeto permeado na Lei. Respostas comuns do tipo:

Em AD - Não sei se soubesse iria atrás e não muda nada para minha família;

Em IN - Conheço, mas para mim não serve e não me sinto incentivado pela lei para melhorar minha propriedade e, em;

Em GN- Como não vendo, não sei, aparecem seguidamente em todo grupo. Significa dizer que embora a natureza esteja em si, a tomada de decisão está alheia ao que o contexto global apregoa, mas sim ao próprio umbiguismo do produtor na tomada de sua decisão, anulando possibilidades de provocar modificações em seu modo de vida pelo menos pelo advento da Lei 11.947/2009. A tendência descrita nas respostas inclina-se pela negação destes produtores em ofertar e em querer adaptar-se a um novo elemento revelado pela demanda de oferta de produtos. Podemos afirmar pelas assertivas que o Homem, só realiza sua liberdade individual ou sua personalidade se ele se sentir completo dentro do que lhe é apresentado. Embora seus semelhantes que o cercam tendem por ações realizadas prover do trabalho e da força coletiva dita por sociedade; visualizar a ele o quão possa ser relevante usufruir da Lei, entregando produtos e dele gerar renda, o concretismo do “homem isolado” está arraigado em seu modo de viver.

Segunda categoria de análise - Adaptação – visão – razões para se desenvolver ou não em relação à Lei, importância representada pelas respostas à questão três; - necessidade de adaptar para viabilizar a propriedade, representado pelas respostas à questão quatro, e – dificuldade para comercializar com o PNAE, representado pelas respostas à questão sete, do roteiro de entrevistas. Para fins de figuração a questão três, está figura no texto escrito como q.3. A questão quatro, figura no texto escrito como q.4 enquanto que a questão sete, figura no texto escrito como q.7

<i>Subcategoria</i>			
<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>		<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que não comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>	
<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de registro atestando - Fatores de mudança - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>	<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de contexto atestando - Fatores de estagnação - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>
DS	q.3 Na colônia a gente se preocupa em ganhar mais. Depois que o pessoal da Prefeitura me garantiu que era bom, tem gente ganhando dinheiro com isso. q.4 Plantava fumo. Parei e passei a produzir verdura aí diminui o veneno e todos podem trabalhar. q.7 Outros. O tempo pode atrapalhar ou não, ainda tem o medo da seca.	AN	q.3 Não fiquei sabendo da lei q.4 Não q.7 Impostos
ES	q.3 Na melhoria na renda. q.4 Não. q.7 Preço	BN	q.3 falta incentivo a produção q.4 Não fizemos nada, não sabemos q.7 Preço e sazonalidade
FS	q.3 Importante porque se pode vender mais e tem o pagamento garantido. Todos sabem que produzimos pra escola e assim eles vem aqui comprar q.4 Si tive que adaptar para garantir o fornecimento do produto q.7 O preço podia ser melhor pra pequena propriedade rural. Sazonal – precisa trabalhar com técnica pra evitar isso.	CN	q.3 Não comercializo q.4 Pra quem vende, deve ser necessário adaptar q.7 Sazonalidade
JS	q.3 Passei a usar melhor a minha terra e diversificar os produtos que plantamos q.4 Sim a gente mudou para atender as escolas porque elas precisam de produtos todos os dias. Diminuímos as vacas e aumentamos a horta. q.7 A Inspetoria não ajuda só cobra. Alguns produtos da horta são difícil de produzir no inverno e não verão e muito seco	GN	q.3 Eu não vendo para essa lei q.4 Como não vendo não adaptei na minha terra q.7 Eu acho que deve ser questão do fiscal da Inspetoria.
LS	q.3 Na melhoria da renda. No incentivo a produção. q.4 Sim houve, no aspecto da entrega, na burocracia. Esta parte hoje quem faz é minha esposa. Antes não se fazia tudo. q.7 As vezes há o produto e a escola (nutricionista) tem negação pra fazer. Falta planejamento.	HN	q.3 Não q.4 Não realizamos nada. q.7 Preço
MS	q.3 Melhorou na renda. Razão econômica	IN	q.3 Eu não comercializo por esta lei

	<p>e garantia de pagamento e recebimento. q.4 Sim houve. Antes a gente trabalhava mais com suíno e leite. Para atender optamos por hortaliças/verduras. Diminuímos os animais e aumentamos a horta em um hectare. q.7 Pode ter vários produtos e bastante durante todo ano mesmo que se tenha chuva bastante e sol forte.</p>		<p>q.4 Não mobilizei pra lei mas sempre tem melhoramento na minha propriedade q.7 Pelo que sei é difícil atender todo o ano com produtos</p>
--	---	--	---

Tabela 4- Análise derivada da composição acima quanto a categoria Adaptação (visão):

Dentro da tipologia de análise proposta por Gibbs (2009, p. 106-109) usando o formato de comparação caso a caso, visto que os referidos podem ser uma variedade de coisas; a análise segue em se recorte:

Podemos entender o diagnóstico da categoria adaptação inicialmente como característica que aumenta as chances de sobrevivência e reprodução de um organismo, em relação à condição alternativa dessa mesma característica. Temos dois contextos usais distintos frente ao escopo da legislação, composto especificamente entre o que podemos chamar de compromisso em se moldar para agregar-se e o que embora reconheça que a terra é sua sociedade enquanto ponto de partida, não agrega a sai a condição de exploração de um novo fato, por presumir incompatível para que seja entendido como sucessão de direito enquanto projeto de capacitação de melhoria quer financeira ou de apreço social para si e para sua comunidade prática familiar.

Na prática o primeiro grupo composto pelos produtores respondentes identificados nos formulários de roteiro de pesquisa de campo: DS, ES, FS, JS, LS e MS, valorizam a visão da estratégia de adaptação pelo conhecimento adquirido pelo advento da lei, pelo que lhe é já sabido e pelo que lhe submete como nova forma de ver o que da adaptação gerou. Vê-se uma constante preocupação e aprofundamento enraizado no corpo social para interpretar do jeito mais animador o que pareceu para o produtor ser revolucionário. Por atitudes facilmente qualificáveis como demonstram as respostas:

Em DS – q.3 (questão 3) Plantava fumo. Parei e passei a produzir verdura aí diminui o veneno e todos podem trabalhar;

Em ES – q.3 (questão 3) Na melhoria na renda;

Em FS - q.7 (questão 7) O preço podia ser melhor pra pequena propriedade rural.
Sazonal – precisa trabalhar com técnica pra evitar isso.

Em JS - q.4 (questão 4) Sim a gente mudou para atender as escolas porque elas precisam de produtos todos os dias. Diminuímos as vacas e aumentamos a horta;

Em LS - q.4 (questão 4) Sim houve, no aspecto da entrega, na burocracia. Esta parte hoje quem faz é minha esposa. Antes não se fazia tudo;

Em MS- q.3 (questão 3) Melhorou na renda. Razão econômica e garantia de pagamento e recebimento.

Embora a ambiência do tempo e do lugar, observa-se pelas respostas dos entrevistados do grupo acima citado, se transpor para a análise do social, no cerne das transformações está o produtor rural que procura mudar seu status quo, rompendo com modelos ortodoxos de gerenciar seu próprio negócio, prova está na resposta a questão q.4, respondida por LS, quando perguntado a ele se houve alguma necessidade de se adaptar para viabilizar a propriedade rural a Lei? E como foi? Ele responde: “Sim houve, no aspecto da entrega, na burocracia. Esta parte hoje quem faz é minha esposa. Antes não se fazia tudo”.

Aparentemente rotineiro parece ser, contudo traz ao realce da pesquisa o reconhecimento da mudança, sem discussão, nem argumentação o que faz o mundo passar a ser entendido como democrático e não segregário. As respostas frente a categoria adaptação mostram que esta se situa naturalmente num espaço determinado (dos que querem se adaptar), sendo que isto fará que comportamentos sociais passem a ser pertinentes no dia-a-dia da propriedade rural.

É indispensável compreender a funcionalidade do tecido social, tendo em vista a reprodução do sistema em curso. Nas respostas fica claro que é necessário cotidianamente desvelar os elementos conjunturais que permitem a sua alterar o modo de ser ou de fazer.

Já no segundo grupo de entrevistados e classificados dentro de unidade de contexto atestando fatores de estagnação, observando dentro de uma perspectiva construcionista, em que o próprio corpo é construído pelo corpo social; deparamo-nos com um olhar de um que cria e de outra que o criou. Esta temática embora não admitida pode ser extraída quando das negativas ao processo de compreensão do produtor quando se coloca como conseqüente essencial e não como agente que pode gerar processos de adaptação ou estratégia que culmine em provocações gerando modificações em sua forma de pensar e agir; conforme saliente nas respostas ao questionário como seguem abaixo:

Em AN - q.3 (questão 3) Não fiquei sabendo da lei ;

Em BN - q.3 (questão 3) Falta incentivo a produção; q.4 (questão 4) Não fizemos nada, não sabemos;

Em GN - q.3 (questão 3) Eu não vendo para essa lei; q.4 (questão 4) Como não vendo não adaptei na minha terra;

Em HN - q.4 (questão 4) Não realizamos nada; q.7 (questão 7) Preço;

Em IN - q.3 (questão 3) Eu não comercializo por esta lei; q.4 (questão 4) Não mobilizei pra lei mas sempre tem melhoramento na minha propriedade; q.7 (questão 7) Pelo que sei é difícil atender todo o ano com produtos.

Terceira categoria de análise – Movimento (posição frente) – visão – representada pelas respostas à questão dois do roteiro de entrevistas – A seu ver a Lei contribui para alterar a condição de vida no campo? Para fins de figuração a questão dois, está figura no texto escrito como q.2.

<i>Subcategoria</i>			
<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>		<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que não comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>	
<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de registro atestando - Fatores de mudança - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>	<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de contexto atestando - Fatores de estagnação - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>
DS	q.2 Ajuda quem quiser se adapta pois a lei não produz. A pessoa tem que se motiva	AN	q.2 Acho até que sim pelo que ouço falar.
ES	q.2 Ajuda um pouco, ajuda a vender a safra.	BN	q.2 Não conheço.
FS	q.2 Sim da uma certeza de ter uma renda.	CN	q.2 Desconheço a lei.
JS	q.2 Melhorou. A gente aprende a planejar mais e ter mais lucro na propriedade.	GN	q.2 Sim até pode ser pra quem vende.
LS	q.2 Sim contribui mas poderia aumentar o teto de venda de valor anual.	HN	q.2 Não. Poucas pessoas sabem.
MS	q.2 Sim contribuiu. Melhorou a dignidade, o respeito para com o homem do campo.	IN	q.2 Acho até que sim pelo que sei e ou vi falar.

Tabela 5 - Análise derivada da composição acima quanto a categoria Movimento (posição frente):

Sob a ótica da categoria Movimento, ou seja, a atitude, ou o comportamento do produtor rural da agricultura familiar, assenta-se na análise.

Do ponto de vista da movimentação e organização rural, o agricultor familiar internaliza a vontade de aproveitar-se da lei, do assunto, em conformidade com o que se

apontam nos recortes da pesquisa, quando das respostas à questão número dois do roteiro de pesquisa, que solicitava responder para o agricultor familiar se a Lei contribuiria para alterar a condição de vida no campo, dos entrevistados. Algumas das respostas:

Em DS - q.2 (questão 2) Ajuda quem quiser se adapta pois a lei não produz. A pessoa tem que se motiva.

Em JS - q.2 (questão 2) Melhorou. A gente aprende a planejar mais e ter mais lucro na propriedade.

Em MS - q.2 (questão 2) Sim contribuiu. Melhorou a dignidade, o respeito para com o homem do campo.

O que se denota transversando entre as respostas é a concepção da defesa da continuidade. O movimento percebido é o do diálogo da participação direta, aberta e franca frente a Lei. A realidade como um elemento de compreensão é também um desafio posto, porém necessário para a efetivação dos próprios interesses. Sucinto, de nada adiantaria a Lei, a regra, se o sujeito da ação não quisesse se engendrar ao processo em si. Podemos afirmar que as sedimentações dos movimentos em querer (resposta de DS em q.2) e em constituição do tesouro comum – sua própria constituição identificada (resposta de FS em q.2) nos aponta para o não inatismo natural, muito pelo contrário; há sim declarado a reversibilidade existente que busca incorporar a face da realidade aos componentes do mundo (neste caso a Lei nº 11.947/2009). O apego às demandas e comprometimento, não entendido como assistencialismo, sustentam a compulsoriedade familiar para a busca do sucesso empreendedor, enquanto visto o produto como negócio e a lei como incremento de movimento.

Na esteira devidamente identificada há o grupo controverso de produtores que tem em seu discurso claro do não vínculo real e da não vontade empregada em fazer gestão face ao advento Lei. Embora estejam convencidos de que toda a riqueza do desenvolvimento intelectual, moral e material enquanto objeto, possa agregar ao fundamentalismo do que produzem, indicam-se pelas respostas ao questionado que a este concurso de trabalho coletivo, não há anseio vocacionado de realização e por consequente de menear-se a própria constituição ou de instigarem-se a alterar sua natureza primordial ou se ponto inicial de desenvolvimento ulterior. Embora a rejeição a marcha natural, inevitável das coisas; a postura tradicional do Agricultor familiar está arraigada e pontificada, e para estes em nome da imparcialidade.

O que ficou demonstrado é que a prática do grupo integrante dos que não comercializam não se coaduna com os interesses identificados nos indivíduos que

intencionam comercializar embora concorram, igualmente, dentro dum quadro emergente com as alterações na base produtiva da agricultura, e seus desdobramentos para os trabalhadores.

Quarta categoria de análise - Significação – opinião – reflete a importância do significado da Lei ou não, bem como se proveu mudanças ou não no recorte da pesquisa. – razões representadas pelas respostas ao roteiro de entrevistas pelas questões cinco e seis Para fins de figuração a questão cinco, está figura no texto escrito como q.5, enquanto que a questão seis, figura no texto escrito como q.6.

<i>Subcategoria</i>			
<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>		<i>Localização no roteiro de entrevista quanto ao Agricultor familiar que não comercializa para lei nº 11.947/2009.</i>	
<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de registro atestando - Fatores de mudança - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>	<i>Formulário FORM:</i>	<i>Unidade de contexto atestando - Fatores de estagnação - (percebidos nas citações diretas dos entrevistados) (Fragmentos das respostas)</i>
DS	q.5 Temo mais saúde. Trabalhamo até menos e ganhamo mais. q.6 No fumo a gente vendia e não sabia o que ia ganhar, a empresa pagava o que queria. Agora sabemo o que vamos ganha em cada entrega do produto.	AN	q.5 Como não vendo pra ele não sei dizer q.6 (-)
ES	q.5 Sim. q.6 Podemos produzir vários produto para vender pra Prefeitura	BN	q.5 Não q.6 Nada
FS	q.5 Sim, pois se teve entrada de dinheiro todo mês. q.6 Pode organiza as compra e pagamento com o valor que entra.	CN	q.5 Não sei q.6 (-)
JS	q.5 Sim, porque a cada 30 dias eu tenho dinheiro certo das vendas que fizemos. q.6 Assim melhora o planejamento de gasto e de	GN	q.5 Pode ser a dos outros mas na minha como não vendo nada pra eles nada muda. q.6 (-)

	lucro aqui em casa.		
LS	q.5 Sim tem avanço sim. Com o R\$ da merenda reformamos todas as 2 estufas. q.6 Não precisei buscar R\$ de outro lugar. De 2011 pra cá o que entra é lucro (tirando as despesa claro)	HN	q.5 Soubemos que alguns vizinhos conseguem vender na Prefeitura q.6 Vendem na Prefeitura.
MS	q.5 Sim houve por que partimos de menos de R\$ 2.000,00 em 2010, para R\$ 20.000,00 em 2013 comercializado. q.6 Aumentamos a quantia de produtos na merenda (variedade)	IN	q.5 Até parece que sim pra quem vende. É o que vejo na televisão. q.6 (-)

Tabela 6- Análise derivada da composição acima quanto a categoria Significação (opinião):

Com relação ao grupo representado dos produtores que comercializam para a lei dos que estão catalogados dentro da unidade de registro, com significação de mudança; o que parece postado no âmago dos respondentes é o entendimento altruísta de que a própria produção enquanto laboral ou econômica abarca considerável notoriedade para o escopo em que estão situados. Podemos afirmar que em um único momento (o da Lei, por sua significação), este atinge a todos a um só tempo provocando de forma subliminar a garantia do acesso a compreensão e a adaptação frente a um novo regramento, e dele intensificando-se estrategicamente obtém vantagens competitivas em relação a outrem.

Neste sentido, inegavelmente podemos acrescentar a análise desta categoria no grupo em que há renda gerada (apontada nas respostas dos entrevistados DS, ES, FS, JS, LS e MS, quanto as questões q.5 e q.6), que se associa a valorização do produto em si e valorização da própria identidade enquanto ator de um segmento primário dentro da economia do País. Embora não se imaginasse a possibilidade de entrança de capital por uma produção provocada pela necessidade de garantir a demanda sentida, esta alterou circunstancialmente algumas propriedades e seu modo operacional. Ao que está escrito pelo respondente, denota-se a preocupação com a qualidade de vida, efetivamente grafado nas palavras escritas pelos mesmos; e ao alcance dos referidos, pela gestão de uma política pública (a lei 11,947/2009). Podemos afirmar que dentro de seus construtos locais houve mais apoderamento social, gestado pelo planejamento, pela gestão, pelo acréscimo financeiro, pela estratégia competitiva que os mesmos agora têm por serem partícipes.

Quanto ao segundo grupo (o não ofertante – AN, BN, CN, GN, HN e IN) embora alguns entendam que haja coisas que possam produzir melhor forma de aproveitar sua propriedade rural (GN q.5 (questão 5) - Pode ser a dos outros mas na minha como não vendo nada pra eles nada muda/ IN q.5 (questão 5) - Até parece que sim pra quem vende.), existe resistência dos mesmos pela inoperância significativa. Alguns descobrem que a vida pode ser de outro modo, mas não o buscam, ou não criam alternativas que possam gerar novas formas ou modelos de gestão, e por consequente, o dinamismo financeiro na maneira de prover sua propriedade rural. O que se pode afirmar que embora haja o direito de optar pela participação, independente de se ter ou não a mão do Estado pelo advento da Lei, ainda há a desconcordância em querer participar. Respeitar é vital.

Reduzidas e finitas a termo as análises dentro da proposta de categorização, para provocar um maior assento do conhecimento, produto único da pesquisa que fora iniciada pela revisão bibliográfica, pesquisa de campo e diagnóstico de resultados, abre-se espaço para pontualmente descrever ponderações claras a cerca da busca de respostas quanto a problematização do objeto de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos deste produto científico.

4.1 Discussão dos resultados

Dentro das laudas de análise, segue uma breve Análise conceitual para fins de entendimento de contextualização quanto à contextualização do problema de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa.

A interrogação que versava anteriormente quando do princípio da pesquisa quanto a problematização era: Dentro das concepções visualizadas a escrita monográfica dissertativa, devidamente fundamentada pretende, responder: Ante os dispositivos da Lei 11.947/2009, como os produtores rurais estão se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para ofertar alimentos ao PNAE?

O entendimento conceitual frente a respostas quanto a problematização, indicação de resultado à compreensão constados na epígrafe da pesquisa, no tempo pós-pesquisa de campo

encontra campo fértil de estudos observando contextualmente as condições favoráveis quanto à consolidação de processos de desenvolvimento e adaptação do agricultor familiar e que envolveu entendimento de nova realidade em face da Lei 11.947/2009 e suas implicações, condições estas entendidas como iniciativas voltadas à melhorar a qualidade e à aumentar o valor agregado dos produtos oriundos da agricultura de base familiar, isto posto em algumas questões oferecidas para serem respondidas pelos produtores agricultores familiares, quando da aplicação do roteiro de pesquisa. Dentro do grupo de respondentes que ofertam produtos advindos de suas atividades produtores algumas considerações mostram como os referidos buscaram se adaptar e se desenvolver em face da Lei, por exemplo, tem-se:

Produtor nominado no roteiro como DS, diz na questão de número um: “Avanço sempre tem. É uma forma de fazer o colono ficar na roça”; caminhando mais neste mesmo roteiro ele diz na questão de número quatro: “plantava fumo e parei. Passei a produzir verdura aí diminui o uso de veneno e todos podem trabalhar” e segue nas questões cinco quando diz “temos mais saúde, trabalhamos menos e ganhamos mais”, assim como no questionamento seis, “no fumo a gente vendia e não sabia o que ia ganhar a empresa pagava o que queria. Agora sabemos que vamos ganhar em cada entrega do produto”. Assim como este entrevistado temos outras respostas que cercam o entendimento quando da concepção do adaptar-se e desenvolver-se. Assim como há em outros roteiros de pesquisa recortes que demonstram o objeto buscado para dar subsídios a resposta quanto ao entendimento e acolhimento de soluções quanto à problematização, vejamos: No FORM.LS: questão quatro: “sim houve a necessidade de se adaptar a burocracia, hoje quem faz é minha esposa”; questão cinco: “reformamos duas estufas para atender”; no FORM MS: questão três: “Melhorou a dignidade; questão quatro: “antes a gente trabalhava com suíno e leite, agora optamos por hortaliças. Diminuímos os animais e aumentamos a horta” entre outros.

Dentro da ótica definida como problematização, espelhado pelas respostas dos entrevistados pode-se afirmar que os produtores rurais estão se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para ofertar alimentos ao PNAE. Ficou claro que em todas as decisões a vantagem competitiva como pano de fundo dentro do que alguns autores chamam de capacidades da firma. O foco está nas capacidades dos empreendedores agricultores familiares, mais especificamente nas capacidades específicas a cada um dentro do recorte pesquisado. Todas as decisões visando contemplar o processo de adaptação estão regidos por determinados princípios. O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança patrimonial são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será

assegurado a segurança alimentar e patrimonial através de uma participação conjunta dos agentes que na propriedade rural estão e o comprador (PNAE), sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, houve que se entender dentro do processo a necessidade que se considerasse o direito humano à alimentação como primordial, pois este antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida.

Quando falamos do objetivo geral deste teorema dissertativo que é compreender se e como o ofertante produtor rural da agricultura familiar, está se adaptando e desenvolvendo capacidades para atender à demanda gerada pela Lei nº 11.947/2009 (PNAE), há que se contemplar ou acreditar que a intencionalidade quando da decisão do objetivo principal após a pesquisa realizada, requereu que o pesquisador se deslocasse de uma pesquisa estritamente educacional e que se impregnasse de conhecimentos mais amplos. O desafio foi entender, num primeiro instante, o Estado como fenômeno político e como organizador da sociedade, cuja função entre tantas é programar e acompanhar políticas entendidas como ações que alteram as relações sociais e que estas ações reflexionam ações na vida dos atores abraçados por suas decisões, neste caso o produtor agricultor familiar frente a Lei. Esse entendimento nos permitiu adotar uma abordagem de caráter sociohistórica, a qual derivou o entendimento que não poderíamos realizar uma comparação simplista ou rasa da realidade atual, sem por questionamentos de pesquisa em um roteiro definido marcar a própria pesquisa de campo.

A análise dos objetivos nos permitiu vislumbrar uma inflexão dentro do ideário que baliza a vida do produtor rural no que tange a política pública proposta, enquanto processo de adaptação e de compreensão quanto aos valores intrínsecos de uma cultura que gera sustentabilidade. A vontade de interação destes com a vontade política para que as ações de um programa de alimentação escolar possam ocorrer com maior possibilidade de sucesso, embora aparentemente simples, são nas bases das experiências que vêm sendo implantadas e consolidadas.

Os elementos constantes dentro das análises que anteriormente foram objetos desta pesquisa especificamente os constantes na primeira categoria de Análise – Tendência – impacto frente a Lei, avanços e incentivos, pinçada a partir das respostas dos entrevistados às questões um e oito do roteiro de entrevistas, ratificam a concretização do alcance do objetivo geral alcançado. Embora diferenças de implementações fossem notadas, percebeu-se que fatores concernentes a realidade de cada produtor que ofertou alimentos ao PNAE; qualifica a coesão com o desafio de entender e prover desta, fatores que influenciaram e

influenciam decisivamente no molde de adoção, quanto ao marco contextual para responder o objetivo macro da pesquisa.

Quanto aos responsáveis relativos aos objetivos específicos:

- Analisar como se posiciona o produtor rural frente à demanda da lei, como ofertante ou não ofertante;

A ampliação do debate neste objetivo específico passa por alterar as referidas formas sociais e condições de gerenciamento de dentro da propriedade para fora dela. Foi preciso promover reorientação nas estratégias de desenvolvimento em vigor na maioria das propriedades visitadas, pois embora pouco, algo se alterou quanto ao defrontamento de uma nova realidade (a Lei), muitos destes enfrentamentos não estavam em visível contradição com os objetivos da segurança alimentar e da equidade social, contudo foi necessário alterar o modo de agir e pensar. Mesmo que aparentemente tenha havido crescimento econômico, este proveu aos envolvidos que optaram por ofertar produtos para o PNAE, um forte componente reposicionamento frente a qualidade de vida social. Pode-se associar ao crescimento econômico a possibilidade de gerar crescente igualdade social e talvez seja o principal desafio para a formulação de estratégias econômicas. Podemos observar claramente esta conduta do posicionamento como ofertante nas falas dos entrevistados caracterizados nos formulários de roteiro de pesquisa de campo: DS, ES, FS, JS, LS e MS.

Em DS – q.3 (questão 3) Plantava fumo. Parei e passei a produzir verdura aí diminui o veneno e todos podem trabalhar;

Em ES – q.3 (questão 3) Na melhoria na renda;

Em FS - q.7 (questão 7) O preço podia ser melhor pra pequena propriedade rural. Sazonal – precisa trabalhar com técnica pra evitar isso.

Em JS - q.4 (questão 4) Sim a gente mudou para atender as escolas porque elas precisam de produtos todos os dias. Diminuímos as vacas e aumentamos a horta;

Em LS - q.4 (questão 4) Sim houve, no aspecto da entrega, na burocracia. Esta parte hoje quem faz é minha esposa. Antes não se fazia tudo;

Em MS- q.3 (questão 3) Melhorou na renda. Razão econômica e garantia de pagamento e recebimento.

Já no segundo grupo de entrevistados e classificados dentro de unidade de contexto atestando fatores de estagnação; o pesquisador se deparou com um olhar de um que cria e de

outra que o criou. O negativismo ou o não Crédito ao posicionamento de não resistência está claro conforme nas respostas ao questionário como seguem abaixo:

Em AN - q.3 (questão 3) Não fiquei sabendo da lei ;

Em BN - q.3 (questão 3) Falta incentivo a produção; q.4 (questão 4) Não fizemos nada, não sabemos;

Em GN - q.3 (questão 3) Eu não vendo para essa lei; q.4 (questão 4) Como não vendo não adaptei na minha terra;

Em HN - q.4 (questão 4) Não realizamos nada; q.7 (questão 7) Preço;

Em IN - q.3 (questão 3) Eu não comercializo por esta lei; q.4 (questão 4) Não mobilizei pra lei mas sempre tem melhoramento na minha propriedade; q.7 (questão 7) Pelo que sei é difícil atender todo o ano com produtos

- Contrastar as ações realizadas pelos produtores ofertantes e não ofertantes visando ao atendimento à demanda da lei 11.947/2009 e seus resultados.

Conseguiu-se perceber claro e entende o pesquisador abreviando as palavras que as ações quanto a ofertar ou não produtos para o PNAE mexe com interesses diversos e até contrários, o que faz com que a definição do significado do atendimento se transforme em um espaço de disputa embora não havendo tensionamento entre grupos (ofertantes e não ofertantes). O que se tem personalizado nas respostas aos questionamentos constados dentro do roteiro de pesquisa é que, a possibilidade de ações pontuais para com a legislação, não é um conceito já estabelecido, mas em construção, embora no tempo da pesquisa tacitamente pontuado. Visto sob estes dois aspectos fica clara a importância da elaboração de uma argumentação, que possa ser fundamentada nos princípios já enunciados anteriormente na pesquisa, a partir de um debate amplo e ao mesmo tempo consistente, alterar o cotidiano dos usuários. Os fatos propostos antes da pesquisa de campo que encenam este objetivo específico se tornam mais evidentes para fins de análise de seu mérito, quando se retorna as respostas dos entrevistados na análise de categorização, especificamente na quarta categoria de análise - Significação – opinião – pois esta reflete a importância do significado da Lei ou não, bem como se proveu mudanças ou não no recorte da pesquisa.

- Identificar se o produtor rural está utilizando estratégias específicas, que possam provocar modificações no seu modelo atual de produção, e se esta potencializa a proximidade entre o demandante e o demandado, possibilitando uma maior interação social.

Dentro dessa perspectiva do terceiro objetivo específico perseguido na base da pesquisa, as respostas se encontram dentro duma concepção que busca ser suficientemente abrangente para dar conta de todas as preocupações assinaladas no objetivo, ou seja, em que cada categoria de análise anteriormente descrita feita há uma estreita semelhança de respostas que se encontram com direta articulação com as demais, formando um conjunto em seu sentido pleno, para uso com fins de ser entendimento de uma forma integrada. Vejamos por exemplo para responder a questão de estratégias específicas dentro da primeira categoria de Análise – Tendência – impacto frente a Lei, avanços e incentivos. Esta classe de análise traz respostas dos entrevistados às questões um e oito do roteiro de entrevistas. Bem podemos observar nas falas que seguem há vocativos que trouxeram a esta pesquisa científica a identificação de estratégias como também gera provocações e altera o ambiente, potencializando o meio; por conseqüente o atendimento quanto ao objetivo específico proposto: “A saúde melhorou bastante. Entrada certa de dinheiro; Melhoria nas estradas; Entrega direta sem atravessador; Avançou. Agora se tem onde vender o produto. Agregação de valor a maior. Aumento de ganho financeiro; Tudo tem valor e pode ser vendido e ainda sobra pra vender pra outros; Sim melhorou, minha família melhorou, por que trabalhamos menos agora; Me sinto incentivada por que antes eu trabalhava só com as vacas, agora eu trabalho menos e tenho final de semana pra descansar; Conheço sim, no passado não, agora sim, melhorou sim, pelo menos da parte que eu uso, e; Sim mesmo que eu tenha que trabalhar mais é bom porque me dá mais resultados. Se aumentar o teto, fica melhor ainda. Também encontra guarida para fins de responder ao objetivo a questão de número dois que se encontra analisada anteriormente na terceira categoria de análise – Movimento (posição frente) – visão- quando responde se ao ver do entrevistado a Lei contribui para alterar a condição de vida no campo.

- Identificar se há fatores dificultadores para o desenvolvimento da produção do agricultor familiar, no recorte proposto da pesquisa com vistas ao atendimento da demanda criada pela Lei.

O texto como um todo permite concluir que o tema abordado dentro deste objetivo específico em si está fundamentado na concepção das dimensões sociais e de ambiente, os quais estruturam o próprio programa como um aspecto de continuada discussão de hábitos e estilos de vida na promoção da qualidade. A que se ressaltar no contexto dos fatores como um todo, que embora existam fatos dificultadores há trilhado um caminho por alguns que já se

aproximaram ao PNAE por sua produção, logo tais podem ser espelhos de outrem se o fator impeditivo possa a ser entendido como motivador.

Para não fugir da análise e demonstrar o atingimento do objetivo específico em discussão podemos perceber os fatores de dificultadores em alguns momentos, mas mais pontual m reside nas respostas à questão de número sete do roteiro de pesquisa, com suas devidas respostas: “O tempo pode atrapalhar ou não, ainda tem o medo da seca; Impostos; Preço e sazonalidade; O preço podia ser melhor pra pequena propriedade rural. Sazonal – precisa trabalhar com técnica pra evitar isso; Eu acho que deve ser questão do fiscal da Inspeção; A Inspeção não ajuda só cobra. Alguns produtos da horta são difíceis de produzir no inverno e não verão e muito seco; As vezes há o produto e a escola (nutricionista) tem negação pra fazer. Falta planejamento; Pode ter vários produtos e bastante durante todo ano mesmo que se tenha chuva bastante e sol forte, e; Pelo que sei é difícil atender todo o ano com produtos.” Assim sendo estão identificadas condições desfavoráveis para a consolidação com vistas ao desenvolvimento do circuitos que envolve, entre outras iniciativas, aquelas voltadas à melhorar a qualidade e à aumentar o valor agregado dos produtos oriundos da agricultura de base familiar, e à capacitação dos agentes produtivos e comerciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo indivíduo humano é o produto involuntário de um meio natural e social no seio do qual nasceu, desenvolveu-se e do que continua sofrendo influência. Neste sentido podemos afirmar que a sociedade sendo sempre em todos os locais a causa *mater* para a dissolução ou aglutinação, salutar é entender que somos o que geramos o que produzimos. Não há que se espantar se dum momento quer positivista ou negativista dentro das instituições familiares ou coletivas, sejam gerados processos de adaptação, anomalias ou privilégios. Responsável dizer também que para fazer uma revolução quer uma ou de massa é preciso sempre atacar as posições e as coisas, desconstruindo e gerando o novo, contudo não necessitando destruir os fatores, mas os que operam a notícia.

Inevitável apreciar assim que enredado num escopo de pesquisa, sempre se torna apelativo indicar a gestão da liberdade na igualdade. Compreendermos a fonte rica de informações geradas pela pesquisa de campo nos compromete ainda mais a prover a revolução no sentido do desencantamento de paixões destrutivas. Compreender a associação de mensagens fraseadas pode promover a associação como parte da convicção de que as revoluções do saber nunca são feitas nem pelos indivíduos, nem mesmo pelas sociedades secretas, ou indutivas. As sociedades por buscarem constantemente adaptar-se a realidade, as fazem por si próprias às mudanças ou não, destas derivam o movimento dos acontecimentos e dos fatos.

A que se assinalar que embora haja duas formas distintas de observar o resultado de pesquisa de campo (sendo um para quem comercializa e outro que não comercializa para a Lei nº 11.947/2009), a liberdade de opção está resguardada no construto geográfico referenciado; liberdade que encontra guarida no cotidiano dos agricultores produtores familiares, e que pode consistir embora difuso em desenvolvimento de toda potencialidades materiais, intelectuais e morais de suas propriedades, embora alguns permaneçam resistentes latentes, ao traçado pela lei em sua própria natureza enquanto processo adaptativo.

Destasorte os processos transformativos que galgam uma sociedade mais justa brotam de dimensões organizativas mediadas por redes geradoras de ordenamentos coletivos e democráticos, a Lei, neste a de nº 11.947/2009. Estes processos percebidos ou não pelos agricultores familiares arranjam-se de sinergias interativas produtoras de organizações mais implicadas em si (complexas – o consumidor, a demanda) e integram movimentos, ações que almejam qualidade da existência de indivíduos livres no coletivo, vocação basilar de norma num estado democrático. Ou seja, embora difusos, os grupos e identificados na pesquisa, é partir do coletivo que integra a liberdade dos indivíduos que é exequível amadurecer e fazer perdurar uma cultura de solidariedade, de cooperação de sustentabilidade econômica, política e social que garanta a superação de necessidades humanas, desencadeado ou não pelo próprio usuário dum sistema proposto.

Notório evidenciar também que as contingencias de cada realidade (grupo que comercializa e que não comercializa) exige do Gestor Público, ferramentas que possibilitem criar formas de operar o um sistema frente à adversidade, com inteligência coletiva, primando pela sustentabilidade ética, que refina o processo e dá ao advento a garantia do reconhecimento da diferença e da igualdade.

Quando examinamos a geografia das decisões havemos que entender que há que se originar um caminho mais que necessário para a criação e manutenção de vínculos entre atores, e esta estrada a trilhar é longa e árdua. A que se buscar experiências bem sucedidas, para fazer a paisagem moldurada no tom da cidadania; representada num viés sociologicamente falando pelo produtor agricultor familiar que pensa altruísta e usufrui da Lei, adaptando-se a ela e, ao seu inverso, parte do mesmo recorte que gera produção que ousa, crê e determina a si mesmo o não rompimento do seu cotidiano, mantendo sobre si ortodoxamente a gestão conservadora de própria propriedade.

Não pode o pesquisador afinar o discurso em dizer que está correto ou incorreto a condição e seus artífices no modelo de gestar as atividades produtivas com olhos à Lei 11.947/2009. Vínculos muitas vezes perdidos nos desvãos da sobrevivência, provocam extenuação ou não ao trabalho e embora movidos muito pela persistência, nada substitui o vínculo que nasce antes da luz, no primeiro ato, o da concepção da produção rural.

Entre estratégias a serem desenvolvidas com fulcro a melhorar o processo de adaptação frente à Lei, deverão figurar aquelas compreendidas no contexto da universalização da cidadania, da redução de iniquidades – sobretudo em relação a populações de agricultores familiares que desconhecem ou acéfalos estão à oportunidade. A definição de políticas, além da intersetorialidade no campo rural, deverá incorporar a equidade e utilizar métodos

quantitativos e qualitativos, desde o planejamento até a avaliação do processo de adaptação produtiva, bem como inserir a este, dados que garantam o olhar específico nas estatísticas oficiais. Considerando que os estudos existentes sobre adaptação do agricultor familiar no Brasil ainda são escassos e que por conta da grandeza que o primeiro segmento representa no País e por si só anunciam grandes desafios aos que pesquisam, é imperioso e importante que a academia gere subsídios e medidas, visando aprofundar tanto pesquisa sobre determinantes associados às questões sociais, políticas e econômicas; quanto sobre a ação do próprio estado quando da criação de uma Lei, bem como o acesso a intervenções dos atores envolvidos a ela.

No escopo das medidas, estarão a continuidade e fortalecimento da educação do homem do campo e das relações financeiras dele para com o Estado, gerando difusão de informações voltadas, sobretudo na difusão e promoção da cidadania. Neste sentido, deverão ser consolidadas parcerias entre os entes, propiciando alterar o status dos usuários que não comercializam com o advento da Lei, para que sejam comerciantes ofertantes. Há que se envolverem as instituições dos estados e municípios, como motivadores de gestão, iniciativa esta que tende a promover a melhoria das condições de bem estar e vida social no campo rural.

O pesquisador entende que, adaptado e com estratégia definida o produtor solidifica o movimento social pelo sim quanto à norma legal que o auxilia e lhe dá roupagem oportunizadora. O solidarismo, o multiculturalismo deve se voltar para o trabalho dos indivíduos interessados em se associar as necessidades, e foi isto que se viu e clarividente pontuado na pesquisa de campo. No tempo presente, pensar em estar se adaptando e desenvolvendo capacidades produtivas para entregar algo pelo acolhimento de uma lei, de uma regra, significa entender as ações como movimento social, partindo do coletivo para os indivíduos, sem claro tirar a liberdade e opção de escolha. Urge na necessidade de gerar capacidades empreendedoras que possam chegar a todos os usuários latentes à Lei 11.947/2009, equilibrando produção, fomento, distribuição e transferência de bens e riquezas.

Dentro da proposta de pesquisa, campo este umbilicalmente vinculado aos estudos organizacionais houve a necessidade de se investigar aspectos ainda um pouco difusos ou incompreendidos sobre o modelo, forma, processo de como o produtor rural se adapta a uma nova Lei em relação ao que pôde ser realizado. Optou-se por buscar respostas frente a indagação através dos entes inclusos no próprio recorte..

5.1 Resultados alcançados

A pesquisa científica enfatizou a condição de existenciabilidade, motivou a necessidade da interdisciplinaridade, e pretendeu focar a janela fomentadora da norma não somente pela ação do Estado, mas, também, conforme viés de desenvolvimento econômico no construto determinado.

Subentendeu-se que o aumento de demanda gerada para o produtor rural da agricultura familiar gerou resultados com impactos positivos na economia dos municípios, impulsionando a economia local, desde o comércio, o setor de serviços e, até mesmo, a arrecadação de receitas municipais. Outra consequência percebido pelo processo de adaptação foi a possibilidade de integração entre os atores municipais, assim como a oportunização da geração de emprego e renda, favorecendo a manutenção do homem no campo e propiciando a diminuição do êxodo rural através de ações sistemáticas de planejamento dentro da conjuntura em questão, independente dos que não quiseram comercializar não oportunizando-se, deveras alterar seus processos gerenciais. Neste esteio, importante que o produtor rural da agricultura familiar sentiu que ele por si só, por sua força motriz de trabalho se potencializou e cientificou-se da variabilidade positiva empreendedora em relação aos procedimentos das conjunturas circunscritas descritas nos roteiros de pesquisa de campo. Esse direcionamento, por sua vez, pode levar à construção de entendimento consensual, acudido da atividade operacional e empresarial, além de sensibilizar o atual cenário para mudanças. A atuação, no sentido de gerar competências por sinergia, pode propiciar a transformação de valores em alguns dos atores no mundo das organizações da sociedade civil, compreendida no escopo desta pesquisa.

Sem pretender metas impossíveis que pudessem ter levado ao absurdo e o finito saber; sem exagerar nas expectativas e sem ser demasiado entusiasta, quando do trabalho acadêmico científico, entende o pesquisador que trouxe a baila contribuições efetivas ao processo de criação do conhecimento da matéria proposta.

Justificou-se o interesse no tema por conta do produtor rural da agricultura familiar ser célula multiplicadora nos processos de gestão e de sustentabilidade da agricultura, através dos seus módulos produtivos que ora foram pesquisados dentro de um universo de atualidade.

Entende o investigador que a pesquisa alcançou os objetivos descritos no item

objetivo geral e ao mesmo tempo atendeu aos propósitos estabelecidos nos objetivos específicos.

Com os resultados aqui desenvolvidos e apresentados, espera-se que estes possam espelhar novas pesquisas e estas serem geradoras de evidências científicas com vistas a validar do empírico para o erudito, a perguntas de pesquisas problematizadas geradas na sociedade civil organizada.

A teorização da análise emergida do trabalho de campo e da relevância da compreensão do fenômeno em estudo teve como pretensão prática impulsionar e defender o objeto da pesquisa, além de contribuir com a teoria; demonstrando a necessidade de estudar as questões ligadas ao produtor rural e ao desenvolvimento rural; conseguindo ao final, ter logro de êxito no caminho potencializado para a pesquisa.

5.2 Limitações do estudo

Por Vergara (2000, p.61), “[...] todo método tem possibilidade e limitações”. A cerca disso, por delimitação, entende o pesquisador, as fronteiras pertinentes a fatos cambiáveis, ao que foi abordada a corte, ao período de tempo e ao objeto de investigação (VERGARA, 2000).

Este trabalho dissertativo apresenta algumas dificuldades e limitações impostas que surgiram com o tempo, quanto ao tratamento dos dados e invariavelmente quanto à coleta. As relacionamos abaixo (delimitações):

Dentre as limitações impostas para a pesquisa, justifica-se a apropriação do próprio modelo de produção que embora amplamente difundido em mídias sociais, sendo a região pesquisada com indícios altos de produtividade de produtos de origem agropecuária, visto que no recorte regional os municípios do escopo são em sua maioria irrigados por pequenas glebas de terra, notadamente classificados como produtor familiar, não consegue responder (o modelo), em quantidades de produzidas ofertadas para a Lei 11.947/2009.

Com a orientação à amostra da pesquisa que apresentou doze roteiros de entrevistas dentro de um universo de um setor de dimensão local e regional, o limite imposto deu-se

pela própria limitação definida em um nos municípios quanto aos ofertantes, dado este que espelhou a opção da quantia de roteiros; entende o pesquisador que trabalhos com uma amostra pequena pode estar sujeito a distorções nas análises, tendências ou retratos a pesquisas similares.

Restritivamente claro há outro fator que demanda de intensificação de esforços de políticas públicas regionais e nacional para gerar subsídios que determinem o quanto está a agricultura familiar comprometida com o PNAE é a inexistência de estudo de mapeamento local no âmbito micro regional sobre os atores potenciais deste setor, que comercializam ou não o fazem e o porquê da negativa da oferta.

O estudo por se tratar de uma realidade que ainda demanda de pesquisa em outras regiões, por se tratar de processo de adaptação de produção e também tecnológico é em parte parco ainda publicação do gênero para espelhar no todo da sociedade civil organizada a conclusão do que se chegou como resposta ao problema de pesquisa proposto.

Subjetividade dos atores envolvidos, pois não há ainda uma linha de análise pós-legislação para analisar o sucesso ou insucesso da ação quer seja institucional como política pública, quer seja pessoal como produtor rural ofertante.

Externalizados os limitadores da pesquisa há que se ponderar neste íterim que, nas organizações existem frequentemente sistemas de valores diferentes que competem entre si e que criam um mosaico de realidades organizacionais em lugar de uma cultura que possa ser entendida como corporativa uniforme dentro do segmento a qual elas estão internalizadas. Diferentes grupos sociais embora dentro de um mesmo universo podem, entre si ou para si, terem diferentes visões do mundo e da natureza dos negócios.

Cada grupo pode ter desenvolvido sua própria linguagem especializada e estabelecido um conjunto de conceitos facilitadores para a formulação de prioridades de o negócio sobreviverem; o que de certo pode ser entendido como limitador para outrem pode ser acudido como vantagem ou atitude personalíssima do próprio ente. Pode-se afirmar sim que de tal maneira diferentes profissionais criam e orientam as suas atividades a partir de um referencial comum, bem como de conjuntos integrados de normas e prioridades. Todavia, para muitas organizações as divisões embora difusas são reais, e delas derivam conjuntos de culturas profissionais que têm grande dificuldade de se comunicar umas com as outras; motivadas pela própria limitação imposta a seu universo, neste caso o da pesquisa.

5.3 Sugestões de estudos futuros

Quando se pensa em sugestões de estudos futuros visando à consolidação e sustentabilidade da produção científica acadêmica há que se ter claro que se está tratando, acima de tudo de processos de crescimento humano, que são derivados de vertente da cultura como uma entidade distinta, com atributos claramente definidos. A pesquisa enquanto estrutura organizacional é frequentemente vista como um conjunto de variáveis distintas, tais como crenças, histórias, normas e rituais que, de certo modo, formam um todo cultural.

Tal visão tende a dar origem à ideia de que a cultura pode ser manipulada de maneira instrumental. É esse tipo de atitude mecanicista que se encontra subjacente a muitas perspectivas que defendem os teóricos da administração da cultura, e tal maniqueísmo pelo pesquisador, deve ser refutado.

Se entendermos que as organizações modernas são mantidas por sistemas de crenças que enfatizam a importância da racionalidade, podemos crer que a legitimidade da pesquisa científica aos olhos do público, passa decisoriamente pela habilidade da academia em mostrar racional e objetivamente em ações dela emanada, voltadas para o saber.

A pesquisa ora apresentada com seus apontamentos possibilita oportunidades para diversos estudos apresentando-se como desafios e perspectivas futuras sem a pretensão de esgotá-los, colhidos a partir de contatos com atores envolvidos no programa, e de leituras diversas sobre o tema. Indicamos alguns pontos para aquecer futuras pesquisas ou enriquecer as que estão em andamento quanto ao tema, tornando estes em desafios a serem suplantados:

.Possibilitar pesquisa de campo que possa gerar ações propositivas que promovam aos órgãos de apoio, a desburocratização das chamadas públicas, por exemplo, regulamentações que às vezes se mostram contraditórias;

.Criar grupo de pesquisa que vise conscientizar por debates locais e regionais o produtor rural, sobre a importância do alimento advindo da agricultura familiar na alimentação escolar (anseio e vontade política);

.Promover trabalhos acadêmicos que gerem capacitação para os produtores rurais a cerca da Lei 11.947/2009;

.Criar grupos de trabalho local, regional e nacional para forçar a alterar a Lei, quanto ao valor máximo que pode ser comercializado por força da norma, anualmente;

.Criar objetos de pesquisa que demonstre aos Executivos públicos dos municípios a

necessidade premente de fomentar a agroindústria familiar do agricultor familiar, visando agregar renda;

.Promover a conscientização na comunidade escolar sobre a alimentação saudável. Entende-se que esta pode ser uma habilidade adquirida e advinda das relações sociais.

A este leque de passíveis sugestões entendemos como pesquisadores que tal visualização poderá permitir de simultaneamente, a possibilidade de entender que ainda há espaço para a pesquisa científica tomando por referência o construto pesquisado; poder-se-á: a) promover atividades econômicas em bases equitativas e sustentáveis, b) ampliar a oferta de alimentos de um modo que expressa a diversidade de hábitos de consumo e c) induzir a concorrência em mercados controlados nas corporações agroalimentares dos produtores agricultores familiares.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBALADEJO, C. **O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária.** In: Hébette J. et Da Silva Navegantes R. (eds.) CAT – Ano décimo. Etnografia de uma utopia. Belém: Universidade Federal do Pará e Editora Supercores, p. 173-214, 2000.

ALRECK, P. L., SETTLE, R. B. **The Survey Research Handbook.** Irwin, 1995.

ALVAREZ, H. **Notas sobre la caracterización y la planificación del desarrollo rural integrado.** (Curso Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Rural Integrado, 2, jun 82 / jan 83). Salvador: s.ed., 1983.

AMATUZZI, M. M. A. **Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 13, n. 1, p. 5-10, 1996.

AMIT, R.; SCHOEMAKER, P.J. Strategic assets and organizational rent. **Strategic Management Journal**, v.14, p.33-46, 1993.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales.** 7 ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARNEY, J. **Firm resources and sustained competitive advantage.** Journal of Management. v. 7, n.1, p. 99-120, 1991.

BARNEY, J. B; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva 1.** ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

BARZELAY, M. **Research on Public Management Policy Change in Latin American Region: Conceptual Framework, Methodological Guide and Exemplars.** IADB. 2001.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios.** Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

BAUER, M. **Classical Content Analysis: A Review,** in M. Bauer and G. Gaskell (eds), Qualitative Researching with Text, Image and Sound-A Handbook. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE. p. 313-150, 2000.

BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2005.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma Avaliação da Efetividade do Programa de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 164 f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007a.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte; CHÁVEZ, María Isabel Torrico. **A Dicotomia da Organização Educacional Boliviana: Uma Análise Histórica**. Porto Alegre: Anais. 13º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe. 2007b.

_____. **Uma Análise Comparada das Políticas de Alimentação Escolar na Bolívia, no Brasil e no Chile**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BORBA, M. F. S.; GOMES, J. C. C.; TRUJILLO, R. G. **Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas de marginalidade**. IN: PORTO, V. H. F.; WIZNIEWSKY, C. R. F.; SIMCH, T. L. (org.) *Agricultor Familiar: Sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo*. 2004. ed. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Brasília, DF, Senado, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 12 jul. 2013.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em 20 jul. 2013.

_____. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5537.htm>. Acesso em 07 nov. 2013.

_____. **Decreto Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969**. Complementa disposições da Lei número 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10872.htm>. Acesso em 07 ago. 2013.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em 20 jun. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso: 14 ago. 2013.

_____. **Instituto Benjamin Constant - IBC**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=82> >. Acesso em: 08 mai. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>> Acesso em 20 de jun. 2013.

_____. Ministério da Justiça (MJ). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em 24 jun. 2013.

_____. Portal da Transparência do Governo Federal. **Transferência de Recursos por Ação de Governo**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcao.asp?Exercicio=2012&textoPesquisa=8744>> Acesso em: 28 jun. 2013.

_____. **Resoluções CD/FNDE 8, de 14 de maio de 2012 e CD/FNDE 25, de 04 de julho de 2012**. Disposições sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Conselho Deliberativo. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes>> Acesso em 13 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/CD 32/2006**. Brasília. 2006. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsparquivo/alimentacaoescolar/alimentacaoesc.htmllegislacao>>. Acesso em 17 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resolução FNDE 8/2012**. Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3518-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-8-de-14-de-maio-de-2012>>. Acesso em 17 jun. 2013.

_____. **Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993**. Institui normas para licitações e contratos da administração pública, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em: 27 de set. 2013.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis. 2001.

BUNGE, Mario. **Teoria y realidad**. Barcelona: Ariel, 1972.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999. Disponível em <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>>. Acesso em 12 mai. 2013.

CAUME, D. J. **Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias**. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26, 2009. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/846/722>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (orgs) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHEVALLIER, J. ; LOSCHAK, D. **A ciência administrativa**. Publicações Europa-América, 1980.

COLLIS, D. J., E MONTGOMERY, C. A. **Competing on Resources: Strategy in the 1990's**. Harvard Business Review, July-August, 1995.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CRESWELL, J. W. (2007). **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo, e misto** (2 ed., L. de O. Rocha, Trad.) Porto Alegre: Artmed (Obra original publicada em 2003)

CRESWELL, J. W; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

DAY, G.S; REIBSTEIN, D.J. **A dinâmica da Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1999.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration - Harvard University. 1957.

DIERICKX, Ingemar & COOL, Karel. **Asset Stock Accumulation and Sustainability of Competitive Advantage**. Management Science, v.35 n.12 p.1504-1511, 1989.

DENARDI, R. A. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. 2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2013.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia: com um estudo da obra de Durkheim, pelo Professor Fouconnet**. Tradução de Lourenço Filho, 11 ed. São Paulo: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DRUCKER, Peter F. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1995.

ERICKSON, Frederick. **Qualitative methods in research on teaching**. In: WITTROCK, Merlin C. Handbook of research on teaching. 3.ed. New York: Macmillan. 1986. p.119-161.

EISENHARDT, Kathleen M.; MARTIN, Jeffrey A. **Dynamic capabilities: what are they?** Strategic Management Journal, vol. 21, n. 10/11, p. 1105-1121, 2000.

FAHY, J. **The resource-based view of the firm: some stumbling blocks on the road to understanding sustainable competitive advantage**. Journal of European Industrial, v.24. 2000.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. **Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS**. 2008. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FINCH, J. **It's great to have someone to talk to, Ethics and politics of interviewing women**, in C. Bell and H. Roberts (eds), Social Researching: Politics, Problems, Practice. London: Routledge, p 70-87. 1984.

FLEURY, M. T. L. **A gestão de competência e a estratégia organizacional**, In: FLEURY, M. T. (Coord.). As Pessoas na Organização. São Paulo: Gente, 2002.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. (2a ed., Sandra Netz). Porto Alegre, Bookman, 2004.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). Porto Alegre, Artmed. 2009.

_____. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre. Bookman; Porto Alegre, Artmed. 2009^a.

_____. **U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia prático para iniciantes**. (Magda Lopes, Trad.). Porto Alegre, Penso, 2013.

FORGHIERI, Y. **Psicologia Fenomenológica**. Fundamentos, método e pesquisa. São Paulo. Pioneira. 1993.

FRAENKEL, J. WALLEEN, N. **How to design and Evaluate Research in Education**. 7th Ed. New York: McGraw-Hill International Edition, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. São Paulo, Ed. Moraes Ltda, 1980.

FROEHLICH, Elisangela. **A capacidade de “fazer diferente” : os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmaos e Tapes (RS)**, Porto Alegre, 2010.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Coleção Pesquisa Qualitativa. Artmed, 2009.

_____, G. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. 3. ed Porto Alegre: Artmed, 2009. 196 p.

GOODMAN, N. **Ways of Worldmaking**. Indianapolis: Hackett, 1978.

GOMES, J. C. C. et al. **Producción familiar en Brasil**. IN: RUZ, E. (cordinador editorial). Tecnología en maquinarias y equipos para la producción familiar en el Cono Sur. Montevideo, PROCISUR/IICA. 2009.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola. 2005 Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

GOULART, S.; CARVALHO, C. A. **O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em Administração**. In: VIERIA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em Administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Um Retrato da Agricultura Familiar Gaúcha**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 159-176, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2645/3091>> Acesso em: 30 ago. 2013.

GRANT, R. M. **The resource-based theory of competitive advantage: implications of strategy formulation**. California Management Review. 1991.

GUILHOTO, Joaquim. et al. **PIB da Agricultura Familiar: Brasil-Estados**. Brasília, MDA (Ministério Desenvolvimento Agrário), 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/nead/nead-estudos/download_orig_file?...id> Acesso em 15 jun. 2013.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>>. Acesso em 28 set. 2013.

GUARESCHI, Neuza. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**. In: Strey, Marlene (Org). Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUZMAN, E. **Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 19-32, 1997.

HALL, Robert Ernest; LEIBERMAN, Max. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HEDRICK, T. BICKMAN, L., & ROG, D. J. *Applied research design*. Newbury Park, CA: Sage. 1993.

HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dado populacional medido pelo IBGE nos censos de 1996, 2000 e 2010**. Municípios Mesorregião do Nordeste Rio-grandense - Microrregião de Guaporé – RS. Acesso em 27 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>> Acesso em: 15 de jun. 2013.

KAGEYAMA. **Desenvolvimento rural**: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 379-408, set/dez. 2004.

_____, A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L., **Reliability and validity in qualitative research**, Beverly Hills: Sage, 1986.

KOTELNIKOV, Vadim. **SWOT Analysis: A Balanced Perspective: Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats**. Disponível em: <www.1000ventures.com/business_guide/crosscuttings/swot_analysis.html>. Acesso em: 02 jul. 2013.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia Industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LASSWELL, H. D. - **Estructura y función de la comunicación en la sociedade**. In: MORAGAS, M. de (Ed.) (1985) - Sociología de la Comunicación de Masas II. Estructura, Funciones y Efectos. Barcelona: Gustavo Gili, 51-68, 1948.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a Competência dos Profissionais**. Porto Alegre: Bookman Artmed, 2003.

LEVY, Rafael. **Guia para Estudar al Sector Publico, para empleo en cursos de Macroeconomia**. UNLAM, Buenos Aires, jan. 2013.

LISBOA, A.M. **Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida**. Cadernos do CEAS, Salvador, n.161, jan / fev, p.11-21, 1996.

(LITTLEJOHN, S. W. **Fundamentos teóricos da Comunicação Humana**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1978

LOWI, Theodore J. **The State in Politics: The Relation Between Policy and Administration**. In: Noll, Roger G. (ed), *Regulatory Policy and the Social Sciences*, pp. 67-105. University of California Press. 1985.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1998. 107 p.

MACHADO, Rosa Teresa Moreira. **Estratégia e Competitividade das Organizações Agroindustriais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing: uma Orientação Aplicada**. Porto Alegre: Boockman, 2001.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MAYRING, Philipp: **Qualitative Inhaltsanalyse**. Grundlagen und Techniken (9. Auflage, erste Auflage 1983). Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 2007.

MELO Marcus André. **As Sete Vidas da Agenda Pública Brasileira**. In: Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. RICO, Elizabeth Melo (Organizadora). São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MENY, Ives; THOENIG, Jean Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

MILLER, D.; SHAMSIE,J. The resource-based view of the firm in two environments: The Hollywood film studios from 1936 to 1965. **Academy of Management Journal**, v.39, p.519-541, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6.ed.Petrópolis: Vozes, 1996b.

NANTES, J.F.D. **Gerenciamento da empresa rural**. In: BATALHA, M. O. (org.) *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Ed. Atlas, v 1, p. 489-514. 1997.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 83-100. 2001.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **An evolutionary theory of economic change**. Boston: Harvard University Press, 1982.

NIETO, Mariano; PEREZ, Waldo. **A firm's assets as a foundation for strategy**. The Learning Organization. v. 9, n.1, p.19-28, 2002.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Cruzeiro, DF: CEPLAC. (Radar técnico - artigos técnicos), 2013. Disponível em: www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm. Acesso em: 20 jul. 2013.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

OLIVEIRA, J. E. D. **Educação e direito à alimentação**. Estud. av. v.21 n.60 São Paulo maio/ago. 2007.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. **The Core Competence of the Corporation**. Harvard Business Review. Boston, v. 68, n. 3, p. 79-91, 1990.

PLOEG, J. D. et al. **Rural Development: form practices and policies towards theory**. Sociologia Ruralis, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PENROSE, E. T. **The Theory of The Growth of The Firm**, Oxford: Brasil Balckwell, 1959.

PINHO, J. B. **Propaganda como ferramenta de construção e de valoração de marcas no agronegócio brasileiro**. In: MOURA, A.D; JUNIOR, A.G.S. Competitividade do agronegócio brasileiro em mercados globalizados. Viçosa: UFV; DER, 2004.

SALOMON, Delcio V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., 2006.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **Economic theory and entrepreneurial history**. Revista Brasileira de Inovação, Vol.1, n.2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/243>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Revista Proposta, nº 87, Dezembro/Fevereiro de 2001.

TEECE, David. J.; PISANO, Gary.; SCHUEN, Amy. **Dynamic Capabilities and Strategic Management**. Strategic Management Journal, v. 18, p. 509-533, 1997.

TERLUIN, I. J. **Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories**. Journal of Rural Studies, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

TONDOLO, V.A.G. e BITENCOURT, C.C. **Uma Perspectiva Baseada em Recursos no Agronegócio Cooperativo: O Caso CCGL**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ENANPAD, XXVIII, 2005, Brasília. Anais. Brasília: ANPAD, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 16. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2012.

TRUJILLO, A F. **Metodologia da Ciência**. 3 ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

UBEDA, C. L. **A formulação estratégica sob a perspectiva da visão baseada em recursos**. In: XII SIMPEP, 2006, Anais Bauru: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1124.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILELA, S. L. O. **Limites e Possibilidades da Agricultura Familiar ante a Globalização**. 1998. IN: SILVEIRA, M. A. da; VILELA, S. L. O. Ed. Globalização e Sustentabilidade da Agricultura. Jaguariúna: EMABRAPA-CNPMA, 1998.

WATERSTON, A. **A viable model for rural development**. In: WILBER, C. (ed.) The political economy of development and under development. 2.ed. New York: Random House, p. 234-240, 1979.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 212 p., 2005.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos/ Robert K. Yin; trad. Ana Thorel; revisão técnica Claudio Damacena**. 4ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WERNERFELT, B. **A resource-based view of the firm**. Strategic Management Journal. V. 5, p. 171-180, 1984.

ZARIFIAN, P. **Objetivo Competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial**. In: ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. (Ed.). Economia e Gestão dos negócios agroalimentares. 1ª ed. São Paulo: Pioneira: Thomson Learning, 2000.

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista para Pesquisa de Campo

Agricultor: _____ **Local:** _____ **Data:** _____

1. O Senhor conhece a Lei 11.947/2009? Sabe do que ela trata? O Senhor acha que houve avanços? Se sim, se não?

2. A seu ver a Lei contribui para alterar a condição de vida no campo?

3. Para você quais as razões que levaram o Senhor a desenvolver (ou a não desenvolver) a atividade de comercializar produtos para PNAE? Para sua unidade produtiva familiar isto tem importância? Se sim onde?

Na melhoria na Renda

No incentivo a Produção

4. Houve alguma necessidade de se adaptar para viabilizar a propriedade rural a Lei? E como foi?

5. Depois da Lei, houve avanços de ordem financeira na propriedade Rural?

6. De que forma?

7. Qual a principal dificuldade para comercializar com o PNAE ? Explique

legislação Sanitária

cardápio Regionalizado

impostos (nota fiscal)

preço

sazonalidade

outros

8. O Senhor tem se sente incentivado (produção/comercialização) em relação a Lei 11.947/2009? Razões